



# RELATÓRIO DE GESTÃO

## 2019-2021







**Defensoria Pública**  
BAHIA





RELATÓRIO DE  
GESTÃO  
2019-2021



# CARGOS DE GESTÃO

## BIÊNIO 2019-2021

### **Defensoria Pública Geral**

Rafson Saraiva Ximenes

### **Subdefensoria Pública Geral**

Pedro Paulo Casali Bahia

### **Corregedoria-geral**

Liliana Sena Cavalcante

### **Corregedoria-adjunta**

Isabel Cristina Souza Neves Almeida

### **Coordenação Executiva das Defensorias Especializadas**

Donila Ribeiro Gonzalez de Sá Fonseca

### **Coordenação Executiva das Defensorias Regionais**

Walter Nunes Fonseca Júnior

### **Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia**

Soraia Ramos Lima

### **Ouvidoria-geral**

Vilma Reis (até maio de 2019)

Sirlene Vanessa de Souza Assis (a partir de junho de 2019)

### **Assessoria do Gabinete da Defensoria Pública Geral**

Analeide Leite de Oliveira Accioly

Andreza Priscila Pereira

Cynara Fernandes Rocha Gomes

Janaína Canário Carvalho Ferreira (2019)

Lucas Marques Luz da Ressureição

Marcelo dos Santos Rodrigues

### **Assessoria de Relações Interinstitucionais**

José Álvaro Fonseca Gomes

### **DP Especializada de Família**

Tatiane Franklin Ferraz Queiroz

Camila Maria Goes de Sousa

### **DP Especializada da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Gisele Aguiar Ribeiro Pereira Argolo

### **DP Especializada do Idoso**

Laise de Carvalho Leite

### **DP Especializada Cível**

Ariana de Sousa Silva Wanderley

### **DP Especializada de Fazenda Pública**

Fábio Pereira dos Santos Guimarães de Aguiar (2019)

Virdálio de Senna Neto

### **DP Especializada de Proteção aos Direitos Humanos e Itinerante**

Eva dos Santos Rodrigues

Livia Silva de Almeida

**DP Especializada Criminal e de Execução Penal**

Fabíola Marguerita Pacheco de Menezes

Maurício Garcia Saporito

**DP Especializada de Curadoria Especial**

Mônica Paula Oliveira Pires de Aragão

**DPE Especializada da Instância Superior**

Carla Guenem da Fonseca Magalhães

Rita de Cássia Moure Orge Lima

**1ª DP Regional (sede Feira de Santana)**

Liliane Miranda do Amaral

**2ª DP Regional (sede Vitória da Conquista)**

Jeane Meira Braga (2019)

José Raimundo Passos Campos

**3ª DP Regional (sede Ilhéus)**

Cristiane da Silva Barreto Nogueira (2019)

Leonardo Couto Salles

**4ª DP Regional (sede Itabuna)**

George Santos Araújo

**5ª DP Regional (sede Juazeiro)**

André Lima Cerqueira

**6ª DP Regional (sede Santo Antônio de Jesus)**

Carina Góes Silva

**7ª DP Regional (sede Camaçari)**

Daniel Soeiro Freitas

**8ª DP Regional (sede Barreiras)**

Laís Daniela Nunes Campos Sambüç

**9ª DP Regional (sede Paulo Afonso)**

Bruna de Carvalho Chaves Peixoto

**10ª DP Regional (sede Porto Seguro)**

José Renato Bernardes da Costa

**11ª DP Regional (sede Jequié)**

Yana de Araújo Melo

**12ª DP Regional (sede Irecê)**

Ana Luiza Novelli Silveira

**13ª DP Regional (sede Alagoinhas)**

Camile Lizandra Morais de Santana Assessoria do Gabinete

**Diretoria geral**

Gilda Maria Filgueiras Gordilho

**Coordenação de Modernização e Informática**

Thales José Costa Almeida

**Gestão da Tecnologia da Informação e Gerenciamento da Rede,****Comunicação e Infraestrutura**

Ricardo Borges

**Processos de Gerenciamento de Bancos de Dados e de Sistemas**

Daniele Souza

**Processos de Suporte Técnico e de Atenção ao (à) Usuário(a)**

André Almeida

**Diretoria Administrativa**

Ana Lúcia Antunes Faria

**Coordenação de Serviços Administrativos**

Márcio Serapião Batista

**Setor de Protocolo**

Natalice Silva

**Almoxarifado**

Sandro Augusto e Silva Paraíso

**Setor de Transportes**

Jair Costa Pereira

**Setor de Patrimônio**

Ricardo Silva Lins

**Coordenação de Administração de Pessoal**

Zeneide Maria Fernandes Neves

**Coordenação de Acompanhamento de Contratos e Licitações**

Gisele Cristiane Bezerra Alves

**Comissão Permanente de Licitação**

Laurindo Grilo Matos

**Setor de Planejamento e Obras**

Arnaldo Souza Moreira Neto

**Diretoria de Planejamento e Orçamento**

Mônica Simon Viana Costa Lujan

**Coordenação de Programação e Gestão Orçamentária**

Francisco das Chagas Almeida Rebelo

**Coordenação de Estudos e Avaliação**

Maria Rosa Silva Barboza dos Santos

**Diretoria de Finanças**

Ana Lucia Almeida dos Santos

**Coordenação Financeira e Contábil**

André Luis Silva do Carmo

**Assessoria de Comunicação Social - Coordenação**

Vanda Maria Amorim

**Assessoria de Comunicação**

Arthur Naurimar Franco Silva

**Cerimonial**

Maria do Socorro Santana Lopes



# CONSELHO SUPERIOR

## BIÊNIO 2019-2021

### Membros Natos

Rafson Saraiva Ximenes (Defensoria Geral)

Pedro Paulo Casali Bahia (Subdefensoria Geral)

Liliana Sena Cavalcante (Corregedoria)

Sirlene Vanessa de Souza Assis (Ouvidoria)

Elaina Borges de Sousa Rosas/Igor Raphael Santos (nov/2020) - (Apep/BA)

### Membros Eleitos

Bruno de Moura Castro

Firmiane Venâncio do Carmo Souza

Gil Braga de Castro Silva

José Jaime de Andrade Neto

Lucas Silva Melo

Tereza Cristina Almeida Ferreira

### Membros Suplentes

Diana Furtado Caldas Gonçalves

Felipe Silva Noya

João Carlos Gavazza Martins

Pedro de Souza Fialho

Tandick Resende de Moraes Júnior

Ussiel Elionai Dantas Xavier Filho

Vitória Beltrão Bandeira



## SUMÁRIO

# 1

## Avanços na CARREIRA

16

# 2

## Avanços para o FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

24

# 3

## Avanços na FORMAÇÃO

58

# 4

Avanços na  
**ORGANIZAÇÃO  
INTERNA**

70

# 5

Avanços no  
**DIÁLOGO COM  
A SOCIEDADE**

90

# 6

Avanços no  
**DESAFIO DA  
PANDEMIA**

122



## COM A PALAVRA, **RAFSON SARAIVA XIMENES**

**Além da crise econômica no Brasil, pela primeira vez na história institucional a Defensoria Pública da Bahia enfrentou uma pandemia. Como a Covid-19 afetou os serviços de assistência jurídica defensoriais?**

A pandemia afetou frontalmente e fez com que tivéssemos que praticamente reinventar a Defensoria neste período. Porque a Defensoria Pública sempre foi uma instituição marcada pelo atendimento presencial, pela presença do público, pelo olhar no nosso assistido, pela sensibilidade e pelo acolhimento. Sempre se falou da Defensoria ao mesmo tempo como um problema, mas uma das características dela sempre foram as filas, a quantidade de pessoas que transitam nos seus espaços. E de repente teve que se adaptar para trabalhar, principalmente e na maior parte do tempo, de forma remota, por telefone, por Internet.

Claro que isso traz várias dificuldades. São dificuldades para os defensores e para os servidores se adaptarem ao tipo de atendimento diferente, em que eles não podem, com a mesma eficiência, recorrer à comunicação não verbal, ao entendimento pelo olhar, ao entendimento pelo gesto. Ao mesmo tempo é uma dificuldade muito grande, mas muito grande, para o nosso público assistido. Por que isso? Porque é difícil para a pessoa em situação de pobreza fazer a ligação por telefone ou ligação que demora. Muitas delas não têm acesso à internet para usar os outros mecanismos.

Então, a pandemia exigiu um momento de sacrifício de quem estava gerindo, de conseguir redirecionar recursos para espaços que não tinham sido pensados; de quem está na linha de frente, que tem que se adaptar à nova atuação e, principalmente, para o nosso público que com certeza sofre bastante pelo fato de não poder receber o atendimento presencial. Então, eu diria que é uma Defensoria diferente. É claro que isso não é a Defensoria do futuro, porque a Defensoria do futuro vai voltar a fazer atendimento presencial. Ele vai ser sempre o nosso carro-chefe. Mas foram abertos novos mecanismos, novas ferramentas, novos meios de acesso, que eu acho que jamais serão fechados completamente. Foi uma revolução o que aconteceu.

**Quais foram as maiores dificuldades que a gestão (2019-2021) encontrou nesse cenário e quais estratégias usou para manter a instituição operante e com o orçamento equilibrado?**

A principal dificuldade que a Defensoria enfrentou nesse cenário, falando da pandemia, é aquela dificuldade que as pessoas também enfrentam quando tem menos recursos. A Defensoria é uma instituição cujo orçamento é bem apertado, que não tem gastos excessivos, que não tem gastos desnecessários. E aí foi preciso, por um lado, tomar medidas que geravam novas despesas para poder se adaptar ao novo funcionamento, seja no aumento de linhas telefônicas, seja no redirecionamento de servidores para atuar mais no atendimento remoto, seja também na aquisição de materiais de segurança para que

a Defensoria pudesse voltar a atender presencialmente, como fez no final do ano 2020, embora depois tenha sido necessário voltar ao funcionamento remoto.

Mas tudo isso demandou investimentos, que foram feitos por uma instituição que não tem recursos sobrando, ao mesmo tempo que tem que lidar com a situação em que existe uma grande crise econômica e por isso o ideal era que todo mundo conseguisse conter despesas. Mas, como eu falei, é mais fácil quem tem despesas desnecessárias fazer a contenção do que quem não tem.

Por outro lado, a estratégia principal que a Defensoria tem adotado tem sido a de manter, por meio das novas formas de comunicação, um acesso muito grande ao público. E como é que se tem feito isso? Usando a tecnologia a nosso favor também. Foram intensificadas as políticas de comunicação de massa por meio de lives, de rodas de conversa, de atendimentos remotos, mutirões remotos de atendimento; por meio das redes sociais, do Facebook e do Instagram, dos meios de tecnologia para diminuir a dificuldade de acesso.

Além disso, a foram criadas novas ferramentas que podem parecer banais, a exemplo de uma que é muito importante, que é a possibilidade de um defensor que faz alguma anotação no nosso sistema interno poder automaticamente encaminhar essa anotação para o assistido, para ele já tenha informação do que está acontecendo. Então, foram várias medidas que exigiram muita criatividade de toda a equipe de gestão, principalmente dos coordenadores, dos assessores, para que a Defensoria conseguisse se manter.

**Uma das pautas que marcaram a sua gestão foi a defesa dos direitos da população negra e a luta contra o racismo, inclusive dentro da própria Defensoria. Nas redes sociais e nas atividades dos movimentos negros não é raro ver representantes afirmarem: “a Defensoria Pública da Bahia me representa”. Quais ações o senhor destaca como diferencial nesses anos para que a instituição tivesse esse feedback positivo?**

A primeira coisa que eu acho que diferencia a atuação da Defensoria é ela reconhecer que o racismo é um problema estrutural e que está em todos os campos da sociedade, inclusive nela própria. E por que isso é impor-

tante? Porque a partir desse conhecimento se começa a tomar medidas efetivas para combatê-lo. Começa a tomar medidas efetivas para não deixar que ele se repita. E algumas medidas foram muito importantes. Criamos o Grupo de Trabalho pela Igualdade Racial, que é formado, principalmente, mas não só, por pessoas que já entraram na Defensoria Pública por meio da política de reserva de vagas criada para a população negra. Então já entraram com um certo engajamento no tema e ao mesmo tempo fizeram e ajudaram a revigorar o ânimo de pessoas, de defensores, que sempre tiveram uma atuação muito forte nessa área, que perceberam que tem mais gente com eles, que esse trabalho está bem fortalecido.

Uma outra consequência disso é que a Defensoria começou a fazer vários cursos internos e externos para discutir o tema. Passou a desenvolver políticas efetivas de identificação de racismo dentro da Instituição também. Foi elaborada a primeira etapa do nosso censo, em que se fez um questionamento para todos defensores, servidores e estagiários, para saber qual o nível de conhecimento teórico mesmo, de letramento racial que eles tinham, para que se pudesse selecionar melhor os cursos nas formações oferecidas pela Defensoria. Sem contar com medidas efetivas que são feitas. O combate ao racismo, a proibição de elaboração de discurso racista está prevista no Regimento Interno, que é o documento interno mais importante da Defensoria. Têm sido tomadas várias medidas, como a valorização da Ouvidoria Externa da Defensoria também. O fato de dar a voz e de permitir o empoderamento da Ouvidoria e respeitar sua representação nos espaços, tudo isso vai criando uma imagem de uma instituição mais engajada.

Uma Instituição que aborda o tema com mais profundidade e claro vai ajudando a que todos nós melhoremos entre nós mesmos. Vou dar até um fato que pode parecer pequeno, mas que para mim é muito histórico. Nessa campanha para defensor público geral que aconteceu agora no mês de janeiro [2021], o tema políticas antirracistas na Defensoria Pública foi pauta, foi tema de debate dos candidatos. Isso nunca tinha acontecido.

Então, acredito que o segredo desse reconhecimento é pela Defensoria Pública ter tomado medidas muito firmes e ter sido muito coerente nessa pauta.

**Nesse período, a Defensoria baiana descentralizou a administração, dobrando o número de Regionais - que saltou de 6 para 13. Quais os efeitos desse aumento de estruturas administrativas no interior do Estado?**

Os efeitos são muito visíveis para nós que estamos administrando. Acho que também para a população, embora, às vezes, curiosamente eles [os efeitos] demorem mais de ser percebidos internamente.

Mas o fato é que a Defensoria Pública da Bahia hoje tem uma visão muito mais voltada para o interior do estado. As demandas do interior do Estado são muito mais ouvidas na Defensoria Pública hoje do que eram antes. Tem mais pessoas, mais vozes do interior do estado, fazendo parte da administração e isso cria um potencial de atuação mais específico em cada região, no desenvolvimento de políticas específicas e vinculadas à cultura de cada região.

Então, eu acho que é um dado importantíssimo esse aumento das regionais e que reflete também uma mudança para a Defensoria. Hoje nós temos mais defensores no interior do estado do que na capital. Isso é inédito. Isso é um fenômeno muito, muito recente. E eu acredito que aos poucos os próprios defensores vão começar a perceber isso.

O fato que resume essa mudança é que hoje no desenvolvimento de qualquer política da Defensoria Pública da Bahia a visão e os problemas do interior do estado também são levados em conta.

**Em 2020, o VI Concurso de Defensores Públicos da Bahia foi encerrado com todos os aprovados na lista convocados, e isso resultou num aumento significativo de membros na carreira defensorial, atualmente com 376 defensores e defensoras. Esse número é suficiente para atender à crescente demanda da população pelos serviços da Defensoria?**

Não, esse número ainda não é suficiente. E não é suficiente ainda em vários aspectos. O primeiro aspecto é que, embora tenha aumentado a quantidade de defensores, embora tenha dobrado a capilaridade no interior do estado, a Defensoria ainda não está em todas as comarcas. Enquanto a Defensoria Pública não estiver presente todas as comarcas o número de defensores terá sido insuficiente. Mesmo nas comarcas onde a Instituição já atua, embora em todas elas ou praticamente todas

elas tenham aumentado a quantidade de defensores, em todas elas ou praticamente todas elas a relação, proporção, entre quantidade de juízes e quantidade de defensores se tornou muito mais favorável do que era antes. Em boa parte delas a relação já se tornou um para um. Um juiz para um defensor, principalmente se levar em conta apenas juízes de áreas com atuação efetiva da Defensoria. Mas, apesar disso, a demanda pelos serviços cresce à medida que a Instituição cresce, à medida que a visibilidade da Instituição cresce.

Quando se consegue transformar uma unidade que funcionava no fórum em uma unidade que passa a funcionar numa sede da Defensoria, isso dá mais visibilidade e mais a gente procura a instituição. Quando se transforma uma sede em sede também de regional, dá mais visibilidade. Quando se aumenta a quantidade de defensores em um local, isso aumenta a visibilidade, aumenta a efetividade e aumenta a procura pela Instituição. Sem contar que em razão dessa pandemia - isso não é mais uma dúvida, é uma certeza - a população está empobrecendo e deve empobrecer por um determinado período, o que vai fazer com que o percentual de pessoas em cada local que precisa da Defensoria para acesso à Justiça vai crescer. Então, a quantidade de defensores também precisa crescer.

**Nos últimos anos, vimos uma intensa atuação da Defensoria em relação aos direitos LGBTs - com a realização de casamentos coletivos, mutirões para mudança de nome e gênero dessa população, entre outras atividades. Numa sociedade que parece estar cada dia mais conservadora, como foi a experiência de fornecer abertamente apoio a esse grupo tão discriminado?**

Eu acho que a experiência é bastante positiva. E faço uma leitura de que talvez seja o campo mais difícil de enfrentar o preconceito na sociedade, e por isso é mais desafiador e é mais necessário que na nossa atuação. Porque o que eu vejo hoje é que o racismo e o machismo, que são problemas estruturais da nossa sociedade, são reconhecidos como problemas no sentido de que menos pessoas admitem ou acham aceitável serem racistas ou machistas, quando se trata até do racismo recreativo. Hoje é mais polêmico, mais contestado alguém fazer, por exemplo, a piada que deprecia a população negra. Já em relação à orientação sexual, isso é muito menos

marcante. As pessoas se sentem muito mais à vontade. Estou falando de pessoas em todos os campos políticos, em todas as áreas, todas as classes sociais que mantêm e acham muito natural as posturas homofóbicas. É um desafio que a Defensoria tem que enfrentar cada vez mais, inclusive internamente, para que consiga, também nesse ponto, ter o reconhecimento que foi mencionado em relação à igualdade racial, em que as pessoas digam que a Defensoria as representa.

**A gestão do senhor foi marcada pela apresentação de diversos estudos/relatórios que a Defensoria da Bahia lançou sobre o perfil das pessoas que são levadas às audiências de custódia, dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, inclusive do próprio corpo funcional defensorial (com a realização do I Censo da Defensoria). Por que a instituição investiu na produção desse tipo de conhecimento?**

Percebemos uma coisa que sempre foi dita, que é verdade, que conhecimento é poder e que uma instituição que conhece os seus dados, conhece o que ela produz, ela se torna uma instituição mais forte. E mais do que isso: quando começa a fazer a defesa baseada em dados a população que defende se torna também mais forte. Existem várias áreas de atuação jurídica, várias além da atuação social em que a Defensoria Pública é um campo mais do que privilegiado, às vezes é o campo único de obtenção do conhecimento. Esse conhecimento tem que ser levado tanto para atuação judicial da Defensoria Pública quanto para atuação de orientação em direitos, para a formulação de políticas públicas. E um desafio, que devia ser o objetivo de qualquer gestor ou mesmo de fora da defensoria - estou falando aqui de governadores, prefeitos, deputados, senadores e vereadores -, que eles percebessem o potencial que a Defensoria tem de identificar possíveis políticas públicas a serem desenvolvidas.

E cabe a nós, agora, aperfeiçoar esse trabalho que foi desenvolvido com maestria nesses dois anos, dar melhor direcionamento e, mais do que aperfeiçoar e direcionar melhor, saber usar esses dados coletados para converter cada número desse em uma melhoria social para o nosso público.

**Um dos reflexos da pandemia foi a impossibilidade de levar os serviços defensoriais presencialmente, por meio da Unidade Móvel - caminhão estruturado e equipado para levar a Defensoria a comarcas onde não há sede instalada.**

**Como a instituição atuou para que essa população não ficasse desassistida?**

Uma das coisas que mais sentimos dificuldade, que mais lamentamos, é olhar para a Unidade Móvel, aquele caminhão adaptado, parado. Eu passo por ele quase todo dia quando vou para a Defensoria e é uma angústia o que sinto.

Mas conseguimos, de alguma forma, fazer também aproximação através de outros eventos como eu já comentei. E já antecipo aqui uma meta para a próxima gestão, que é o desenvolvimento de uma unidade móvel virtual, para que a Defensoria consiga fazer, de forma sistematizada, atendimentos localizados em comunidades carentes ou em cidades que não têm apoio da Instituição, mesmo à distância, mesmo sem o caminhão. É um desafio que teremos que enfrentar e vencer para que a expansão do serviço da Defensoria continue acontecendo mesmo enquanto não se consegue vencer a pandemia.

**Quanto ao orçamento da Defensoria Pública, o que pode melhorar?**

Olha, o que pode melhorar no nosso orçamento da Defensoria Pública é o orçamento. É aumentar o seu valor. Isso é uma necessidade. Embora saibamos que o período que vivemos é um período bastante difícil, um período bastante delicado economicamente. A Defensoria Pública nesses últimos seis anos foi a instituição que teve o maior crescimento do orçamento entre todas instituições no estado da Bahia, mas ainda que tenha o maior crescimento, percentualmente falando, continua muito distante de várias outras. E não dá para encarar a necessidade de conferir acesso à justiça, de efetivar democracia, sem que essa distância vá diminuindo até o ponto de chegar no plano ideal. Por isso, o que queremos, o que esperamos, é a sensibilidade do Parlamento, do Poder Executivo, que percebam que a Defensoria é uma instituição em expansão e que o orçamento dela precisa crescer também.

**Um provérbio chinês diz que prego que se sobressai leva martelada. Com a Defensoria mais conhecida, mais reconhecida, mais procurada e mais cobrada, como o senhor avalia a relação institucional com o seu público, com a sociedade civil organizada e com a imprensa?**

O provérbio chinês é um provérbio que é correto, de fato. Quando uma instituição ainda é pequena, quando



não causa incômodo a ninguém, ela também não sofre nenhum ataque, ela não sofre tanto com as dificuldades. E é um fato que a Defensoria Pública da Bahia se destacou muito nos últimos anos e a partir desse destaque ela passou a ser mais procurada, passou a ser mais observada, passou a ser mais visada. Eu acredito que apesar dessa tendência a Defensoria tem mantido relação boa com a imprensa, com a sociedade civil organizada também, e com o público, e mantém uma relação muito boa porque age com muita transparência e muita honestidade sempre.

A Defensoria Pública tem evitado fazer bravatas, tem evitado fazer informações que não correspondam exatamente à realidade, tem agido com muita transparência tanto para reconhecer seus erros quanto para afirmar os seus acertos. E esse trabalho tem gerado um reconhecimento em todos os campos, seja na comunidade organizada, mas até no campo no campo artístico, no campo cultural, na Academia, a Defensoria Pública tem sido muito mais procurada e eu vejo com muita naturalidade que quando começa a haver essa procura começa a haver a crítica também. É normal. Temos que saber conviver com as críticas e extrair o que tem de melhor delas para poder melhorar.

**O seu balanço de final de gestão indica êxito em mais de 80% das 39 propostas e metas sugeridas na campanha para defensor público geral. O que o senhor considera o maior êxito? E o que precisa melhorar no próximo biênio?**

Para mim existem vários êxitos que considero muito importantes nesse período e alguns deles até já falei aqui. Essa exceção da Defensoria com a política antirracista é um grande êxito. O desenvolvimento de uma política ambiental, é um grande êxito. A inserção da Defensoria no campo de produção de dados e do debate público é um êxito que eu acho um dos maiores.

O fato de ter ampliado nosso acesso ao interior é muito importante também. A forma como nós lidamos com

a pandemia... foi impressionante como conseguimos nos adaptar, como conseguimos o desenvolvimento de novas tecnologias. Temos diversos êxitos. Mas, claro que sempre tem muita coisa para melhorar. Eu já aprendi isso com a experiência que a cada problema que a gente resolve surgem novos problemas a serem resolvidos, porque surgem novas expectativas.

Na minha opinião o maior desafio da Defensoria Pública nos próximos dois anos é conseguir implementar uma ação mais integrada. Entre capital e interior, entre especializadas e regionais, para que cada atuação de qualquer defensor seja uma atuação pensada e trabalhada como atuação institucional. Para que um defensor que atue lá no extremo sul do estado, saiba que a Instituição tem pensamento institucionais, tem protocolo de atuação para cada tipo de problema. Para que um defensor que atue lá no oeste do estado atue de uma forma semelhante converse com um defensor que atua em Salvador. Para um defensor que atua na área de família consiga fazer atuação integrada com defensor que atua na área penal. Então, esse desafio da integração e de criar uma unidade funcional maior, talvez seja o nosso maior desafio administrativo.

E acredito que o maior desafio político que a Defensoria Pública tem é o desafio de resistir a uma tendência de aprovação de vários projetos de lei e implementação de várias políticas que tendem a enfraquecer não apenas o serviço público, mas principalmente quem precisa do serviço público. Politicamente é um desafio a defesa do direito de fortalecimento, de reconhecimento da instituição, dos seus membros, dos seus servidores e, principalmente, do seu público.

Não podia deixar de dizer que o desafio é muito grande, os obstáculos que serão enfrentados são muito grandes, mas como sempre, eu tenho certeza que a Defensoria vai superar, porque eu confio bastante nos defensores, nos servidores, nos estagiários e naquilo que nos motiva.



# 1 Avanços na CARREIRA

Benefícios como incentivo para a atuação profissional 17

Substituição cumulativa 18

Nomeações do VII Concurso 19

Remoções e promoções 21

Reajuste servidores(as) 22



# BENEFÍCIOS COMO INCENTIVO PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL

A mudança começa de dentro para fora. E assim foi o início da Gestão 2019/2021 na Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE/BA. Uma mudança focada na valorização e no aumento do número de profissionais que promovem a defesa da população baiana e que merecem, por todo o trabalho que desenvolvem e por representarem a esperança deste povo, ter as mesmas condições de trabalho do que os que fazem a acusação e o julgamento. Assim como lutam para garantir os direitos daqueles que mais precisam e que batem, diariamente, à porta da Instituição, os(as) defensores(as) públicos(as) merecem ter seus direitos reconhecidos e garantidos. Este é um trabalho que começa dentro da própria Defensoria e é um dos avanços que marcam esta gestão.

Foi em 2019, por exemplo, em um dia festivo de aniversário de 470 anos da capital baiana, que foi lançado o primeiro edital sobre a substituição cumulativa remunerada, tão esperada pelos membros há muitos anos. A regulamentação foi no final da gestão anterior,

mas o lançamento da primeira vaga foi nesta gestão. E foi a primeira de muitas: já são 39 vagas providas por substituição cumulativa e que garantem o pagamento de gratificação no valor de 1/3 do subsídio por cada mês trabalhado – o período máximo são 60 dias. É um avanço na carreira, mas é, principalmente, uma conquista para a Defensoria, que passou a ter na substituição cumulativa mais um reforço em seu caminho rumo à expansão e à interiorização dos seus serviços, além de garantir a continuidade dos serviços nas unidades que estavam vagas.

Já o ano 2020, mais precisamente o mês de maio, quando são comemorados o Dia Nacional da Defensoria e o Dia Estadual do(a) Defensor(a) Público(a), marcou o final das nomeações de todos os classificados no VII Concurso Público para a Classe Inicial da carreira de Defensor Público do Estado da Bahia, realizado em 2016 e cuja previsão inicial era de 17 vagas. No biênio 2019/2021 foram 49 novos reforços que chegaram.



No biênio 2019/2021 foram realizadas oito cerimônias de posse dos 49 novos(as) defensores(as) públicos(as)

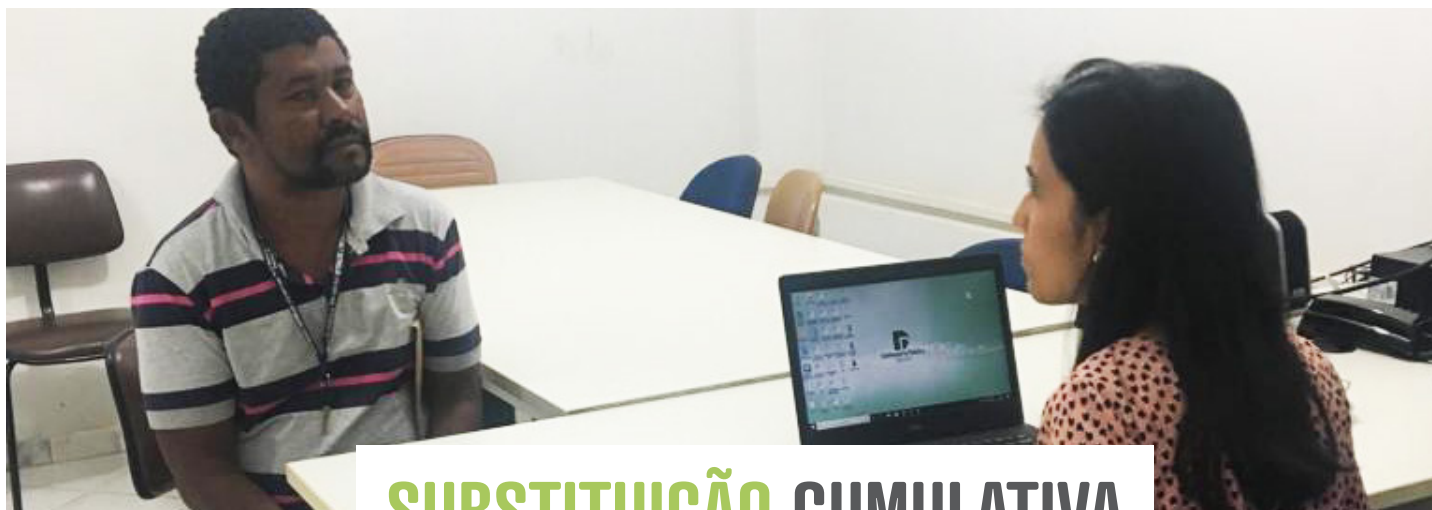


Esta chegada dos reforços, por sua vez, impulsionou os processos de remoções e promoções, que também foram prioridades na gestão. Desde 2018, vem sendo utilizado um sistema próprio, o SICAD - Sistema de Carreira Defensorial, que permite a realização do processo feito de forma totalmente automatizada e transparente, sem qualquer tipo de interferência ou decisão injustificada.

Em mais um passo dado para a modernização da legislação referente à Defensoria e sempre atenta às discussões no âmbito nacional sobre a saúde no trabalho, a Instituição protocolou, em janeiro de 2020, o Projeto de Lei 23727/2020, que dispõe sobre Programa de Assistência à Saúde Suplementar para Defensores Públicos e Servidores da Defensoria Pública do Estado da Bahia.sobre o tema. Como para ser convertido em lei o projeto precisa ser aprovado no Legislativo baiano e sancionado pelo

governador, que possuem autonomia para decidir sobre o avanço ou não desta proposição, a iniciativa ainda aguarda aprovação.

Um outro avanço do biênio 2019/2021 foi o aumento no valor do auxílio-alimentação, que beneficia igualmente os(as) defensores(as) e servidores(as). O que estava desde 2010 estagnado no valor de R\$ 330,00, teve construída uma nova política a partir de setembro de 2016, passando para R\$ 1.100,00 e, finalmente, em março de 2020, alcançando o valor atual de R\$ 1.300,00, que corresponde a um aumento de 294% em relação ao que era até 2016. Além de garantir o mesmo patamar do Poder Judiciário, na Defensoria o benefício tem o mesmo valor para os membros efetivos e para os servidores, o que confirma a política de valorização e benefícios, que é mais uma das marcas desta gestão.



## SUBSTITUIÇÃO CUMULATIVA

Tendo o ano de 2019 como seu grande marco, a substituição cumulativa remunerada representou um avanço no processo de expansão e interiorização da Defensoria, com a criação de novas unidades, e também evitou a interrupção dos serviços em unidades defensoriais que estavam vagas com a saída do órgão de execução titular.

Regulamentada através da Resolução nº 001/2019 do Conselho Superior da Defensoria Pública – CSDP, a substituição cumulativa teve seu primeiro edital divulgado no dia 29 de março de 2019, menos de um mês do início da Gestão 2019/2021, e, de lá para cá, 39 vagas já foram providas e o número total de defensores(as) públicos(as) contemplados(as) chegou a 193.

A iniciativa impulsionou a criação de novas unidades defensoriais em cidades como Nazaré, Amélia Rodrigues, Poções, Itacaré, Buerarema, Sobradinho e Cachoeira, além de servir como reforço para cinco unidades em Salvador ligadas às áreas de Família, Cível, Criminal e do Segundo Grau. E foi também através da substituição cumulativa que a Defensoria inovou e criou a unidade itinerante de atuação no Júri, que tem atribuição em todo o Estado e reúne defensores(as) da capital, Região Metropolitana e do interior.

Além destas novas unidades, a substituição cumulativa também chegou para garantir a continuidade dos serviços em unidades defensoriais vagas em cidades como Salvador, Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Feira de Santana, Itabuna, Paulo Afonso, Euclides da Cunha e Valença.

# NOMEAÇÕES DO VII CONCURSO



Quatro anos após a realização do VII Concurso Público para a Classe Inicial da carreira de Defensor Público do Estado da Bahia, que destinou 30% das vagas para a população negra e 5% para as pessoas com deficiência, o certame chegou ao fim com as nomeações, entre os anos de 2019 e 2020, dos 49 classificados que completavam a lista.

O concurso, cujas provas foram realizadas em 2016 e foi homologado em 2017, previa 17 vagas iniciais mais cadastro de reserva. Mas, num ato de luta, coragem e planejamento, que vem desde a Gestão 2015/2019, e mesmo diante de um período de crise que o país atravessava, a Bahia foi ganhando novos defensores públicos, que chegaram para reforçar o time e fizeram com que a Instituição seguisse firme em seu projeto de expansão e interiorização.

Mesmo com o aumento do número de defensores, que atualmente é de 376, a Defensoria chega ao final destas

nomeações com 64% do total de 583 membros efetivos previstos na Lei Complementar 26/2006, a Lei Orgânica da Instituição. Apesar da quantidade atual não cumprir, ainda, o que determina Emenda Constitucional 80/2014 - que a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores(as) públicos(as) em todas as unidades jurisdicionais até 2022 - a Defensoria continua a avançar e, em cinco anos, registrou um crescimento de 41,4% no quadro efetivo e aumentou, gradativamente, a sua cobertura pela Bahia.

As nomeações destes novos membros permitiram à Defensoria suprir vagas abertas, ampliar a sua atuação em cidades que já contam com sede fixa e também chegar a novas comarcas, para as quais eles(as) foram lotados depois de passarem pelo curso de formação na Escola Superior da Defensoria Pública – ESDEP.



Ato de luta da gestão pela nomeação de todos classificados no concurso é reconhecido

Aumento de  
**41,4%**  
no número de defensores/as  
públicos/as nos últimos 5 anos

| NÚMERO DE DEFENSORES/AS |      |
|-------------------------|------|
| 2015                    | 2020 |
| 266                     | 376  |





17 de junho de 2019



11 de julho de 2019



11 de outubro de 2019



04 de dezembro de 2019

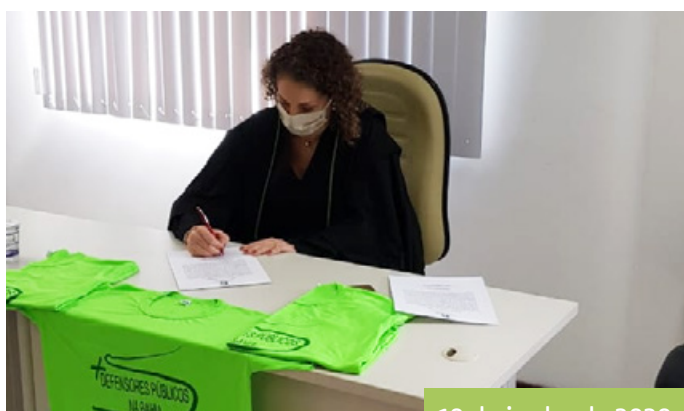


04 de fevereiro de 2020





15 de maio de 2020



10 de junho de 2020



4 de setembro de 2020

## REMOÇÕES E PROMOÇÕES

As remoções e promoções dos defensores públicos sempre foram priorizadas desde o início da gestão. A prova disso é que no final do primeiro semestre de 2019, com o número de defensores chegando a 363, foram criadas, de imediato e seguindo o que determina a Lei Complementar 26/2006, alterada pela LC 46/2018, cinco novas vagas na Instância Superior, que é a última classe, que coroa a carreira e tem atuação junto ao Tribunal de Justiça do Estado e tribunais superiores. No último mês de 2020, foi lançado o edital de promoção para a Classe Intermediária e, ao todo, 29 novas vagas foram oferecidas, sendo 15 pelo critério de antiguidade e 14 delas por merecimento.

Já entre o segundo semestre de 2019 e o final de 2020, os três editais lançados sobre os processos de remoção nas classes Inicial, Final e Intermediária garantiram a mudança de titularidade de 128 defensores(as) públicos(as).

## VOCÊ SABIA?

O Sistema de Carreira Defensorial – SICAD está no ar desde agosto de 2017 e, desde então, vem sendo a ferramenta utilizada pela Instituição para realizar, de forma totalmente automatizada e transparente, todo o processo de divulgação de editais, inscrições e resultados das remoções, promoções e substituições cumulativas. Através do sistema, o(a) defensor(a) pode acessar a Lista de Antiguidade a qualquer momento.

# REAJUSTE SERVIDORES(AS)

Em adequação à Lei Estadual 14.165/2019, em outubro de 2019, a Defensoria, através da sua Coordenação de Administração de Pessoal – CAP, identificou os servidores que se enquadravam na alteração da estrutura remuneratória estabelecida pela legislação. Com a iniciativa, 21 servidores ocupantes de cargos comissionados DAI-5 e DAI-6 e 83 agentes administrativos contratados através do Regime Especial de Direito Administrativo – REDA foram beneficiados com o reajuste do vencimento básico no valor do salário mínimo vigente na época em que a legislação entrou em vigor e, deste total, 100 servidores(as) também receberam valores retroativos a dois meses.

Este benefício chegou como uma extensão às comemorações pela passagem do Dia do Servidor Público (28 de outubro) e que, em 2019, ficou marcado em todas as redes sociais da Defensoria com o *card* produzido pela Assessoria de Comunicação – ASCOM e que estampava as fotos enviadas pelos(as) servidores(as) das unidades da capital e do interior. No *Instagram*, por exemplo, a postagem foi o destaque da semana em que foi publicada, teve um alcance de mais de 6 mil pessoas que seguem a página da Instituição e rendeu mais de 500 corações, que representam as curtidas de quem gostou da publicação.



Salvador – Sede Administrativa CAB



Unidade Brumado



Unidade Juazeiro





Salvador – Casa de Acesso à Justiça (CAJ) 1



Unidade Feira de Santana



Salvador – Casa da Defensoria Cível e Fazenda Pública



Salvador – Casa da Defensoria de Direitos Humanos



Unidade Itapetinga



Unidade Itabuna



Unidade Vitória da Conquista



Unidade Ilhéus



A woman with blonde hair, wearing a dark suit and a patterned scarf, is shaking hands with an older man wearing a tan hard hat and a green striped shirt. They are standing in front of several flags, including the Brazilian flag. The background is a warm, yellowish-orange color.

# 2 Avanços para o FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Inovações que ajudam a fortalecer a Instituição 25

Expansão e interiorização em curso 28

Investimento na acessibilidade 32

Primeira sede construída com recursos próprios 32

Orçamento 2021: o maior da história 33

Central de Honorários 34

Assessoria de Relações Interinstitucionais 34

Assessoria de Pesquisas Estratégicas 35

Diário Oficial Eletrônico 36

Reconhecimento 36

Atuação nos Tribunais Superiores 40

Ações Cidadãs 41

Central de Relacionamento com o Cidadão – CRC 43

Pop Rua 44

Plantão de Carnaval 46

Prêmios 48

NUDEM: 10 anos em defesa das mulheres 50

Igualdade Racial 51

Convênios 55

CONDEGE 57



# INOVAÇÕES QUE AJUDAM A FORTALECER A INSTITUIÇÃO

Os avanços testemunhados pela Defensoria Pública do Estado da Bahia na Gestão 2019/2021 foram fundamentais para a expansão e interiorização da Instituição, conforme prevê a Emenda Complementar 80/2014, que, ao completar seis anos em, 2020, viu uma Defensoria muito mais perto do ponto de chegada do que de partida. A prova disso é que quando a Emenda entrou em vigor, 24 comarcas baianas tinham a atuação da Defensoria e, hoje, seis anos depois, a Instituição está presente em 46 comarcas, representando um avanço de quase 92% e um aumento de 41,4% dos seus membros efetivos, conforme está demonstrado no capítulo anterior.

Promover a expansão da DPE/BA é fundamental para garantir o acesso da população do interior baiano à justiça,

de forma gratuita e até à última Instância - com a designação de um defensor público com atuação exclusiva nos Tribunais Superiores, em Brasília. E foi assim que entre os anos de 2019 e 2020 a população de Bom Jesus da Lapa, Cruz das Almas, Ribeira do Pombal, Conceição do Coité, Nazaré e Santo Estevão viu a Defensoria chegar de forma fixa nas cidades.

Os moradores de Amélia Rodrigues, Poções, Itacaré, Buerarema, Sobradinho e Cachoeira passaram a contar com a atuação defensorial nos municípios por meio de substituição cumulativa. A atitude dos cidadãos e cidadãs de Santo Estevão, de lotar a calçada para ver a inauguração da sede da Defensoria de perto, demonstra o quanto esta Instituição é esperada e o quanto ela é essencial na vida daqueles que, muitas vezes, nem sabem que têm direito a ter direitos.



Em Santo Estevão, chegada da Defensoria faz moradores lotarem a calçada na inauguração

Para identificar os principais meios de fortalecer os serviços oferecidos e conhecer as principais demandas da população, a Gestão 2019/2021 inovou e decidiu implantar a Assessoria de Pesquisas Estratégicas, que, com todo o seu trabalho de coleta e análise de dados, consegue fazer com que os resultados obtidos possam subsidiar o trabalho da Defensoria Pública e também

ajudar na definição de políticas e diretrizes de ação. Os relatórios desenvolvidos pela equipe ganham ainda mais repercussão no Estado ao serem lançados em coletivas para os veículos de imprensa, como rádios, TVs, jornais e sites, e que também contam com a participação da sociedade civil interessada em saber dos resultados.



Os lançamentos dos relatórios da Defensoria ganham destaque no noticiário baiano

Uma outra assessoria que também foi implantada de forma inovadora neste período foi a de Relações Interinstitucionais, que traz toda sua *expertise* para ajudar a Defensoria na aprovação de leis e também na obtenção de medidas para beneficiar a população e promover o fortalecimento da Instituição.

A Defensoria Pública se viu ainda mais fortalecida quando, em maio de 2019, deu mais um passo na consolidação de sua autonomia e lançou o seu próprio Diário Oficial Eletrônico, que em mais de um ano e meio que está no ar já representou uma economia de quase R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais).

Essa economia chegou em um momento em que a Instituição passou a estudar, ainda mais, os meios para obtenção de recursos extra-orçamentários e criou, desde o primeiro mês de 2020, a Central de Cobrança e Execução de Honorários da Defensoria. Esta, em menos de um ano de funcionamento, já conseguiu identificar mais de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) de verbas sucumbenciais resultantes da atuação defensorial e destinadas ao Fundo de Assistência Judiciária – FAJ, que incentiva a capacitação de defensores(as) públicos(as), servidores(as) e estagiários(as).



E, por falar em orçamento, a Defensoria chega a 2021 sendo, mais uma vez, a Instituição que tem o maior crescimento em sua cota orçamentária de um ano para o outro e alcançando o maior valor inicial de sua história: R\$ 270.507.000,00 (duzentos e setenta milhões e quinhentos e sete mil reais). Ainda é menor do que foi projetado e solicitado para atender à necessidade no próximo exercício, mas representa um avanço, principalmente, diante de toda conjuntura vivida pelo país em meio à pandemia causada pelo novo coronavírus e a diminuição na arrecadação do Estado da Bahia.

Um dos órgãos da Administração Superior que vai responder por uma parte deste orçamento, configurando um aumento de 78,58% desde o início deste biênio, é a Corregedoria-geral da Defensoria, que exerce um papel fundamental neste momento de expansão, interiorização e chegada de novos membros ao orientar, manter a disciplina e promover a organização funcional.

Para a Gestão 2019/2021, valorizar e investir na atuação da Corregedoria é garantir uma Defensoria muito mais uniforme nas suas práticas e oferecer um trabalho de excelência aos usuários dos serviços, que, assim como demonstrado pela população de Santo Estevão, tem nesta Instituição a confiança e a esperança para a solução dos seus mais diversos tipos de casos.

Casos que envolvem a investigação e reconhecimento de paternidade, por exemplo, e que são vistos, incenti-

vados e solucionados há 13 anos pela Ação Cidadã Sou Pai Responsável que, em 2019, entrou, literalmente, em campo e marcou um gol de placa através da parceria com os times do Bahia e do Vitória e também com o Shopping Boulevard, de Feira de Santana. No mês dos pais, a intensificação da campanha levou orientações jurídicas, realização e agendamentos de exames de DNA gratuitos para os estádios e para o shopping.

Já uma outra Ação Cidadã também desenvolvida pela Defensoria há 11 anos, a Ame e Adote, mostrou que coração de mãe sempre cabe mais um e, na edição 2019, contou a história de um casal que adotou um bebê e, tempos depois, descobriu que ele tinha um irmão e resolveu adotar também. Na edição de 2020 das duas ações, as histórias ligadas à paternidade e adoção foram contadas por assistidos da Instituição, que representaram todos aqueles e aquelas que a Defensoria já fez a diferença em suas vidas um dia.

Este reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública se traduz, diariamente, por meio de um muito obrigado dos usuários dos serviços, mas também pelas medalhas, homenagens e prêmios que a Instituição colecionou durante todo o biênio 2019/2021, chegando até a atravessar fronteiras e servir de modelo para a Defensoria Pública do Chile e ser tema de uma tese de doutorado que está sendo desenvolvida nos Estados Unidos.



Em campo: Defensoria destaca responsabilidade paterna em pleno pré-jogo de Bahia e Flamengo



O incentivo ao reconhecimento da paternidade também foi destaque na partida entre Vitória e Paraná



# EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO EM CURSO



A Defensoria expandiu, ainda mais, sua atuação pelo interior e, entre 2019 e 2020, chegou a mais 12 cidades da Bahia

Um dos resultados que mostram o quanto a Defensoria Pública avançou em seu processo de expansão e interiorização neste biênio 2019/2021 é o alcance de mais 12 comarcas, sendo seis delas com sede fixa (Bom Jesus da Lapa, Cruz das Almas, Ribeira do Pombal, Conceição do Coité, Nazaré e Santo Estevão) e mais seis com atuação por meio de substi-

tuição cumulativa (Amélia Rodrigues, Poções, Itacaré, Buerarema, Sobradinho e Cachoeira), desde o início desta gestão.

Todas as decisões sobre a abertura das novas unidades foram tomadas com base no que aponta mais um sistema desenvolvido pela Instituição, o SIPED – Sistema de Planejamento de Expansão da Defensoria.

Em Bom Jesus da Lapa, no Oeste do estado, depois de mais de 20 anos que tinha deixado de atuar na cidade, a Defensoria abriu suas portas no dia 26 de junho de 2019. Esta foi a primeira das seis sedes fixas abertas até agora por esta gestão e, depois daí, a Instituição promoveu uma sequência de inaugurações. O trabalho dos defensores públicos da unidade começou três meses antes da abertura oficial, quando, por meio das visitas e reuniões com órgãos, instituições e lideranças comunitárias municipais, os dois tiveram a oportunidade de conhecer a realidade local e também apresentar a Defensoria aos usuários dos seus serviços.

Exatamente um mês depois da inauguração, a unidade da Defensoria em Bom Jesus da Lapa montou um plantão de dez dias consecutivos e mais de 80 horas no meio da Praça Marechal Deodoro da Fonseca e, contando com o reforço da Unidade Móvel de Atendimento – UMA, atendeu a 902 pessoas durante a edição 2019 da Romaria do Bom Jesus, considerada a terceira maior em número de fiéis e visitantes de todo o Brasil. Por esta iniciativa, a Defensoria mostrou que chegou na cidade para ficar, para garantir os direitos e oferecer aos moradores o acesso à justiça de forma integral e gratuita.

No mês seguinte, dando sequência ao projeto de expansão e interiorização da Defensoria, o destino foi o recôncavo baiano. No dia 24 de julho de 2019, a cidade de Cruz das Almas passou a contar com atuação defensorial. O trabalho das duas defensoras públicas da unidade tinha começado quatro meses antes com o conhecimento da realidade e das necessidades de quem mora no município. Uma sala no Fórum da comarca foi preparada para receber a Defensoria, que, já na cerimônia de inauguração, viu o auditório do Fórum lotado de moradores já ansiosos pelo início das atividades.

A inauguração das instalações em Cruz das Almas ficou marcada também pela doação de um terreno de 510,95 m<sup>2</sup> da Prefeitura para que a DPE/BA possa, no futuro, construir a sua sede própria. O decreto nº 216/2019, assinado pelo prefeito Orlando Peixoto durante a cerimônia, reconheceu a importância da Defensoria Pública para o município ao dispor sobre a doação da área localizada em um complexo que abrigará, também, as demais instituições do Sistema de Justiça.



Inauguração da unidade de Bom Jesus da Lapa



Plantão na Romaria 2019



Inauguração da unidade de Cruz das Almas



Terreno é doado à DPE/BA em Cruz das Almas



Inauguração da unidade de Ribeira do Pombal



Moção de Congratulações em Ribeira do Pombal



Inauguração da unidade de Conceição do Coité



Inauguração da unidade de Nazaré

Já em setembro de 2019, mais precisamente no dia 25, a Defensoria inaugurou a sua sede na cidade de Ribeira do Pombal, alcançando, assim, mais um município do Território de Identidade Semiárido Nordeste II. Assim como nas outras unidades inauguradas na Gestão 2019/2021 o trabalho dos defensores já tinha sido iniciado, por meio de reuniões e apresentações pela cidade, e só estava aguardando a finalização das obras do imóvel para começar efetivamente.

Mesmo antes da inauguração a Defensoria já tinha seu trabalho reconhecido em Ribeira do Pombal e a prova disso é que a Instituição recebeu uma Moção de Congratulações da Câmara Municipal pela implantação da unidade e atuação dos defensores públicos na cidade. Os dois defensores públicos designados para atuar na cidade, na época, Raquel Malta e Isaac Braga, representaram a Defensoria na Sessão Ordinária em que a homenagem foi realizada e também destacaram todos os serviços oferecidos pela Instituição para garantir os direitos daqueles que mais precisam.

Seguindo a sequência de alcance de novas comarcas, no dia 17 de outubro de 2019, foi a vez de inaugurar as dependências da Defensoria Pública no Fórum da cidade de Conceição do Coité. Durante a cerimônia, o juiz titular da comarca, Gerivaldo Alves Neiva, fez questão de destacar a falta que a Instituição fez na cidade durante todo este tempo e o quanto ela é essencial para a população que mais precisa. Durante a inauguração, a Defensoria foi agraciada com a apresentação da Orquestra Santo Antônio, formada por crianças, adolescentes e jovens da cidade, que executou o Hino Nacional e o Hino do Estado da Bahia.

Dois meses depois, a DPE/BA expandiu, mais uma vez, a sua atuação pelo Recôncavo Baiano e retomou suas atividades no município de Nazaré. No dia 18 de dezembro de 2019, a Instituição inaugurou suas instalações no Fórum da cidade e passou a contar com a atuação de duas defensoras públicas. Anteriormente o atendimento da Defensoria na comarca era feito pela mesma equipe que atuava na unidade de Itaparica, mas a Resolução nº 004/2019, do Conselho Superior da Defensoria, estabeleceu a modificação e criou a unidade defensorial em Nazaré.



Foi durante a inauguração que a unidade de Nazaré registrou o primeiro atendimento desta nova fase: o assistido Raimundo Conceição, de 89 anos, que tinha reconhecido na véspera a marca da Defensoria na camisa da servidora do Cerimonial e agradeceu a volta da Instituição, foi o convidado de honra do evento e teve a chance tão esperada de começar a resolver seu caso.

Para marcar um ano do início desta Gestão, no dia 5 de março de 2020, quem viu a Defensoria Pública voltar a atuar depois de 18 anos foi a cidade de Santo Estevão. A expectativa da população era tanta que a calçada no lado externo da unidade ficou lotada e o defensor público geral, Rafson Saraiva Ximenes, não pensou duas vezes em ir para a área externa também para falar mais perto do público e para ver o quanto a Defensoria era esperada no município.

Cerca de seis meses antes da inauguração em Santo Estevão, a Defensoria recebeu a visita do prefeito Rogério Costa e do procurador Ricardo Rebelo e firmou um Termo de Cooperação com o Município para a instalação da unidade. A Prefeitura disponibilizou o imóvel, localizado no centro da cidade, e a Defensoria comprometeu-se a prestar os serviços de assistência jurídica integral e gratuita para a população.



Primeiro atendimento da unidade de Nazaré: assistido Raimundo Conceição



Defensor-geral vai para onde está o povo e inaugura unidade de Santo Estevão na calçada



Termo é assinado entre Defensoria e Prefeitura de Santo Estevão

## VOCÊ SABIA?

Entre 2019 e 2020 foram criadas novas unidades nos municípios de Ipiaú, Cachoeira, Camacã e Poções, seguindo as diretrizes do Plano de Expansão da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Devido à pandemia causada pelo novo coronavírus, contudo, estas unidades ainda não chegaram a ser efetivamente implantadas e os(as) novos(as) defensores(as) públicos(as) titularizados nestas comarcas foram designados para outras já em funcionamento, enquanto aguardam as inaugurações para iniciarem os trabalhos de forma efetiva nas cidades.



## INVESTIMENTO NA ACESSIBILIDADE

A acessibilidade, a localização com um espaço muito mais amplo e defensores(as) públicos(as), servidores(as) e assistidos(as) foram determinantes para que a Defensoria Pública decidisse mudar, em 2019, a sede da unidade localizada em Jacobina, no Norte da Bahia.

A inauguração aconteceu no dia 12 de setembro de 2019, na semana que antecedeu o Dia Nacional de Luta da

Pessoa com Deficiência e o que se viu foi um espaço totalmente acessível - com pavimento térreo, rampa, mapa e piso táteis, sanitários adaptados e em rua plana (a sede anterior ficava situada em uma ladeira). A nova sede foi vista de perto pelo governador Rui Costa, que descerrou a placa de inauguração junto com o defensor público geral, Rafson Saraiva Ximenes.

## PRIMEIRA SEDE CONSTRUÍDA COM RECURSOS PRÓPRIOS

O nome já diz tudo: Vitória da Conquista. É nesta cidade, localizada no Sudoeste do estado e que sedia a sua 2ª Regional, que a Defensoria Pública do Estado da Bahia conquista mais uma vitória e fecha 2020 com o lançamento do Edital de Licitação, na modalidade de concorrência, para construção da primeira sede a ser erguida com recursos próprios da Instituição.

Com 1.500,00m² de área total, o terreno fica localizado em um bairro considerado em expansão e conhecido por sua ampla oferta de comércio e serviços na cidade e foi doado pela Prefeitura Municipal à Defensoria em 2012 [através da Lei Municipal nº 1858, de 24 de setembro de 2012], teve seu prazo de construção estendido em 2018 e, finalmente, em 2021, o projeto sairá do papel e as obras serão iniciadas. A obra está estimada em R\$ 3,8 milhões, com prazo de execução previsto para seis meses.

De acordo com o *layout* elaborado pela equipe do Setor de Planejamento e Obras da Instituição, a primeira sede própria construída pela Defensoria contará com dois pavimentos (térreo e 1º andar) e estará situada no Loteamento Itamaraty, mais precisamente na Rua Rio



Projeto da sede própria da Defensoria em Vitória da Conquista

Doce, s/n, no bairro Candeias. O projeto prevê 20 gabinetes, recepções/salas de espera, triagem, auditório com capacidade para 65 pessoas, 33 vagas de estacionamento – com reservas para pessoas com deficiência e idosos e outras exclusivas para motocicletas, bicicletário, elevador, sala e também depósito para o projeto Mãos que Reciclam, Central de Mediação e Conciliação – CMC, sala de reunião, arquivo, biblioteca, refeitório, sanitários, vestiários e muito mais.

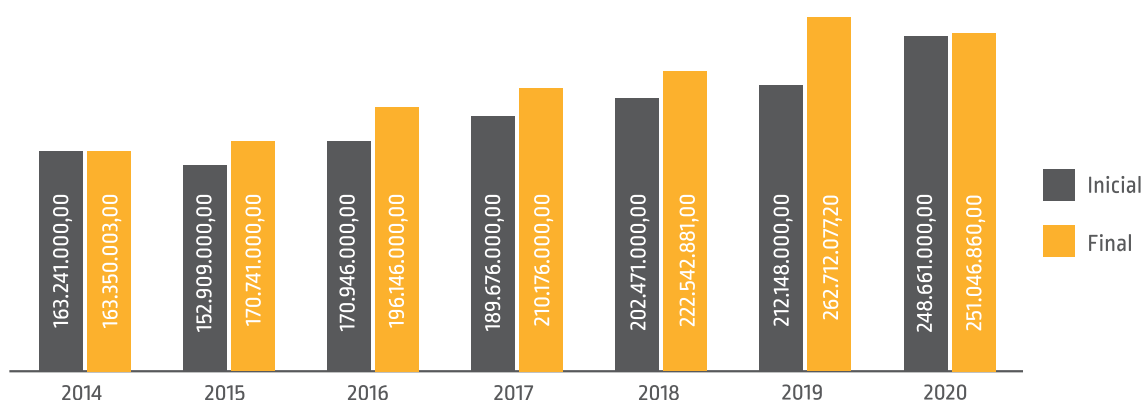
Além de Vitória da Conquista, a 2ª Regional da Defensoria abrange os municípios de Brumado, Guanambi e Itapetinga.

# ORÇAMENTO 2021: O MAIOR DA HISTÓRIA

Mesmo com o impacto econômico causado pela pandemia do novo coronavírus/Covid-19 e a consequente diminuição na arrecadação do Estado da Bahia, a Gestão 2019/2021 da Defensoria Pública não mediu esforços para obter em 2021 o maior orçamento da história da Instituição.

O anúncio do valor inicial de R\$270.507.000,00 foi feito durante a 223ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior, realizada no dia 11 de agosto de 2020 com apresentação de todos os detalhes da proposta orçamentária. Este valor representa um crescimento de 8,8% em relação à cota inicial de 2020 e de mais de 65,71% se comparado ao valor obtido em 2014.

## DPE/BA - Evolução do orçamento (2014 a 2020\*)



[\*] Até 30/11/2020.

O setor que viu seu orçamento crescer em mais de 78,58% entre 2019 e 2021 foi a Corregedoria-geral da Defensoria. Com um valor de R\$ 184.784,00 executado em 2019, a Corregedoria teve uma dotação orçamentária de R\$ 300.000,00 em 2020 e, para 2021, a cota será de R\$ 330.000,00. O investimento feito no órgão, que compõe a Administração

Superior da Instituição, é destinado às ações de acompanhamento, fiscalização, orientação das atividades exercidas pelos(as) defensores públicos(as) e, principalmente, na uniformização das ações da Defensoria diante do seu processo de expansão e interiorização e que resultou na chegada de novos membros.



Ao lado da antecessora Maria Célia Padilha e do subdefensor-geral Pedro Casali Bahia, a nova corregedora-geral, Liliana Sena Cavalcante, é empossada para o biênio 2019/2021



## CENTRAL DE HONORÁRIOS

Instituída pela Portaria nº 166/2020, de 30 de janeiro de 2020, a Central de Cobrança e Execução de Honorários da Defensoria representa mais um avanço da Gestão 2019/2021 e chega às vésperas do seu primeiro ano de atividades com a identificação de receita de verbas sucumbenciais no valor de R\$ 1.672.421,44 (um milhão, seiscentos e setenta e dois mil, quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e quatro centavos) provenientes dos 4.891 processos movimentados e localizados, até agora, pela Central.

Tendo à frente a defensora pública Andreza Priscila Pereira desde o início da sua criação, a Central atua na cobrança, acompanhamento e fiscalização da execução destas verbas sucumbenciais decorrentes da atuação da Defensoria e que são destinadas ao Fundo de Assistência Judiciária – FAJ gerido pela própria Instituição.

Mesmo neste ano de 2020, que ficou marcado pela pandemia causada pelo novo coronavírus (ver mais sobre a atuação da Defensoria neste período no capítulo Avanços no desafio da pandemia), o trabalho de execução e recebimento das verbas feito pela Central não foi inter-

rompido e ainda garantiu um retorno expressivo dos valores resultantes da atuação institucional, como os números comprovam.

Para realizar seu trabalho, a Central dispõe de um sistema, desenvolvido pela Coordenação de Modernização e Informática – CMO da Defensoria, que otimiza, monitora e identifica todos os processos em que a Instituição atua. Todas as intimações emitidas pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – TJBA são recebidas também no sistema e, a partir daí, a Central faz a análise minuciosa e individual de cada processo e intimação recebidos.

Em menos de um ano de atividades, a Central de Honorários da Defensoria identificou R\$ 1.672.421,44 de receita das verbas sucumbenciais

## ASSESSORIA DE RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

Se a palavra que define a Defensoria da Bahia na Gestão 2019/2021 é avanço, a articulação da Instituição no meio político é de fundamental importância e precisava da *expertise* de quem entende do assunto. E foi com base em toda sua experiência que o bancário, psicólogo, ex-deputado estadual e ex-secretário de governo José Álvaro Gomes Fonseca assumiu o cargo na Assessoria de Relações Interinstitucionais da DPE/BA, implementada em junho de 2019.

A Assessoria de Relações Interinstitucionais tem como atribuição auxiliar na ampliação da participação da Defensoria Pública em questões que envolvem diretamente os interesses dos usuários dos serviços e na articulação de alianças e apoio político.

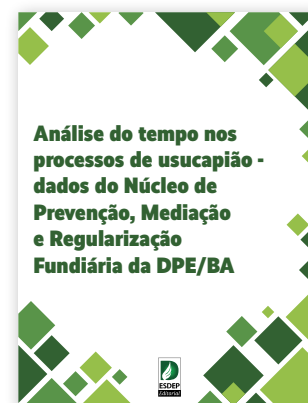
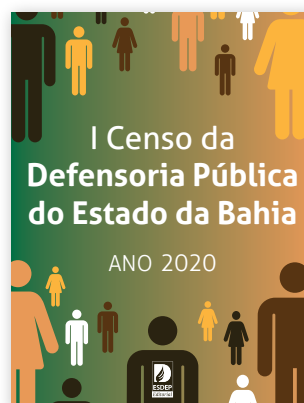
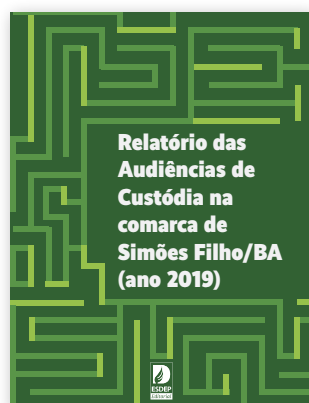
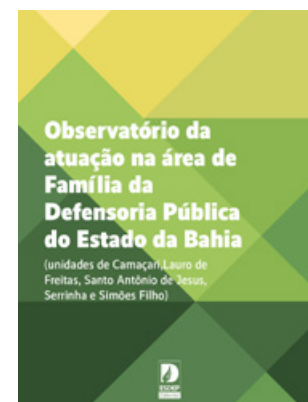
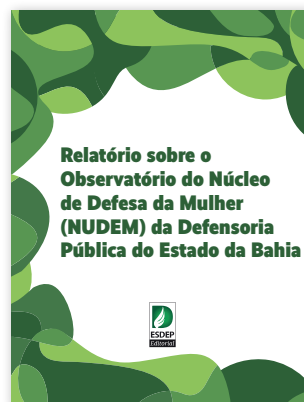
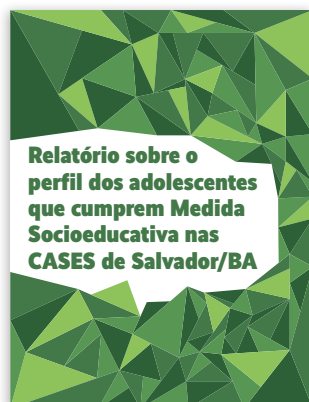
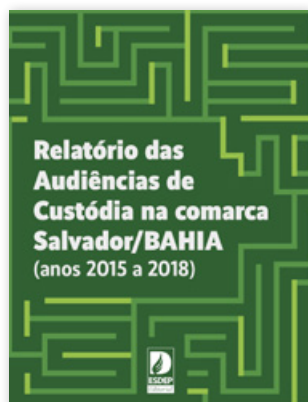
A Administração Superior entendeu que a Instituição precisava de ajuda para a conquista política de condições

para desempenhar o trabalho: estruturais, orçamentárias, físicas e legais, para a tramitação de leis que beneficiam a instituição e os assistidos.



Ex-deputado estadual Álvaro Gomes traz sua experiência

# ASSESSORIA DE PESQUISAS ESTRATÉGICAS



Com uma equipe formada por um defensor-assessor, dois servidores e três estagiários, a Assessoria de Gabinete para Pesquisas Estratégicas é mais um dos diferenciais implantados no biênio 2019/2021. Ela tem a missão de coletar e analisar dados e informações através de metodologia específica e, em seguida, utilizar os resultados obtidos como ferramenta para subsidiar o trabalho da Defensoria Pública e também para a definição de políticas e diretrizes de ação.

Entre os dados já analisados e que geraram relatórios em 2019 estão os das Audiências de Custódia em Salvador (2015

e 2018), do Observatório do Núcleo de Defesa da Mulher – NUDEM da Defensoria e sobre o perfil dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa nas Comunidades de Atendimento Socioeducativo – CASES de Salvador.

Em 2020 foram apresentados os relatórios das Audiências de Custódia em Salvador (2019), das Audiências de Custódia em Simões Filho (2019), do I Censo da Defensoria Pública e o de Análise de tempo nos processos de usucapião, que traz dados do Núcleo de Prevenção, Mediação e Regularização Fundiária da DPE/BA.

## DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

No dia 19 de maio de 2019 a história da Defensoria Pública ganhou mais um capítulo com o lançamento do seu próprio Diário Oficial Eletrônico. Além de reforçar a autonomia da Instituição, a iniciativa garantiu uma economia de R\$ 368.890,20 (trezentos e sessenta e oito mil, oitocentos e noventa reais e vinte centavos) no contrato que viabilizava a publicação de toda a comunicação oficial da Instituição no Diário Oficial do Estado da Bahia – DOE.

Com mais de 432 edições veiculadas desde então e mais duas edições extraordinárias na conta, o Diário Oficial da Defensoria é publicado de terça a sábado e pode ser consultado através do endereço eletrônico *diario.defensoria.ba.def.br*.



Ter um trabalho reconhecido é a certeza de que se está no caminho certo. E, em 2019 e 2020, além de já ser reconhecido estadual, regional e nacionalmente, o trabalho da Defensoria da Bahia ganhou repercussão e virou modelo a nível internacional.

No Sistema de Justiça baiano, por exemplo, a Instituição foi condecorada com as medalhas comemorativas pelos 410 anos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – TJBA e também do Ministério Público do Estado da Bahia – MPBA.





Além disso, a Defensoria também recebeu homenagens do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região – CREFITO-7, pelo desenvolvimento do projeto Estágio Especial, que contrata adolescentes e

jovens autistas como estagiários, e do Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social – IAPAZ, pela contribuição relevante nos esforços pela construção da cidadania e a garantia dos direitos humanos e fundamentais.



Iniciativa da Defensoria de inserir adolescentes e jovens autistas em seu programa de estágio recebeu uma homenagem do CREFITO-7



A promoção da cidadania e a garantia dos direitos humanos também levaram à Defensoria a ser homenageada pelo IAPAZ

A atuação da DPE/BA durante o Plantão do Carnaval também foi reconhecida, nos anos de 2019 e 2020, através de homenagem feita pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia - CBMBA e pela Polícia Militar do Estado da Bahia - PMBA em agradecimento pela Instituição fazer parte da chamada corrente do bem.

Já a primeira edição do Prêmio Assembleia Cidadã, promovido pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, reconheceu a atuação da Defensoria baiana e convidou a Instituição, por meio do seu defensor-geral, Rafson Saraiva Ximenes, para participar do corpo de jurados da premiação.

A contribuição que a Defensoria tem dado para a implantação e melhoria das políticas afirmativas na Bahia foi reconhecida pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia - SEPROMI e o trabalho que a Instituição realiza em prol da preservação da memória dos heróis negros, a exemplo do projeto Júri Simulado – Releitura do Direito na História, foi lembrado e homenageado na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia - ALBA durante a Sessão Especial Revolta dos Búzios proposta pela deputada estadual Fabíola Mansur e pelo deputado estadual Jacó.

Além de medalhas, placas, troféus, certificados e quadros, a Defensoria também recebeu durante o biênio 2019/2021 uma homenagem através de um cartaz que, escrito à mão e com letras coloridas, expressava o sentimento de gratidão dos internos do Módulo 3 da Penitenciária Lemos de Brito, em Salvador, que estão privados de liberdade e veem na Instituição a única esperança de serem defendidos e terem todos os seus direitos preservados e garantidos.

Nem os mais de 5 mil quilômetros de distância entre o Brasil e o Chile foram obstáculos para que defensores públicos chilenos viessem conhecer, de perto, o trabalho realizado pela DPE/BA para servir como modelo na Defensoria Pública daquele país.

E esta atuação em defesa da população mais vulnerável, especialmente na área penal, também virou tema da tese de Doutorado que está sendo desenvolvida pela pesquisadora norte-americana de descendência portuguesa Maria-Fátima Santos, na Universidade da Califórnia, em Berkeley, nos Estados Unidos.



Em comemoração ao Dia da Mulher, coordenadora Fabíola Pacheco representa as mulheres da Instituição e recebe rosa do Corpo de Bombeiros



Subdefensor-geral Pedro Bahia recebe, em nome da Defensoria, homenagem da Polícia Militar pelo trabalho realizado no Carnaval 2020



Defensoria é convidada para fazer parte do júri de prêmio nacional das Assembleias Legislativas



Defensor-geral, Rafson Ximenes, destaca na cerimônia de abertura do prêmio o quanto os trabalhos já são vencedores

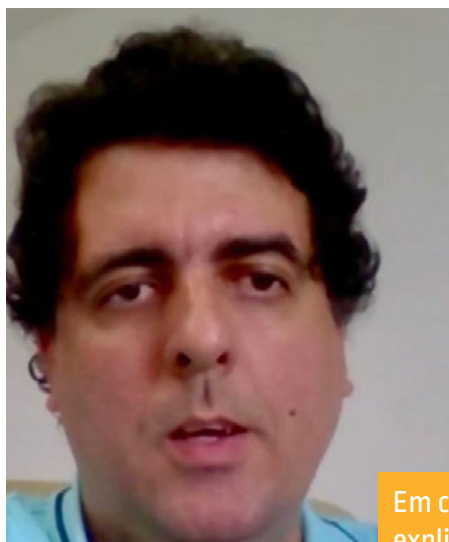




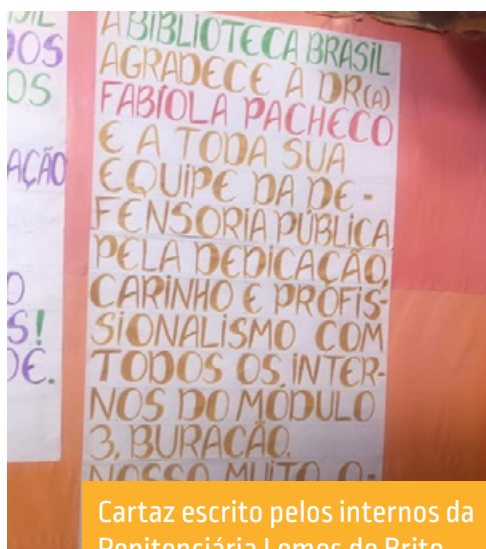
A preservação da memória dos líderes da Revolta dos Búzios também garantiu homenagem à DPE/BA



SEPROMI reconhece trabalho da Defensoria em prol da igualdade racial



Em conversa pela internet, defensor-geral explica à pesquisadora norte-americana sobre atuação da Instituição na área penal



Cartaz escrito pelos internos da Penitenciária Lemos de Brito expressa gratidão à DPE/BA



Defensores públicos chilenos chegam à Bahia para conhecer o trabalho da Defensoria



# ATUAÇÃO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES



Defensor-geral reúne-se com defensora Hélia Barbosa e defensor Hédio Soares Jr

Em mais um avanço em sua história, a Defensoria Pública designou, pela primeira vez, em abril de 2019, um defensor público [Hédio Soares Júnior] para atuar exclusivamente em Brasília junto aos Tribunais Superiores. O escritório de representação da Instituição na capital federal foi inaugurado em 2017 e, desde então, contava com a atuação, em caráter excepcional e esquema de rodízio, da defensora pública Hélia Barbosa e do defensor público Raul Palmeira, da Instância Superior da Defensoria.

Desde este período em que passou a ter atuação exclusiva, a Defensoria contabilizou, em 2019, um total de 1035 processos no Superior Tribunal de Justiça – STJ, sendo que 114 deles foram favoráveis, 667 desfavoráveis, 142 liminares indeferidas e 112 prejudicados. Em 2020, de acordo com levantamento, até agora, foram 1082 processos, sendo 104 favoráveis, 524 desfavoráveis, 303 liminares indeferidas e 151 prejudicados.

Um mês após a designação, mais um fato marcante entrou para a história da Defensoria: a Instituição, por meio do defensor público geral, Rafson Saraiva Ximenes, fez a primeira sustentação oral perante o Supremo Tribunal Federal – STF. Na ocasião, estava em julgamento o Recurso Extraordinário - RE 601182 sobre a constitucionalidade da suspensão dos direitos políticos, como o voto, nos casos em que o cidadão tenha sua pena de privação de liberdade substituída pela pena restritiva de direitos.



# AÇÕES CIDADÃS

## SOU PAI RESPONSÁVEL

Fazendo parte do calendário diário da Defensoria há 13 anos e intensificada sempre no mês de agosto, quando é comemorado o Dia dos Pais, a Ação Cidadã Sou Pai Responsável da Defensoria Pública entrou, literalmente, em campo e marcou seu gol de placa em 2019 quando levou o incentivo ao reconhecimento de paternidade e a oferta de exames gratuitos de DNA para a Arena Fonte Nova e o Estádio Manoel Barradas - o Barradão, através de parceria com os times do Bahia e do Vitória.

No domingo que antecedeu o Dia dos Pais, sob os olhares atentos dos torcedores que foram à Arena Fonte Nova para acompanhar a partida entre Bahia e Flamengo, a Defensoria entrou em campo com a faixa da campanha Sou Pai Responsável. As crianças que acompanham os jogadores na entrada também usaram a camisa da Ação

Cidadã e o vídeo “Em nome do filho”, que ressalta a parceria da Defensoria com o Bahia e incentiva o reconhecimento da paternidade em nome do amor ao futebol, foi exibido nos telões da arena.

No Barradão, a entrada da Defensoria com a faixa em campo foi minutos antes da partida entre Vitória e Paraná, que garantiu o placar de 2 a 0 para o time baiano. Antes do jogo, a atenção da torcida ficou voltada para a Loja do Leão, onde a Defensoria já estava atendendo os supostos pais rubro-negros interessados em fazer o exame.

Além da parceria com dois dos times baianos, um outro parceiro da Defensoria na intensificação da campanha foi o Boulevard Shopping, em Feira de Santana, no qual foi montado um balcão de informações, orientações jurídicas e de agendamento dos exames.

Nesta edição 2019, cujo tema foi “Não abra mão do seu papel de pai”, o padrinho foi o ator e apresentador Érico Brás, baiano que integra o cast da Rede Globo, e, em um total de 8.098 atendimentos, foram realizados 2.866 exames de DNA em 2019.



Edição 2019 da Ação Cidadã Sou Pai Responsável foi além dos muros da Defensoria e levou sua mensagem a estádios e um shopping



Já em 2020, com o tema “De repente pai”, a campanha produzida pela Assessoria de Comunicação - ASCOM trouxe um depoimento real do assistido Silvio Cruz, que fez o exame de DNA por meio da Defensoria e descobriu que era pai de Andressa de Carvalho, de 25 anos. Devido à pandemia do novo coronavírus, as coletas foram suspensas e não aconteceram na intensificação da campanha, mas antes da suspensão foram realizados 357 exames, principalmente entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020 e o número de atendimentos sobre reconhecimento de paternidade, neste mesmo período, chegou a 1.558 de acordo com dados da Central de DNA da Defensoria.



Sou Pai Responsável 2020: assistido Sílvia descobriu, de repente, que é pai de Andressa

## AME E ADOTE

Uma outra Ação Cidadã da Defensoria, a Ame e Adote também foi baseada em fatos reais e a edição 2019, que destacou que adotar é reconhecer o amor que existe em você, contou a história do casal Zaida de Luna e Anderson Souza, que primeiro adotou o pequeno Pedro Luís com 15 dias de vida e, dois anos e meio depois, descobriu que ele tinha um irmão, Rian, e o adotou também.

Na versão 2020 da campanha o mote foi “Um amor que chega no momento certo” e a madrinha foi a técnica de enfermagem assistida na Unidade Móvel de Atendimento da Defensoria e na sede localizada em Amargosa, Dirleuza Santana, que aceitou contar toda a sua história de regularização da adoção da menina Kamile, de 11 anos, que foi adotada ainda recém-nascida. Esta edição também foi produzida pela Assessoria de Comunicação.



Defensoria prova através de campanha que coração de mãe sempre cabe mais um



Assistida da Instituição conta sua história de amor e adoção



# CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO - CRC

“Você ligou para a Central de Relacionamento com o Cidadão da Defensoria Pública do Estado da Bahia”. Há 10 anos, um número de telefone de apenas três dígitos e de fácil memorização – 129 – entrou em funcionamento e chegou para facilitar o acesso e o contato do assistido com a Defensoria. Começava, assim, o trabalho da Central de Relacionamento com o Cidadão – CRC da Instituição, que viu sua demanda crescer em 418,9% nos últimos cinco anos.

Em 2015 foram registrados 32.992 atendimentos apenas pelo telefone. No ano seguinte, em 2016, foram 32.060 atendimentos. Este número aumentou para 45.165 em 2017 - quando foi lançado o agendamento on-line, chegou a 115.659

em 2018 e, em 2019, a Central registrou um total de 160.651 atendimentos. Em 2020, até o dia 15 de dezembro, alcançou a marca de 171.187 atendimentos realizados durante o ano pelo telefone, agendamento on-line pelo site e pelo aplicativo e o chatbot no Facebook, o mais novo entre os canais de atendimento da Instituição e que foi implantado durante o período da pandemia causada pelo novo coronavírus.

Funcionando de segunda a sexta-feira, das 8 às 17h, a CRC (ver mais sobre a ampliação do setor no capítulo Avanços no desafio da pandemia) conta com uma equipe fixa formada por 11 servidores, sendo uma supervisora e mais 10 analistas, além de seis estagiários de Nível Superior.



Equipe da CRC oferece, por meio de diversos canais, o contato do cidadão com a Defensoria

# POP RUA

O trabalho do Núcleo Pop Rua da DPE/BA, vinculado à Especializada de Proteção aos Direitos Humanos e Itinerante e o único do Sistema de Justiça em todo o Brasil, começou o biênio 2019/2021 atravessando as fronteiras e sendo conhecido internacionalmente. Em março de 2019, a defensora pública que atua no Núcleo, Fabiana Almeida Miranda, representou a instituição no Encontro Latino-Americano de Organizações da Sociedade Civil e Pessoas em Situação de Rua – ENLACALLE, realizado em Santiago, no Chile.

Quase um ano depois, em fevereiro de 2020, quem veio à Bahia para conhecer de perto o trabalho do Núcleo Pop Rua e levar esta experiência para servir de inspiração para a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte – DPE/RN foi a defensora pública Anna Paula Cavalcante. Ela, assim que chegou, acompanhou o atendimento da equipe nas unidades de acolhimento institucional e ruas da capital baiana.



Trabalho desenvolvido pelo Núcleo Pop Rua é compartilhado em encontro realizado no Chile



Se é para abordar as demandas da população que vive em situação de rua, a Defensoria entende bem do assunto e a prova disso é que a Instituição lançou, em abril de 2019, o projeto 'Formação da Rede de Serviços do Centro Histórico', que promoveu minicursos voltados para a capacitação e formação de multiplicadores de conhecimentos sobre os direitos humanos e de atenção, abordagem e acolhimento dessa população.

No mês de maio de 2019 foi a vez do lançamento do projeto 'Advocacy Pop Rua' que, por meio de uma série de palestras, conferências, audiências públicas e oficinas, tem como objetivo contribuir para a redução de vulnerabilidade relacionadas às violências institucionais, tais como barreiras de acesso que as pessoas em situação de rua enfrentam em determinadas áreas e serviços públicos de Salvador.

## VAN

Desde a gestão anterior, a de 2015/2019, o Núcleo Pop Rua passou a contar com um veículo, do tipo Van, exclusivo para atender às suas demandas. Já no biênio 2019/2021, um ano e meio após o lançamento de um dos projetos caçulas do Núcleo, o Pop Rua em Movimento, a Defensoria concluiu o processo de aquisição iniciado na gestão anterior e, finalmente, no dia 15 de agosto de 2019, foi entregue a chave de um veículo zero quilômetro: uma Van também, com 12 lugares, com bancos reclináveis e de couro, ar condicionado, TV e motorista à disposição.

Com a missão de conduzir a equipe multidisciplinar que atua no Núcleo e também, quando necessário, transportar os assistidos aos locais indicados para que os casos sejam solucionados, a nova Van Pop Rua serviu como reforço para as atividades e atendimentos itinerantes que já vinham sendo realizados pelas ruas e locais da capital onde essa população está concentrada. Desde que começou a circular diariamente para atender às demandas do Núcleo, o veículo já soma mais de 12 mil quilômetros percorridos. Levando a marca da Defensoria e o nome do Pop Rua, por onde passa chama a atenção e confirma o propósito de estar sempre em movimento para levar os serviços da Instituição para aqueles que vivem em situação de rua.



Defensoria promove minicursos para a capacitação de multiplicadores que atuam no Centro Histórico



O acesso das pessoas em situação de rua aos serviços públicos é abordado em evento



Pop Rua ganha uma nova van para atender às demandas



# PLANTÃO DE CARNAVAL



A cerimônia de posse da Gestão 2019/2021 foi em pleno sábado de carnaval, dia 2 de março de 2019, durante a 209ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior, realizada no auditório da sede da Escola Superior da Defensoria – ESDEP, no bairro do Canela, em Salvador.

Contando com a presença dos defensores(as) públicos(as) e servidores(as) que já estavam prontos para iniciar as atividades do terceiro dia do Plantão do

Carnaval 2019 da DPE/BA, a cerimônia de transmissão do cargo de defensor público geral, do antecessor Clériston Cavalcante de Macedo para o sucessor Rafson Saraiva Ximenes, foi marcada pelo clima festivo que já tomava conta da cidade, e, de acordo com o novo defensor-geral, este poderia ser o sinal de uma gestão feliz e marcada pela contribuição de todos em prol de quem depende dos serviços da Defensoria Pública.



Tema do Plantão de Carnaval 2020 da Defensoria

Já em 2020, a 13ª edição do Plantão do Carnaval trouxe uma novidade. Pela primeira vez, a campanha sobre o trabalho que a Defensoria desenvolve nos sete dias de folia teve um tema: “Defenda sua cultura. Defendemos seus direitos”. Em todas as peças gráficas e audiovisuais da campanha que foram exibidas, inclusive, nos trios elétricos, a Instituição destacava a importância da valorização e da defesa da cultura negra.

Durante o lançamento, ocorrido na Casa do Olodum, no Pelourinho, foi divulgado o manifesto “A cultura negra merece respeito”, assinado pela Defensoria e mais 11 blocos afro e afoxés - Malê Debalê, Filhos de Gandhi, Ilê Aiyê, Olodum, Muzenza, Comanche do Pelô, Didá, Cortejo Afro, Os Negões, A Mulherada e Okambi. A campanha e o documento tiveram tanta repercussão que, dias depois do lançamento, os blocos começaram a receber investimentos.



Defensoria lança campanha em plena Casa do Olodum



# PRÊMIOS

A atuação da Defensoria Pública vem recebendo destaque em diversas áreas. Todo o trabalho desenvolvido pela Defensoria no Plantão do Carnaval virou um *jingle* que garantiu o 1º lugar na categoria Mídia Radiofônica da edição 2019 do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, promovido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça - FNCJ.

Na edição 2020 deste prêmio, a DPE/BA também garantiu um lugar no pódio para dois dos seus projetos de comunicação. A fotografia “Da graxa à graça de ser pai: quando a oportunidade chega, para tudo e vai!” e o vídeo institucional “Projeto Estágio Especial” ficaram entre as melhores do Sistema de Justiça do Brasil conquistando os 2º e 3º lugares, respectivamente.

O projeto Estágio Especial também garantiu que a Defensoria deixasse seu nome marcado no XIV Congresso

Nacional das Defensoras e Defensores Públicos – CONADEP ao conquistar o 2º lugar no concurso de práticas exitosas e, em dezembro de 2019, a prática recebeu Menção Honrosa no Prêmio Inovare.

As demais práticas desenvolvidas pela Defensoria também foram homenageadas durante o XIV Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos 2019 ao serem reconhecidas pelo prêmio ANADEP Inova, uma iniciativa criada em 2019 para reconhecer e promover a disseminação de práticas das Defensorias de todo o Brasil. Em 2020, seis práticas da Defensoria baiana, também inscritas no Prêmio Inovare, foram reconhecidas pelo projeto ANADEP Inova e receberam certificados: Abraçando Vidas, Centro de Análise de Execução Penal e Observatório Carcerário Estadual da Defensoria Pública do Estado da Bahia - CAEPO, Liberdade na Estrada, Lugar de Fala, Núcleo de Gestão Ambiental - NUGAM e o programa Mãos que Reciclam.



Defensoria conquista 1º lugar no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2019

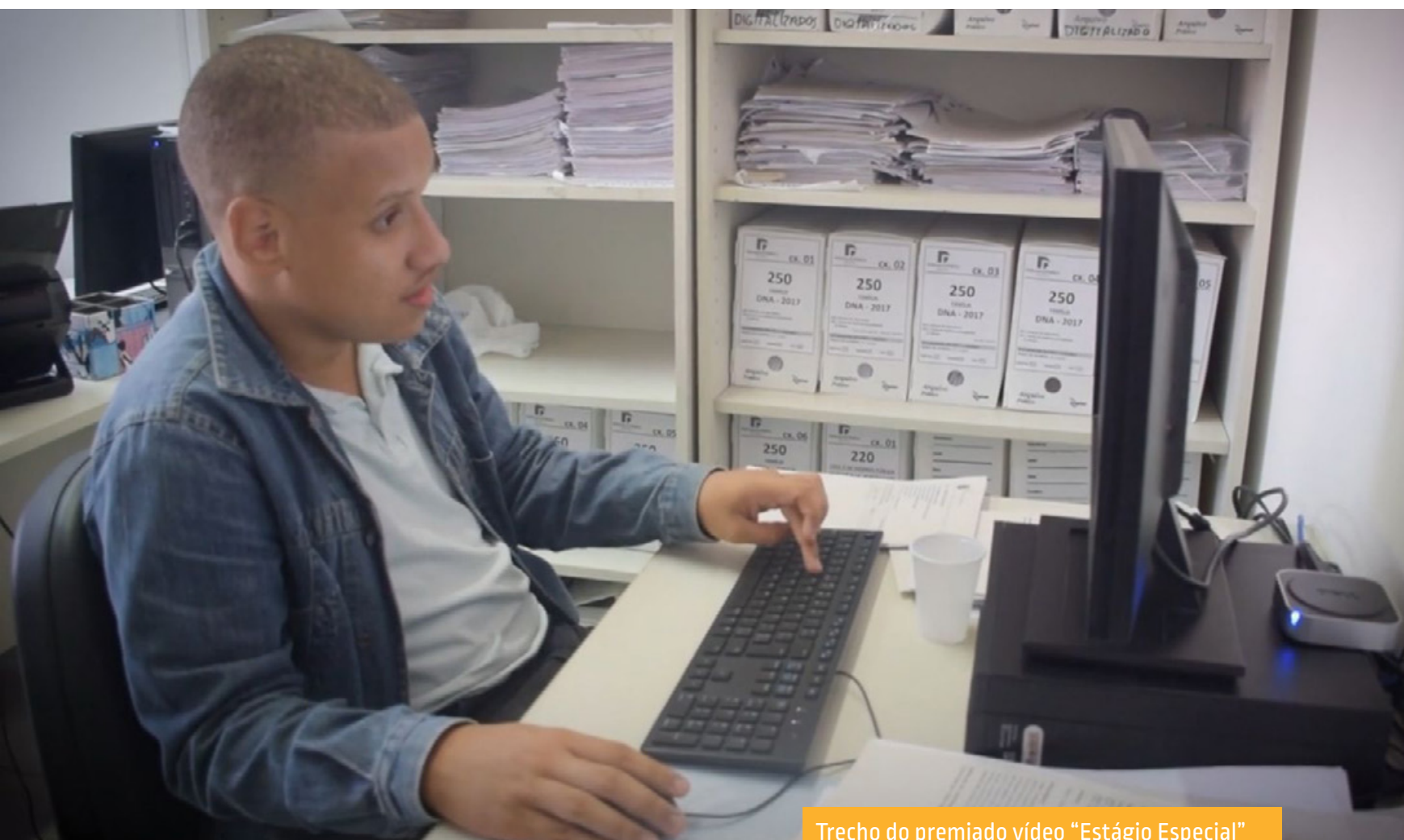


Foto de coleta de exame de DNA leva 2º lugar na edição 2020 do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

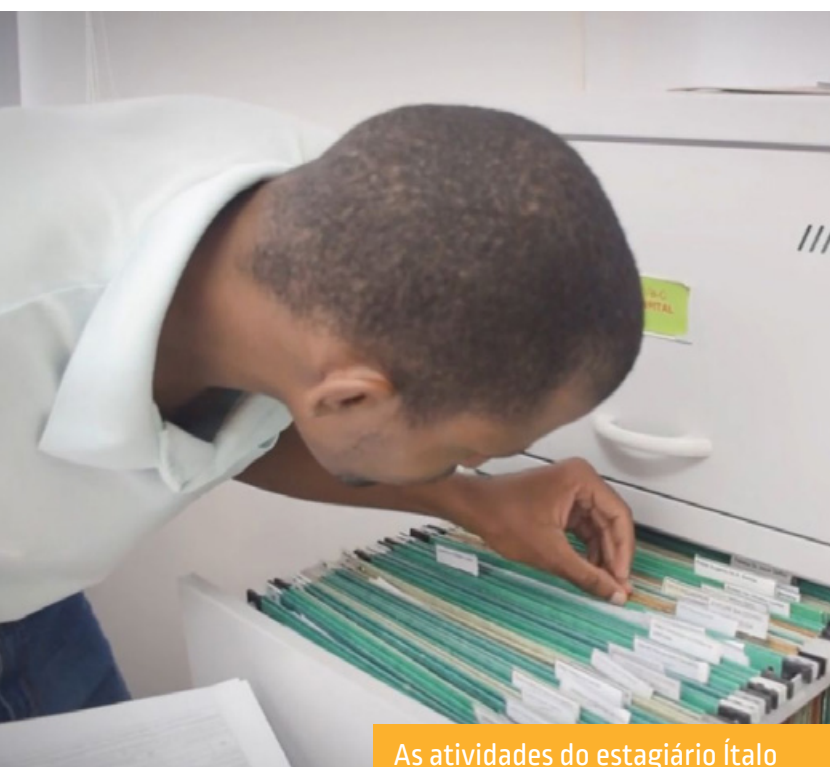


Além do 2º lugar do projeto Estágio Especial no XIV CONADEP, as demais práticas desenvolvidas pela DPE/BA são reconhecidas e certificadas pelo projeto ANADEP Inova

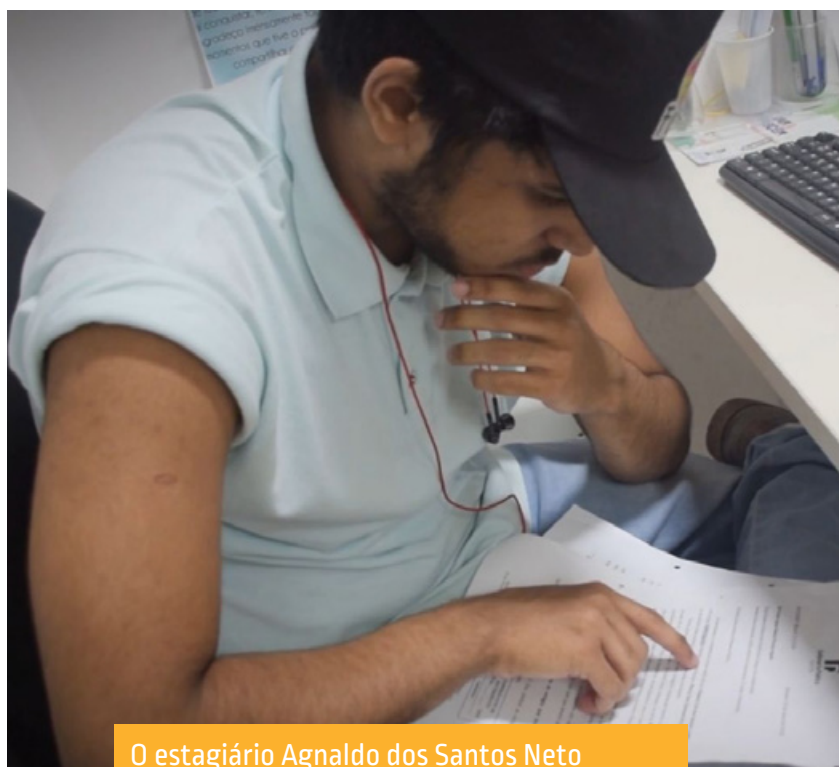




Trecho do premiado vídeo “Estágio Especial” mostra rotina do estagiário Antônio Jorge Filho



As atividades do estagiário Ítalo Sales também fazem parte do vídeo



O estagiário Agnaldo dos Santos Neto também teve seu dia a dia na DPE/BA filmado

# NUDEM: 10 ANOS EM DEFESA DAS MULHERES



Seminário fez parte das comemorações pelos dez anos do NUDEM

A defesa e garantia dos direitos das mulheres que sofrem violência doméstica na Bahia ganharam reforço em 2009, com a criação do Núcleo de Defesa das Mulheres – NUDEM, vinculado à Especializada de Proteção aos Direitos Humanos e Itinerante da Defensoria da Bahia.

Em comemoração aos 10 anos de atuação do Núcleo, em agosto de 2019, a Instituição promoveu o seminário “Conquistas, desafios e resistência no enfrentamento à violência de gênero” que, em dois dias, fez uma retrospectiva sobre todo o trabalho realizado e as conquistas alcançadas durante todo este período.

No início de 2020, considerando os altos índices de feminicídio no Estado, a atuação da Instituição na defesa da mulher e no combate à violência doméstica ganhou reforços (ver mais sobre esta ampliação no capítulo Avanços na organização interna).

Também em 2020, em homenagem ao Mês da Mulher e faltando dois dias para o dia 8 de março, quando é comemorado o Dia da Mulher, a Defensoria lançou o Relatório sobre o Observatório do NUDEM, que trouxe em mais de 60 páginas dados sobre o perfil das mulheres vítimas de violência doméstica atendidas pela Instituição tanto no aspecto quantitativo como qualitativo e também com informações sobre o tipo de violência relatada e quem foram os agressores. A tabela ao lado destaca quem são as 281 mulheres atendidas entre 14 de outubro de 2019 e 22 de janeiro de 2020.

Já sobre o perfil dos agressores, a maior parte é homem (96,79%), heterossexual (99,63%), com renda média de até dois salários mínimos (69,17%), idade de 30 a 44 anos (52,89%), com filhos (90,61%), ensino médio completo (38,31%) e, em geral, é ex-parceiro da vítima (54,09%).



Relatório revela dados sobre quem são as mulheres vítimas de violência doméstica atendidas pela DPE/BA

## PERFIL DAS VÍTIMAS

|                                                         |                       |
|---------------------------------------------------------|-----------------------|
| <b>Negra</b>                                            | 91,45%                |
| <b>Heterossexual</b>                                    | 99,64%                |
| <b>Faixa etária majoritária</b>                         | 30 e 44 anos - 52,31% |
| <b>Solteira</b>                                         | 62,3%                 |
| <b>Ensino Médio completo</b>                            | 46,26%                |
| <b>Renda própria</b>                                    | 83,57%                |
| <b>Renda mensal de até 1 SM</b>                         | 68,1%                 |
| <b>Tem filhos</b>                                       | 87,9%                 |
| <b>Mora em casa própria</b>                             | 50%                   |
| <b>Vive em lares compostos por duas ou três pessoas</b> | 59,13%                |



# IGUALDADE RACIAL

Em 2016, a Defensoria Pública do Estado da Bahia deu um passo decisivo em sua luta pela promoção da igualdade racial com a aprovação, por unanimidade, da Resolução nº 003 / 2016, do Conselho Superior, que regulamentou a reserva de vagas à população negra nos concursos públicos realizados pela Instituição. Cerca de quatro meses depois, a Defensoria virou notícia novamente ao anunciar a realização do seu VII Concurso para Defensores Públicos com a reserva de 30% de vagas para negros, superando até o que determinava a Lei Federal, e 5% para as pessoas com deficiência.

Começava, assim, um novo capítulo na história da Defensoria: uma nova e promissora fase que fez com que as discussões sobre o racismo e como combatê-lo dentro e fora da Instituição fizessem, cada dia mais, parte das

pautas das atividades promovidas para o público interno e também para o público externo.

E foi em 2019 que esta história avançou e começou a se consolidar: primeiro, no dia 29 de junho, quando três defensoras negras e dois defensores negros aprovados no VII Concurso através das cotas, reuniram-se para formar o Grupo de Pesquisa Defensoria Pública e Igualdade Racial. Cinco meses depois de uma intensa e produtiva troca de experiências, leituras e sugestões sobre o tema, a ideia deu tão certo que o defensor público geral, Rafson Saraiva Ximenes, resolveu ampliar e fortalecer a iniciativa e escolheu o Dia da Consciência Negra para anunciar, com a Portaria nº 1202, de 20 de novembro de 2019, a criação do Grupo de Trabalho – GT – pela Igualdade Racial da DPE/BA, marcando, a partir daí, a construção de uma política antirracista na Instituição.



Grupo de Estudos Defensoria Pública e Igualdade Racial reúne-se na ESDEP





Ideia do Grupo de Estudos foi aprovada pelo defensor-geral, que anunciou a ampliação da iniciativa com a criação do Grupo de Trabalho pela Igualdade Racial

O Grupo é coordenado pela defensora pública que também coordena a Especializada de Proteção aos Direitos Humanos e Itinerante da DPE/BA, Eva Rodrigues; tem a defensora Vanessa Nunes Lopes como coordenadora-adjunta. Também são titulares a ouvidora-geral, Sirlene Assis; a diretora da Escola Superior da Defensoria Pública – Esdep, Soraia Ramos Lima; e a servidora Alice Eugênia Lopes Trindade. Já os suplentes são: a também coordenadora da Especializada de Proteção aos Direitos Humanos e Itinerante da Defensoria, Livia Silva de Almeida, as defensoras públicas Clarissa Verena Lima Freitas e Elisa da Silva Alves e os defensores públicos Nathan Cruz Silva e Rafael do Couto Soares, a defensora pública-assessora do Gabinete Analeide Leite de Oliveira Accioly e a ouvidora-adjunta, Zenilda Santos, e a servidora Zudiane Coelho.

Entre os objetivos principais do GT estão a elaboração de propostas normativas para definição da política institucional permanente de combate ao racismo no âmbito interno e externo, a sugestão de criação de fluxogramas de atendimento das demandas individuais e coletivas sobre o tema, o apoio na atuação dos(as) defensores(as) públicos(as) em matérias relacionadas ao assunto, elaboração de materiais impressos e virtuais de apoio e de educação em direitos destinados aos usuários dos serviços da Defensoria e o estímulo ao debate interno

sobre do racismo institucional que perpassa todas as instituições e, entre elas, a própria DPE/BA.

Em mais um marco que prova que o enfrentamento ao racismo passou a fazer parte, com muito mais frequência, das discussões promovidas nas dependências da Defensoria foi que, neste ano de 2020, por exemplo, o primeiro Censo da história da Instituição (ver os detalhes e os resultados da iniciativa no capítulo Avanços na organização interna) além de querer conhecer o perfil de cada um que faz parte do público interno resolveu aprofundar, em sua primeira etapa, a diversidade étnico-racial e quis saber o que defensores(as) públicos(as), estagiários(as) e servidores(as) pensam sobre o tema.

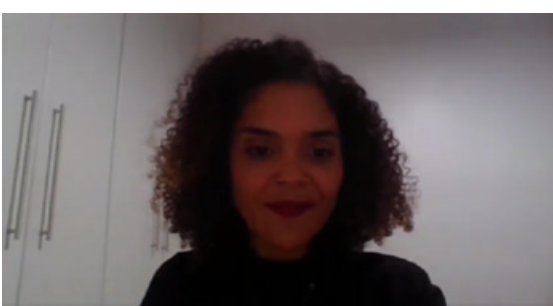
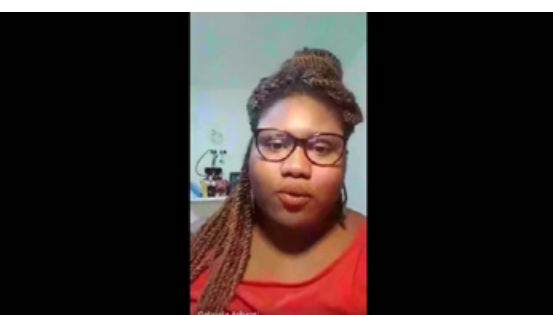
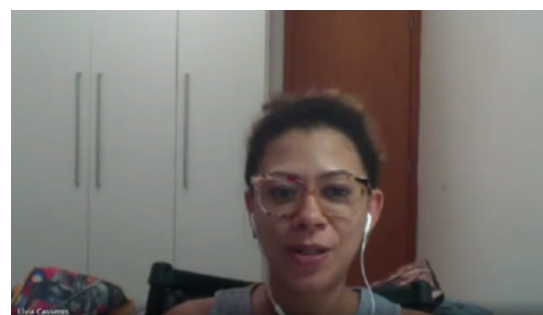
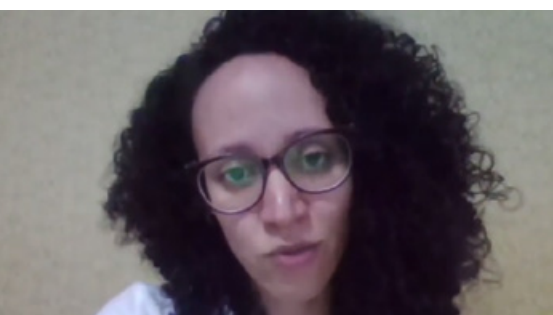
O GT pela Igualdade Racial teve participação nesta iniciativa ao contribuir com a elaboração das questões que ajudaram à Defensoria a perceber, através de dados reais, o que quem faz parte dela pensa sobre o assunto, para, a partir da análise das respostas, a Instituição pensar na melhoria da formulação de políticas e capacitações, a exemplo do primeiro curso interno sobre relações raciais.

A Escola Superior da Defensoria – ESDEP, com mais um apoio dado pelo GT pela Igualdade Racial, escolheu o mês da Consciência Negra em 2020 para iniciar o primeiro curso de formação institucional sobre relações raciais

voltado, exclusivamente, para defensores(as) públicos(as), servidores(as) e estagiários(as).

Realizado na modalidade *on-line*, em todas as quartas-feiras do mês de novembro e na primeira quarta de dezembro, o curso teve uma carga horária total de 15 horas e foi composto por cinco aulas sobre humanidade

e ideia de raça, racismo e poder, relações raciais no Brasil, direito e raça e os desafios, cotas sociais e cotas raciais, as estratégias de combate às fraudes e a experiência da Defensoria na implantação do sistema de cotas. A iniciativa contabilizou 452 acessos no total e todos os participantes receberão certificados.



Curso contou com cinco aulas *on-line* sobre as relações raciais



# Defensoria na luta pela igualdade racial!

Conheça as ações da Instituição nos últimos 3 anos:



**79** iniciativas (ações, palestras e cursos)

Defensoria Pública BAHIA

Defensoria recorre e Justiça suspende desapropriação de área quilombola em Lauro de Freitas



**89** textos no site institucional (releases e coberturas)

**52** posts nas redes sociais

Defensoria Pública BAHIA

**EM PAUTA** **Racismo Estrutural.**  
Onde está? Como enfrentar?

**18 JUN 2020** **16h** | Canal YouTube e Facebook DefensoriaBahia



**Sirlene Assis**  
Diretora-geral da Defensoria Pública da Bahia e vice-presidente da UNEDIO-UB

**Jamara Santana**  
Defensora pública e integrante da GT Defensoria Pela Igualdade Racial (DPIR-Ba-Angajé) e do Conselho de Igualdade Racial da Anacorde

**Alilton Ferreira**  
Sociólogo, ex-secretário municipal da Organização do Salvador e ex-suplementar de Direitos Humanos do Estado da Bahia

**10** transmissões ao vivo

Defensoria Pública BAHIA

**CORONAVÍRUS** – Relatório traz balanço da atuação na defesa dos direitos das comunidades quilombolas e reforça necessidade e essencialidade da Defensoria

19/07/2020 | 10h30 | Por: Igor Carneiro Mendes

**CORONAVÍRUS** – Em iniciativa inédita, força-tarefa da Defensoria planeja assistir todas as comunidades quilombolas da Bahia

19/07/2020 | 14h30 | Por: João Paulo Santos



**171** recomendações expedidas para prefeituras onde há territórios quilombolas

Defensoria Pública BAHIA



# CONVÊNIOS

*Co-o-pe-rar*: operar juntamente com alguém, contribuir, ajudar, auxiliar outras pessoas, agir ou trabalhar junto com outro ou outros para um fim comum. O objetivo em comum da Defensoria e outras instituições, de prestar serviço ao cidadão baiano e oferecer toda a assistência que ele precisa para solucionar suas demandas, resultou, de acordo com levantamento feito pela Coordenação de Acompanhamento de Contratos e Licitações, na assinatura de 28 convênios, termos de cooperação e congêneres durante o biênio 2019/2021.

O primeiro convênio firmado por esta Gestão, em abril de 2019, foi a prova do quanto o trabalho desenvolvido

pela DPE/BA virou referência para as Defensorias de todo o Brasil. O acordo assinado com a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco – DPE/PE cedeu, gratuitamente, o Sistema de Planejamento e Expansão da Defensoria – SIPEd e o Sistema da Carreira Defensorial – SICAD desenvolvido pela equipe de informática baiana.

Na sequência, o interesse da Defensoria e da Associação dos Magistrados da Bahia – AMAB em promover a capacitação e atualização constante dos seus membros fez nascer, em julho de 2019, a parceria para a criação de um canal acadêmico e científico de promoção de cursos e atividades para magistrados e defensores públicos.



Parceria entre DPE/BA e AMAB é firmada para a realização de cursos e atividades em comum para magistrados e defensores

As demandas constantes atendidas pela Defensoria e que estão relacionadas aos registros civis, como nascimento, casamento e óbito, foram otimizadas e as resoluções tornaram-se muito mais rápidas depois que, por meio de convênio firmado com a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais – ARPEN, a Instituição passou a ter acesso às certidões digitais na plataforma da Central de Informações de Registro Civil de Pessoas Naturais – CRC.

O convênio firmado com a Secretaria de Administração do Estado da Bahia – SAEB resultou em melhorias no

gerenciamento do abastecimento da frota de veículos da Defensoria. Com a iniciativa, o valor da cota mensal de combustíveis dos veículos das unidades do interior foi ampliado em 122,5%, o que evitou o deslocamento dos carros lotados na capital, por exemplo, para atender às demandas do interior e permitiu um controle maior do saldo disponível para abastecimento.

Já a assistência integral e gratuita oferecida pela Defensoria foi estendida, por termo de cooperação celebrado com a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia – SSP, para os policiais civis que respondem a

processos administrativos disciplinares. A cooperação prevê, também, o acompanhamento e identificação de demandas individuais e coletivas.

Com o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – TJBA, além do convênio de uso gratuito da sala no Fórum da comarca de Nazaré, a Defensoria também assinou um convênio

interinstitucional para criação e implementação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco para a prevenção e o enfrentamento de crimes de violência contra a mulher. As informações do formulário servirão para subsidiar a atuação do Poder Judiciário, da Defensoria, da Secretaria de Segurança Pública e do Ministério Público.



Criação de formulário de avaliação dos riscos e de combate à violência contra a mulher é objeto de convênio assinado entre Defensoria e Tribunal de Justiça

Em 2020, na semana seguinte ao Dia Mundial do Meio Ambiente e quando o seu Núcleo de Gestão Ambiental – NUGAM – completou seis meses de criação e implantação de uma política institucional de responsabilidade socioambiental, a Defensoria assinou um convênio com o Ministério do Meio Ambiente - MMA para o desenvolvimento de projetos destinados à execução do programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.

Nesta lista de instrumentos assinados pela primeira vez ou renovados entre os anos de 2019 e 2020 também estão aqueles que proporcionam aos estudantes de níveis

técnico e superior, principalmente os do curso de Direito, a oportunidade de estágio nas unidades da Defensoria na capital, no interior e também no escritório de representação em Brasília. Nesta Gestão, foram assinados acordos com oito instituições de ensino: universidades federais da Bahia – UFBA, do Oeste da Bahia – UFOB, do Sul da Bahia – UFSB; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA; Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Universidade Salvador – UNIFACS; Faculdade Nobre – FAN de Feira de Santana e Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal – UDF.





XXVIII Reunião Ordinária do Condege, em maio de 2019, marca início da nova diretoria

Com sua função de articular os interesses e compartilhar as práticas das Defensorias Públicas de todo o Brasil, o Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais – Condege elegeu o defensor público geral da Bahia, Rafson Saraiva Ximenes, para compor a diretoria 2019/2020 com o cargo de secretário-adjunto.

Entre os principais temas abordados nas reuniões mensais estavam os critérios de hipossuficiência dos assistidos, o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, as Propostas de Emenda à Constituição – PECs dos Fundos Públicos e a da Reforma Administrativa, o acordo de não persecução penal, as medidas adotadas pelas Defensorias diante da pandemia do novo coronavírus, os avanços na regulamentação dos petições integrados, os mecanismos para evitar distorções na aplicação do conceito de independência funcional dos defensores e muito mais. O início do ano de 2020 foi marcado pela inauguração da sede de representação do colegiado em Brasília.

O ano de 2019 também ficou marcado no Condege pela renovação do programa Defensoria sem Fronteiras, que

há anos reúne defensores de todo o Brasil em uma força-tarefa criada para atender demandas emergenciais nas unidades prisionais de um determinado estado definido previamente. A iniciativa faz parte do Acordo de Cooperação Técnica assinado pelo Condege com o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública – DEPEN/MJ, a Defensoria Pública da União – DPU, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos – ANADEP e a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF.

Na edição 2019, realizada no Espírito Santo, o programa realizou o seu primeiro mutirão eletrônico e, além dos atendimentos presenciais e das audiências realizadas, mais de 6 mil processos foram analisados. Já em 2020, o Defensoria sem Fronteiras foi realizado no estado do Pará, e o número de análises processuais superou a marca do ano anterior, chegando a mais de 6.600 mil. Nestes dois anos, a Bahia enviou os defensores públicos Juarez Angelin Martins (2019), Nelson Alves Cortes Neto (2019) e Raphael Varga Scorpão (2020) para compor esta força-tarefa.



# 3 Avanços na FORMAÇÃO

Qualificar é preciso: presencialmente ou on-line 59

Semana da Defensoria 61

Provas - Questões Fundamentais 62

Processo penal / Lei Anticrime 63

Mestrado Profissional - UFBA 63

Regulamentação de aperfeiçoamento profissional 64

Formação dos novos membros 64

Capacitação de servidores e estagiários 65

Inclusão e capacitação de jovens 66

Programa de Residência Jurídica 66

Encontros de Defensores 67

Abraçando Vidas 68

Estágio Especial: premiado e renovado 69



# QUALIFICAR É PRECISO: PRESENCIALMENTE OU ON-LINE



A aula inaugural de uma das turmas do cursos de defensores públicos da Bahia

A Defensoria Pública do Estado da Bahia tem reafirmado diariamente o seu compromisso com a educação. Seja na educação em direitos, seja na capacitação da sua equipe, ou ainda na articulação com os diversos setores da sociedade civil. Ao longo dos últimos dois anos, esta missão foi plenamente cumprida por meio das atividades realizadas pela Escola Superior da Defensoria - Esdep.

Foram diversos os tipos de eventos promovidos, a exemplo de cursos, oficinas, reuniões, simpósios, fóruns e práticas de formação de defensores, servidores e estagiários. Entre as capacitações para os parceiros das redes de apoio, aconteceu o curso de multiplicadores de assistência psicossocial para pessoas em situação de rua, desenvolvido pelo Núcleo Pop Rua, da Especializada de Proteção aos Direitos Humanos.

A oferta de capacitação permanente permite, além da atualização das pessoas que integram a equipe da Defen-

soria, que a Instituição ofereça serviço de qualidade. Os cursos, em sua maioria, integram a playlist “Eventos da Escola Superior da Defensoria - Esdep”, no canal do YouTube da Defensoria Bahia.

A qualificação e os eventos on-line já eram possibilidades que começavam a fazer parte da realidade das pessoas no mundo todo, mas os imprevistos causados pelo distanciamento necessário na pandemia do novo coronavírus/ Covid-19 forçaram a aceleração desse processo.

Na Defensoria, isso não foi diferente. Após o ano de 2019 de intensas atividades de qualificação para defensores, servidores e estagiários, as novas limitações impuseram a necessidade de reorganização para manter o estímulo às atividades extras de formação dos colaboradores da Instituição.

A Semana da Defensoria, que ocorre anualmente em maio, é um caso que comprova bem as mudanças impostas. Em



A coordenadora da Esdep, Soraia Ramos, e a professora da UFRJ Janaina Matida em aula na Esdep



Integrantes de um dos cursos de formação de novos defensores em encontro com o núcleo de Saúde Mental da DPE/BA



Palestra do professor Aury Lopes Jr durante o curso 'Provas - Questões Fundamentais'

2019, a Instituição levou o atendimento defensorial para a rua, ocupando por um turno parte da Estação Nova Lapa, a maior estação de transbordo de Salvador. Ainda houve celebração da data no Hotel Deville, na capital, onde defensores e defensoras puderam participar de diversos encontros e palestras, além de também ser uma chance de confraternização dos membros da Instituição.

Sem poder ir às ruas em 2020, a DPE/BA decidiu explorar os recursos virtuais para assegurar o contato com a população. Por meio de transmissão ao vivo no Facebook e Instagram, principais redes sociais da Instituição, a Assessoria de Comunicação organizou um mutirão on-line, em que defensores e defensoras se revezaram durante 8 horas respondendo dúvidas dos assistidos em diversas áreas de atendimento. A experiência foi positiva, com uma audiência de cerca de 6 mil pessoas nesta ação.

Os debates também foram virtuais, sem o encontro pro cafezinho no intervalo das palestras. Entretanto, a solenidade de entrega das honrarias de 2020 concedidas a oito pessoas, em quatro categorias, não pôde acontecer.

No biênio, um dos grandes avanços para a formação das defensoras e defensores públicos foi o início do Mestrado Profissional em Segurança, Justiça e Cidadania, ofertado por meio de convênio da Defensoria com o Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública – Progesp, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Foram disponibilizadas 25 vagas.

Outra das grandes oportunidades de capacitação ofertadas pela Defensoria à sua equipe foi a de conviver com adolescentes que têm Transtorno do Espectro Autista – TEA. O projeto Estágio Especial tem tamanha importância para os adolescentes que participam dele como para as pessoas que convivem com eles no período do estágio. A experiência ganhou reconhecimento nacional, lembrada tanto no Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos – Conadep como no Prêmio Innovare.

Investimento na capacitação dos integrantes na Instituição em temas ligados ao racismo e ao enfrentamento necessário foi feito pela Defensoria Pública em novembro de 2020, promovido pela Escola Superior e GT Pela Igualdade Racial. Os detalhes deste curso podem ser vistos no capítulo Avanços no fortalecimento da instituição.





Registro da solenidade de abertura da Semana da Defensoria de 2019, no Hotel Deville, em Salvador

## SEMANA DA DEFENSORIA

Seja de forma presencial ou virtual, a Semana da Defensoria, que acontece em celebração ao Dia da Defensoria Pública e do Defensor Público - 19 de maio, não pode passar sem atividades. Em 2019, a Estação Nova Lapa, em Salvador, foi ocupada pelo tradicional atendimento itinerante, levando os serviços defensoriais a um dos espaços de maior frequência da população local.

A celebração em 2019 também ocorreu no Hotel Deville, onde defensoras e defensores puderam participar de encontros temáticos, compartilhamento de práticas bem-sucedidas, apresentações de pesquisas, lançamento da revista jurídica, entrega de medalhas de Honra ao Mérito Defensorial, além de atividades culturais. Houve ainda uma sessão especial no plenário da Assembleia Legislativa da Bahia em homenagem aos trabalhos prestados pela Defensoria Pública em benefício da sociedade baiana.

Já em 2020, a Semana precisou ser realizada de forma on-line, atingindo mais de 5.800 pessoas com o mutirão de orientação jurídica, no qual defensoras e defensores revezaram-se em quatro horários diferentes nas redes sociais da Defensoria Pública Facebook e Instagram, com atendimentos ao público em diversas áreas.

A programação da Semana da Defensoria em 2020 começou com um debate transmitido simultaneamente pelo Facebook e Youtube Defensoria Bahia no dia 18 de maio. O tema "Democracia e a essencialidade da Defensoria Pública" foi discutido pelos defensores públicos gerais da Bahia, Rafson Saraiva Ximenes; de Pernambuco e então presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais - Condege, Fabrício Lima; do Distrito Federal, Maria de Nápolis; do

Rio de Janeiro, Rodrigo Pacheco; pelo corregedor-geral da Defensoria de Rondônia e presidente do Colégio Nacional dos Corregedores-gerais das Defensorias Públicas - CNCG, Marcus Edson; pela defensora pública do Rio Grande do Sul, Patrícia Kettermann. Com duração de mais de duas horas, o debate alcançou mais de 13.500 internautas, somando os dois canais da Instituição.

No Dia Nacional da Defensoria e Dia do Defensor Público, a atividade virtual levou aos defensores públicos, servidores, colaboradores, estagiários da DPE/BA e ao público externo, mensagem do defensor público geral Rafson Ximenes, seguida da palestra motivacional com o tema "Motivação: maior combustível para enfrentar a pandemia". O público alcançado foi superior a 3.600 pessoas.



Em 2020, o mutirão de orientação jurídica on-line da Semana da Defensoria alcançou 5.811 pessoas

# PROVAS - QUESTÕES FUNDAMENTAIS



Aula de encerramento do curso 'Provas - Questões Fundamentais', que trouxe oito especialistas a Salvador para capacitar defensores e defensoras

Entre os cursos promovidos pela Escola Superior no biênio está o “Provas - Questões Fundamentais”, que teve a proposta de prover defensores e defensoras com ferramentas conceituais úteis à atuação processual da defesa. O curso trouxe para o auditório da Esdep, entre outubro de 2019 e janeiro de 2020, oito especialistas no tema para capacitar defensores públicos da DPE/BA.

Realizado em parceria com o Instituto Baiano de Direito Processual Penal – IBADPP, o curso recebeu nomes respeitados no meio jurídico e acadêmico, como Aury Lopes Jr, professor da PUC-RS; Marcella Nardelli, professora da Universidade Federal de Juiz de Fora; e Janaina Matida, professora da UFRJ. Esta última professora também montou a grade de convidados do curso, ao lado da diretora da Esdep, Soraia Ramos Lima, e do IBADPP.

Para Janaina Matida, a importância desta capacitação reside na forma como a Defensoria precisa se posicionar diante de juízes e promotores, uma vez que questões relativas às provas vêm tornando mais difíceis as absolvições. A professora avalia que os defensores precisam se atualizar nas ferramentas que estão sendo utilizadas, para não distanciar a Defensoria dos resultados desejados. Ela defende que, se uma das ferramentas é argu-



O professor da UFSC Alexandre Morais da Rosa proferiu a primeira aula do curso

mentar melhor sobre as provas, então é necessário se mover melhor nesse cenário argumentativo.

Oferecido na versão presencial, o curso “Provas - Questões Fundamentais” capacitou 190 pessoas. Posteriormente disponibilizada no canal do YouTube Defensoria Bahia, a capacitação foi assistida por mais 1.527 pessoas.





## PROCESSO PENAL / LEI ANTICRIME

O professor da UFPR Jacinto Coutinho foi o responsável pela aula inaugural do curso

Outro curso com objetivo de munir defensores, servidores e estagiários com ferramentas conceituais úteis à atuação processual da defesa promovido pela Defensoria Pública foi o “Atualização em processo penal / Lei anticrime 13.964/2019”, que examinou aspectos da nova lei em seis aulas ministradas por professores e profissionais reconhecidos por contribuições ao campo criminal e de execução do direito penal.

A atividade teve início de forma presencial, em março de 2020, com a aula inaugural do professor Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, da Universidade Federal do

Paraná, mas teve o restante das suas aulas realizadas de forma on-line, via Google Meet, em virtude do início da pandemia do coronavírus.

O defensor público Raul Palmeira, que atua na 1ª Câmara Criminal e tem larga experiência na área penal, esteve presente na aula inaugural e enalteceu a iniciativa do curso, destacando sua importância. Para Palmeira, a Lei anticrime nasce de uma forma impura, no contexto da realidade de um Congresso frágil. Ele avalia que o curso é bom para compreender e lidar com as novidades, que são muitas, com seus muitos erros e inconstitucionalidades.

## MESTRADO PROFISSIONAL - UFBA

Neste biênio, a Defensoria Pública ampliou as possibilidades de especialização dos seus membros. Teve início em setembro de 2020 o Mestrado Profissional em Segurança, Justiça e Cidadania, ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública – Progesp, da Universidade Federal do Estado da Bahia – UFBA.

O curso é fruto de convênio firmado entre Defensoria Pública e a instituição federal de ensino. Com duração mínima de 18 meses e máxima de 24, ofertou 35 vagas, 23 para defensores públicos e 12 para o público em geral. Com natureza multidisciplinar, o mestrado dispõe de três linhas de pesquisa: políticas e gestão em segurança pública; direitos humanos e cidadania; além de criminalidade e vitimização.

Para o defensor público geral, Rafson Saraiva Ximenes, o mestrado é um momento histórico e talvez seja o maior e mais forte investimento que a Defensoria tenha feito na capacitação dos seus membros, a fim de que tudo que for aprendido seja colocado em prática na defesa dos assistidos da Instituição.

Já para a diretora da Esdep, Soraia Ramos Lima, é importante lembrar do esforço do trabalho conjunto entre servidores, professores e defensores para a concretização do mestrado. Também defensora pública, ela parabeniza os colegas que resolveram participar do mestrado, apesar do grande volume de trabalho que encontram na Defensoria e da grande responsabilidade que é participar dessa capacitação, para devolver esse resultado ao público.

# REGULAMENTAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Como a Defensoria Pública vem buscando parcerias com universidades para oportunizar aos defensores e defensoras públicas especializações acadêmicas, era preciso regulamentar este aperfeiçoamento profissional.

Assim, o Conselho Superior aprovou a Resolução 06/2020, de 3 de novembro de 2020, definindo a regulamentação do afastamento das atividades de membro da Defensoria Pública que queira frequentar algum curso de aperfeiçoamento profissional no Estado da Bahia. Com isto, houve alteração na Resolução 07/2017, a qual disciplina sobre o afastamento para frequentar curso de pós-graduação *stricto sensu* tanto no exterior como fora do Estado da Bahia.

Para que o afastamento seja autorizado, o curso deverá ter pertinência temática com a atuação institucional e ausência de prejuízo ao serviço público, observando-se ainda, quando necessário, a área de atuação do defensor ou defensora pública.

Na avaliação do defensor público geral e presidente do Conselho Superior, Rafson Saraiva Ximenes, a regulamentação é uma forma de conciliar o interesse na qualificação técnica de defensores e servidores com o interesse do público alvo da Defensoria de ser atendido. Além disso, busca-se também que este afastamento ocorra sem sobrecarregar o substituto de quem vai se ausentar para poder fazer a atividade do seu curso.

## FORMAÇÃO DOS NOVOS MEMBROS



Primeiro encontro de uma das turmas de formação de defensores recém-empossados, em junho de 2019

O compromisso de promover a qualificação da equipe de defensores e defensoras públicas por parte da DPE/BA começa já com a nomeação dos aprovados nos concursos.

Com a marca de em 2020 ter conseguido nomear todos os candidatos aprovados no VI Concurso Público para Defen-

sores Públicos, homologado em maio de 2017, a tarefa seguinte é preparar estes profissionais para o trabalho na Defensoria, por meio do Curso de Formação, coordenado pela Escola Superior da Defensoria.

Dividido em aulas teóricas e práticas, o curso fornece conhecimento sobre atuação nas mais diversas áreas, quando os defensores e as defensoras iniciantes têm a oportunidade de ver palestras, workshops e atividades práticas que servirão como base para seus trabalhos.

Para a diretora da Esdep, Soraia Ramos, responsável pela programação do Curso de Formação dos Defensores, outro ponto importante da formação é ter contato com todos os integrantes da coordenação da Instituição, de setores como Comunicação, Tecnologia da Informação, setores administrativos, dentre outros. Isso porque, segundo Soraia Ramos, quando eles forem para as comarcas no interior, precisarão também exercer essa função de administração da unidade da Defensoria.

Em 2019, foram quatro edições do Curso de Preparação à Carreira de Defensor(a) Público(a). Já em 2020, foi realizada mais uma edição.



# CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS



Registro da abertura do Curso de Formação Continuada para estagiários de nível superior em Direito, em agosto de 2019

Os cursos de formação também foram estendidos aos servidores e estagiários da Instituição, com a promoção de palestras sobre temas relacionados à atividade da Defensoria Pública, além de oficinas e outras atividades.

Para o estudante Tiago Rocha, o estágio serve como um espaço de formação, especialmente para quem cursa Direito, uma graduação eminentemente teórica. Já para o também estudante Diego Nascimento, participar desses cursos de formação é importante para que o estagiário tenha discernimento para resolver e enfrentar as questões que chegam no dia a dia, principalmente na orientação do assistido da Defensoria.

Entre os temas abordados neste biênio, estiveram identidade de gênero, sexualidade e direitos humanos; saúde mental - aspectos em direitos humanos e bioética; e juventude: desafios e oportunidades.

No biênio 2019/2020 houve, ainda, um aumento de 12,9% no número total de estagiários (nível médio e superior) entre fevereiro de 2019 até março de 2020, no início da pandemia, com um acréscimo de 17,8% no interior, e 9,4% na capital neste período.

 **12,9%**

Este foi o aumento no número total de estagiários (nível médio e superior) entre fevereiro de 2019 até março de 2020, no início da pandemia, com um acréscimo de 17,8% no interior, e 9,4% na capital neste período.



Capacitação de estagiários de nível médio da Instituição, em dezembro de 2019

## INCLUSÃO E CAPACITAÇÃO DE JOVENS



Visita de estagiários de nível médio e técnico da DPE/BA ao Museu da Santa Casa de Misericórdia

Num processo que mescla inclusão e capacitação, os estagiários de ensino médio da Defensoria têm a oportunidade de participar de atividades não apenas baseadas em procedimentos e técnicas, mas também em ampliação de conhecimento e perspectivas, além de cultura e entretenimento.

Na capacitação técnica, o treinamento tem como objetivo preparar os novos integrantes para lidar com questões raciais, de gênero, modos de abordagem ao público em situação de vulnerabilidade, assim como conhecer a estrutura organizacional, atuação e missão da Defensoria, uma instituição que pensa na política inclusiva.

Compreender quais são os direitos básicos do ser humano fez o estudante Silas Silva, que já esteve em situação de rua, se interessar por uma das vagas da seleção feita em 2019. Segundo Silas, a Defensoria o ajudou a sair das ruas e, para ele, estar na Instituição é uma chance de ajudar outras pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade.

Na parte cultural, uma das iniciativas foi promover a visita ao Museu da Santa Casa de Misericórdia, em Salvador. Para a estagiária Elizabeth Santos, esta foi uma ação interessante, pois o local era em uma área da cidade a qual ela não conhecia a história.

## PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA

Em 2020, a Defensoria Pública baiana decidiu ampliar as suas formas de estágio. Aprovado pelo Conselho Superior no mês de novembro, o Programa de Residência Jurídica será implementado na Defensoria em 2021, com a oferta de 35 vagas para atuação junto aos defensores(as) públicos(as) da Instância Superior. Haverá reserva de vagas para negros, indígenas e pessoas com deficiência, como ocorre em todas as seleções da Defensoria.

A Residência Jurídica da DPE/BA terá como integrantes bacharéis em Direito, inscritos ou não no quadro de advogados da Ordem de Advogados do Brasil - OAB, que sejam estudantes de pós-graduação lato ou stricto

sensu em Direito, em instituições de ensino oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação e que firmem convênios com a Defensoria.

O programa objetiva proporcionar aos bacharéis em Direito o conhecimento teórico e prático nas áreas de atuação da Defensoria Pública. Segundo o defensor público geral, Rafson Ximenes, que levou a proposta à votação do Conselho Superior, o programa de Residência Jurídica também possibilitará aos defensores públicos um apoio ainda mais forte e qualificado para elaboração de peças jurídicas e realização de pesquisas.



# ENCONTROS DE DEFENSORES

Devido à pandemia do novo coronavírus, os encontros de defensores públicos que ocorreram em 2020 tiveram que ser adaptados para o formato virtual. A vantagem é que as discussões ficam disponibilizadas no canal YouTube Defensoria Bahia.

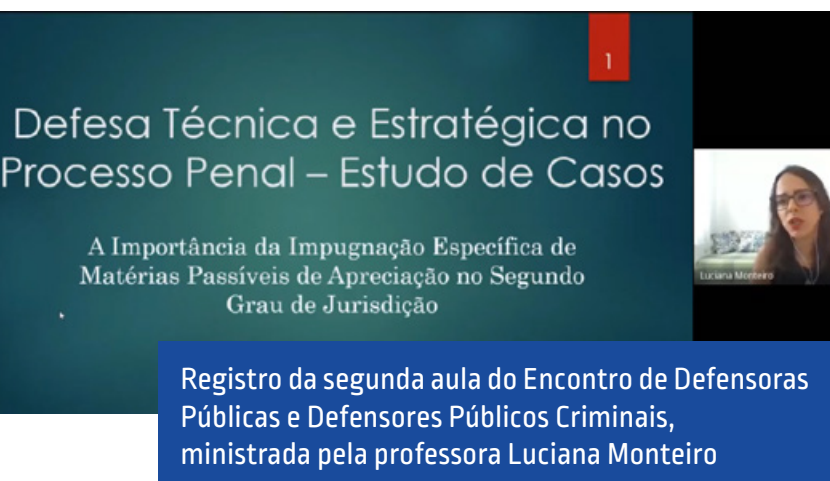
Entre os dias 27 e 28 de agosto de 2020, aconteceu o III Encontro de Defensores Públicos e Defensoras da Infância Bahia. Com o tema “Os defensores e as defensoras e seus desafios”, as palestras trouxeram convidados locais e de outros estados, abordando deficiências de estrutura encontradas em níveis municipal e estadual.

Segundo a coordenadora da Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Gisele Aguiar, entre os problemas que dificultam o trabalho de defensores e defensoras estão a falta de assistência social, de inclusão na área de educação, inclusive para crianças com deficiência, de um programa de estágio e aprendizado para jovens que estão em unidade prisional ou no sistema socioeducativo, além da falta de acolhimento institucional nos municípios.

Outro encontro também realizado de forma virtual em 2020 foi o de Defensoras Públicas e Defensores Públicos Criminais, o qual teve sua idealização concebida pelas coordenações da Instância Superior e da Especializada Criminal e de Execução Penal da DPE/BA, além do apoio do Instituto Baiano de Direito Penal e Processual - IBADPP, que tem como função difundir conhecimento nestas áreas.

O encontro ainda contou com a generosidade dos professores, que concederam suas aulas sem custos à Instituição, entendendo o momento vivido devido à portaria de contenção de gastos. A aula de abertura ficou por conta da palestrante Mariana Madera, ex-assessora de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Para o coordenador da Especializada Criminal e de Execução Penal da Instituição, Maurício Saporito, que mediu a 1ª aula do Encontro, a atividade pôde proporcionar a oportunidade dos defensores conversarem sobre alguns casos que ainda estão em trâmite na Instituição e traçar a melhor forma de resolvê-los, além de levantarem dúvidas a respeito do tema.





## ABRAÇANDO VIDAS

O projeto iniciou na capital, mas já tem sido implementado no interior, como é o caso de Jequié

Implementado na Defensoria Pública em 2019, o projeto 'Abraçando Vidas' dá oportunidade em seu programa de estágio para a contratação de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade ou liberdade assistida, institucionalizados em unidades de acolhimento ou abrigos, além daqueles que fazem parte dos grupos vulneráveis atendidos pela Instituição. Também podem participar pessoas com deficiência, LGBTQs e vítimas de violência doméstica.

Coordenado pelas Especializadas de Proteção aos Direitos Humanos e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o 'Abraçando Vidas' foi pensado para fomentar reflexões e mudanças no cenário atual sobre a inclusão social. O propósito é estimular a construção da cidadania, desenvolvimento mental, profissional e educacional com

experiências reais no mercado de trabalho, assegurando de fato a inclusão profissional desses jovens e adolescentes que são marginalizados socialmente.

Em Salvador, o projeto ofereceu inicialmente 15 vagas: cinco para adolescentes oriundos de ato infracional, cinco para grupos vulneráveis da Especializada de DH e cinco destinadas ao acolhimento institucional.

Em expansão, o Abraçando Vidas também chegou em 2020 em Jequié, na qual houve a contratação do jovem Fernando\*. "Estou gostando da experiência e é mais um passo em direção ao meu futuro", comentou Fernando\*, que desde criança é residente em abrigos.

\*Nome fictício para proteção do jovem.



# ESTÁGIO ESPECIAL: PREMIADO E RENOVADO



O estagiário Gabriel Dantas, que integra o projeto Estágio Especial

Com destaque nacional em duas premiações em 2019, o projeto Estágio Especial, que prevê a contratação de adolescentes e jovens com Transtorno do Espectro Autista – TEA no programa de estágio da Defensoria, teve sua permanência na Instituição prorrogada até 2022.

A iniciativa ficou em 2º lugar no concurso de práticas exitosas do XIV Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos – Conadep, que aconteceu no Rio de Janeiro, e ainda recebeu uma menção honrosa na categoria “Defensoria Pública” da 16ª edição do Prêmio Inovare, que teve a festa de premiação no Supremo Tribunal Federal – STF, em Brasília.

De autoria das defensoras públicas Donila Fonseca, Firmiane Venâncio e Gisele Aguiar e do defensor público Gil Braga, a ação é realizada em parceria com o Projeto FAMA – Fantástico Mundo Autista. Ao todo, são seis jovens contemplados com o Estágio Especial em Salvador atualmente. Eles atuam na Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Especializada de Direitos Humanos, na Escola Superior – Esdep, na Casa das Famílias e no Núcleo de Contestação.

Os participantes recebem bolsa-auxílio, auxílio transporte e seguro contra acidentes pessoais. No entanto, os maiores benefícios são a inclusão social e profissional, a preparação para o mercado de trabalho, além do auxílio no desenvolvimento, por meio da consolidação dos conhecimentos teóricos, do aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.



Projeto ganhou menção honrosa na 16ª edição do Prêmio Inovare



Já no XIV Conadep, ação ficou em 2º lugar no concurso de práticas exitosas



# 4 Avanços na ORGANIZAÇÃO INTERNA

Marcas históricas na organização interna 71

Sete novas Regionais 72

Gestões das Especializadas 74

Nomeação da equipe de gestão 75

Transporte valorizado 76

Portaria sobre a Política de Acessibilidade 77

Notificações aos assistidos 77

Medidas de readequação 78

Interação Sigad / PJE 78

Equipes de análise de dados 79

Parâmetros para usuários 80

Flexibilização de vestuário 80

Política de Gestão Ambiental 81

Ampliação da defesa da mulher 82

Plantão Interior 82

Regimento Interno 83

Destaque para projetos e ações 83

Saúde Mental 84

1º Censo em 35 anos 84

Medalhas de Honra ao Mérito 85

Premiação Luís Gama 89



# MARCAS HISTÓRICAS NA ORGANIZAÇÃO INTERNA



Inauguração da 10ª Defensoria Pública Regional, em Paulo Afonso. A Instituição pulou de 6 para 13 regionais no biênio 2019/2021.

Para a Defensoria Pública do Estado da Bahia avançar, é necessário fincar suas bases organizacionais por todo o estado. Neste sentido, uma marca histórica do biênio 2019/2021 foi a expansão de seis para 13 Regionais da Instituição.

O caminho para o crescimento e fortalecimento da DPE/BA está na sua interiorização e, por isso, a chegada ao número de 13 Regionais é algo para ser duplamente comemorado. Primeiro, porque agora a Defensoria tem coordenações ainda mais próximas das unidades no interior, com maior autonomia para tomarem as decisões necessárias em cada uma destas regiões.

Além disto, o aumento de regionais só foi possível com a chegada de mais defensores públicos, zerando a lista do último concurso. Organização esta prevista pelas modificações feitas na Lei Orgânica da Defensoria, com a publicação da Lei Complementar 46/2018, e que já fazia parte do Plano de Expansão, também de 2018.

Outra conquista histórica do período é a realização do I Censo da Instituição, que contou com a participação de mais de 60% da equipe da Defensoria, apresentando dados que apontam que a maioria da Instituição é formada por mulheres (quase 60%) e que 45% das pessoas que compõem a Defensoria se autodeclararam negras.

Também fica registrado este biênio como aquele em que entrou em vigor o Regimento Interno da Instituição, após 14 anos da Lei Complementar 26/2006 ter determinado sua obrigatoriedade. Um documento extenso e detalhado com 113 artigos sobre a organização administrativa e o funcionamento da Instituição, dentre outras determinações.

Ainda se pode celebrar outras marcas como a regulação dos plantões no interior nos finais de semana, feriados e pontos facultativos, as ações educativas para reduções de gastos, a criação de novas Especializadas em Salvador para uma melhor gestão do trabalho, entre outras ações.

# SETE NOVAS REGIONAIS



7ª Regional - Camaçari

Seguindo com seu plano de expansão e de interiorização da oferta de acesso à Justiça para a população baiana, a Defensoria Pública do Estado saltou de seis para 13 regionais. Um grande passo na concretização do Plano de Expansão institucional.

Cumprindo com a Lei Orgânica da Defensoria (atualizada pela Lei Complementar 46/2018), a qual estabelece os limites de regionais administrativas de acordo com o número de defensores, a DPE/BA implantou em 2019 sete novas regionais. Passaram a ser sede dessas novas unidades administrativas, as cidades de Camaçari (7ª Regional), Barreiras (8ª), Porto Seguro (9ª), Paulo Afonso (10ª), Irecê (11ª), Jequié (12ª) e Alagoinhas (13ª).

Com as novas regionais, a Defensoria passa a ter 40% dos cargos administrativos no interior do estado. Até 2015, esse percentual era de apenas 16%. Para o defensor público geral, Rafson Saraiva Ximenes, era necessário

que o interior participasse mais das discussões estratégicas, do planejamento e das tomadas de decisões.

Com a criação das novas regionais, algumas distorções administrativas também são corrigidas, facilitando a gestão do trabalho das sedes do interior. Um exemplo era o que acontecia em Barreiras, que estava ligada à 3ª Regional, com sede em Ilhéus, numa distância de quase 1.000 km entre as cidades. Com a nova organização, a cidade da Região Oeste baiana passou a ser sede de uma das regionais da Defensoria.

O Plano de Expansão prevê uma Regional em cada um dos 27 Territórios de Identidade na Bahia, conforme o número de defensores públicos, que no final de 2020 estava em 376. Quando ultrapassar 550 membros, terá condições para estar em todos territórios. O aumento está previsto na Lei Complementar 46/2018, que atualizou a Lei Orgânica da Defensoria baiana (LC 26/2006).





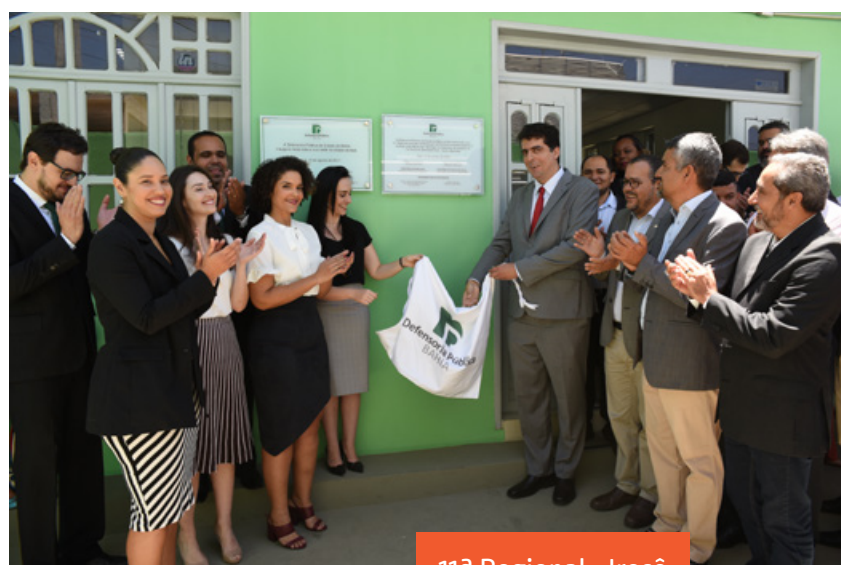
8ª Regional - Barreiras



9ª Regional - Porto Seguro



10ª Regional - Paulo Afonso



11ª Regional - Irecê



12ª Regional - Jequié



13ª Regional - Alagoinhas



# GESTÕES DAS ESPECIALIZADAS



A Especializada de Direitos Humanos passou a ter duas coordenadoras, as defensoras Eva Rodrigues e Lívia Almeida: uma das mudanças feitas no biênio 2019/2021

Buscando possibilitar uma melhor gestão de cada Especializada na Capital, que cresceram em suas atuações e demandas, a Defensoria Pública fez modificações e ampliações em algumas de suas coordenações.

A Especializada Cível e de Fazenda Pública, que até 2019 possuía apenas um coordenador, agora tem dois: a defensora Ariana de Souza Silva, que é responsável pela área Cível e Consumidor; e o defensor Virdálio de Senna Neto, o qual coordena a atuação em Fazenda Pública.

Outras três especializadas também passaram a ter dois defensores na coordenação. Na Especializada de

Proteção aos Direitos Humanos, a coordenação passou a ser compartilhada pelas defensoras Lívia Silva de Almeida e Eva dos Santos Rodrigues.

Também passou a ser dividida a coordenação da Especializada Criminal e de Execução Penal entre a defensora Fabíola Margherita Pacheco de Menezes e o defensor Mauricio Garcia Saporito.

Completando o trio de alterações nas coordenações, a Especializada de Família apresenta-se sob responsabilidade das defensoras públicas Tatiane Franklin Ferraz Queiroz e Camila Maria Góes de Sousa.



# NOMEAÇÃO DA EQUIPE DE GESTÃO

As nomeações foram realizadas no dia 8 de março de 2018 – justamente no Dia Internacional da Mulher. A Portaria nº 254/2019, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia traz as nomeações dos cargos de subdefensor público geral, coordenadores executivos, diretora da Escola Superior da Defensoria – ESDEP, assessores de gabinete e coordenadores das Defensorias Especializadas e Regionais.

Para a administração superior da Defensoria Pública da Bahia essa equipe de gestão plural traz à tona a importância da equidade de gênero nas instituições públicas, principalmente das que fazem parte do Sistema de Justiça. É verdade que muito ainda precisa ser feito, mas a Instituição já começou a trilhar esse caminho.

Vista como *ombudsman* da sociedade, a Defensoria Pública tem papel fundamental no auxílio para a construção de um mundo mais igualitário. E essa missão não cabe apenas com a defesa e promoção dos direitos da população, mas também tem como meta o público interno. Nos últimos dois anos, a Instituição prosseguiu se organizando em prol da diminuição da desigualdade com uma gestão cada vez mais igualitária, seja por questão de gênero, raça ou qualquer outra diferença.

Em março de 2019, com a posse do atual defensor público geral da Bahia, Rafson Saraiva Ximenes, a equipe que representa essa preocupação com a experiência, igualdade e pluralidade foi nomeada. Das 21 pessoas nomeadas à época, 14 são mulheres.



Primeira reunião da gestão do biênio 2019-2021, em março de 2019.



# TRANSPORTE VALORIZADO

Uma instituição em expansão necessita crescer não apenas em recursos humanos, mas também em infraestrutura. Em 2019 foram adquiridos mais dois veículos: um (de passageiro) para a comarca de Eunápolis e a nova van para o Núcleo Pop Rua.

No Plano Estratégico 2016-2026 da Defensoria Pública, com fins de adequação da frota institucional, havia a previsão para ampliação do setor, com aquisição de novos veículos em 2020. Entretanto, com a pandemia, a Administração Superior decidiu suspender o andamento das aquisições.

Com os investimentos feitos no biênio, a frota da Defensoria Pública encerra 2020 com 42 veículos, entre vans, caminhões e carros para passageiros administrativos, que atendem as unidades da Instituição na capital e no interior.

Para atender esta frota a Instituição conta com um quadro de 42 motoristas, a maioria deles prestando serviço na Capital (24 na capital e 17 no interior). A equipe alcançou este

número após a contratação, em 2019, de mais seis motoristas. Mas os investimentos e valorização no setor estão para além da mera compra de veículos e contratação de profissionais para o setor. Foi neste biênio 2019/2021 que a Defensoria integrou ao seu grupo de colaboradores do transporte duas mulheres: Roquelina Ventura (lotada na 1ª DP Regional - Feira de Santana) e Romana Melgaço (lotada na 9ª DP Regional - Porto Seguro), sendo que Roquelina foi a primeira motorista mulher contratada na história da Instituição.

Como parte desse processo de reconhecimento do trabalho dos motoristas da Defensoria, houve ainda a realização, em agosto de 2019, de um evento de integração, o qual ocorreu na Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia, em Lauro de Freitas. Nesta atividade, foi proporcionado um dia de ações com atividades e dinâmicas de grupo, além de terapias complementares, como auriculoterapia, quick massagem e exercícios laborais.



Homenagem a motoristas da Defensoria, feita em agosto de 2019



# POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE



Entrada da sede em Bom Jesus da Lapa, inaugurada em 2019 já seguindo as normas de acessibilidade

A acessibilidade foi um tema que também ganhou um marco importante neste biênio 2019/2021, com a publicação da portaria Nº 656/2019, que institui oficialmente uma política sobre o tema na Defensoria.

Buscando a plena e efetiva participação e integração das pessoas com deficiência, a portaria tem entre seus objetivos: defender e dedicar-se ao cumprimento das regras legais sobre direitos das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; concretizar ações regulares de inclusão social das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; garantir às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida acesso aos ambientes, serviços e

recursos materiais disponíveis nas dependências da DPE/BA, reduzindo e eliminando barreiras físicas e arquitetônicas, entre outras ações.

Baseado nestes princípios, as novas sedes das cidades de Bom Jesus da Lapa, Conceição do Coité, Santo Estevão, Cruz das Almas, Jacobina, Nazaré e Ribeira do Pombal já tiveram incluídas em seus projetos a adaptação para as normas de acessibilidade, levando em conta as limitações estruturais existentes nestes locais. Outras sedes já existentes, como Simões Filho, Itaparica, Vitória da Conquista e Paripiranga, estão em processo de adaptação a estas normas.

## NOTIFICAÇÕES AOS ASSISTIDOS

Para facilitar o acesso a informações sobre o andamento dos atendimentos aos seus assistidos, a Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE/BA passou a adotar, desde outubro de 2020, um novo recurso em sua plataforma de informação e dados. Com a ferramenta, o público passou a ser notificado por e-mail de cada nova ocorrência relevante em seus casos.

Operacionalizado por defensores e servidores, o dispositivo busca facilitar o fluxo de trabalho, ao simplificar esta rotina de atividade, e dar mais agilidade aos atendi-

mentos. A ferramenta foi desenvolvida no Sistema Integrado de Gestão - Sigad da Defensoria.

O uso do recurso de notificações também deverá diminuir os atendimentos e as solicitações em busca de retornos, além de, principalmente, reduzir a apreensão do público usuário dos serviços da Defensoria quanto ao andamento dos processos, facilitando o descongestionamento dos atendimento na Central de Relacionamento com o Cidadão [129], já que muitos buscam por meio dela informações de como estão os seus casos.

## MEDIDAS DE READEQUAÇÃO

Buscando a redução de gastos, a Defensoria tomou uma série de medidas, publicadas na Portaria Nº 744/2019, para adequar e equilibrar as despesas institucionais, principalmente na recente conjuntura econômica estadual e nacional.

A ação obteve, entre agosto e dezembro de 2019, uma redução de 34,44% em comparativo com a média de gastos dos outros meses do mesmo ano, resultando em uma economia de mais de 400 mil reais no período entre contratos, convênios e consumos como energia, água, telefone, serviços postais, dentre outros custos.

Entre as iniciativas estavam a estipulação do horário da Instituição de segunda a quinta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, com o funcionamento às sextas-feiras, em jornada especial, das 8h às 14h, período mantido até o início da pandemia de Covid-19 no Estado.

As mudanças nos horários também foram acompanhadas de uma campanha interna de conscientização para estimular a colaboração de defensores, servidores e estagiários da Defensoria com o consumo consciente.

Denominada 'Gastando menos, seremos mais', a iniciativa buscou estimular a atenção ao comportamento econômico, convocando todos a boas práticas como: utilizar luz natural em vez de ligar lâmpadas, quando for possível; atentar para o fechamento completo de torneiras e possíveis vazamentos; fazer ligações de fixo para fixo, ou de celular para celular; em reuniões, optar por fazer videoconferência para economizar diárias e passagens; entre outras ações.

A redução de custos relacionada ao ano de 2020, que obteve valores de R\$ 12,7 milhões, está descrita no capítulo Avanços no desafio da pandemia.



Apresentação feita pela CMO à Administração Superior sobre novidades da integração entre Sigad e PJe, em setembro de 2019

Aperfeiçoar a integração entre Sistema Integrado de Gestão de Atendimento – Sigad da Defensoria e o Processo Judicial Eletrônico – PJe do Tribunal de Justiça da Bahia – TJ-BA foi uma das ações da Coordenação de Modernização e Informática da Defensoria Pública durante o biênio 2019/2021.

Até o final de 2020, ações como fazer a consulta por meio da integração e trazer os documentos já eram possíveis por meio da ferramenta. Além disso, também iniciou-se a implantação, em um primeiro momento, com um grupo de defensores, dos testes de petiçãoamento por meio do Sigad para o PJe.



## EQUIPE DE ANÁLISE DE DADOS

Outro avanço feito pela CMO neste biênio foi a criação, em janeiro de 2020, da equipe de Gerenciamento de Bancos de Dados e de Sistemas da Instituição, a partir da contratação de dois estatísticos e um analista de dados.

Segundo o coordenador do setor, Thales Almeida, a equipe tem trabalhado na implantação de algoritmos de inteligência artificial para a automatização de tarefas. Além disso, outra ação é aplicar a jurimetria (métodos quantitativos, especialmente a Estatística, na área jurídica) para a análise dos dados de atendimento de alguns núcleos da instituição.

# 1.969.516

Este é o número total de atendimentos gerais registrados no Sigad entre janeiro de 2019 e outubro de 2020. Deste total, 1.095.557 atendimentos ocorreram no primeiro ano e outros 873.959 foram computados até o décimo mês do segundo ano.



## Mais de 50 MIL agendamentos on-line

Entre março de 2019 e 15 de novembro de 2020, a Defensoria Pública contabilizou 51.877 solicitações de agendamento on-line pelos assistidos. Quase metade deste montante (45,9%) foi feita por meio do aplicativo Defensoria Bahia (um total de 23.811)

# PARÂMETROS PARA USUÁRIOS



Resolução 003/2020 enumera quem são as pessoas que fazem parte dos grupos sociais vulneráveis

A situação de vulnerabilidade e a hipossuficiência financeira dos assistidos estão bem delimitadas agora na Defensoria. É que entrou em vigor, em agosto de 2020, a nova resolução 003/2020 do Conselho Superior, que estabelece os parâmetros para deferimento de assistência jurídica integral e gratuita aos usuários dos serviços prestados pela Instituição.

Com 18 artigos, a resolução traz diretrizes, fundamentos, conceitos e critérios que serão utilizados para deferir o atendimento às pessoas físicas em situação de vulnerabilidade e de hipossuficiência financeira, além das pessoas jurídicas. A norma trata ainda da declaração de hipossuficiência financeira, a revisão dessa hipossuficiência e as situações que levarão ao indeferimento da assistência jurídica.

A Resolução enumera quem são as pessoas que fazem parte dos grupos sociais vulneráveis que terão atendimento garantido na Defensoria. Já em relação às pessoas em situação de hipossuficiência financeira, foram consi-

deradas aquelas que não têm condições econômicas de contratar um advogado e, por isso, determina que serão atendidas aquelas com renda mensal líquida individual de até três Salários Mínimos ou a renda mensal líquida familiar de até cinco Salários Mínimos.

De autoria do defensor público geral, Rafson Saraiva Ximenes, a minuta foi analisada e discutida, artigo por artigo, por cada um dos defensores públicos que fazem parte do Conselho Superior da entidade e aprovada por unanimidade. Para Rafson, o estabelecimento desta resolução é mais uma etapa importante na história e trajetória da Instituição. O tema vinha sendo analisado há seis anos, desde que foi revogada a Resolução nº 03/2014.

A votação e aprovação aconteceu em 3 de agosto de 2020, durante a 175ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE/BA, que durou cerca de oito horas e foi realizada de forma virtual devido à pandemia do coronavírus.

## FLEXIBILIZAÇÃO DE VESTUÁRIO

A partir de novembro de 2020, defensores(as) públicos(as), servidores(as), colaboradores(as), estagiários(as) e usuários(as) dos serviços da Instituição foram liberados do uso de roupas formais. Agora também está proibido impedir o acesso aos(as) usuários(as) do serviço, em razão, exclusivamente, da não utilização de calças compridas ou de sapatos.

Ao estabelecer esta medida, por meio da Portaria 1002/2020, a Defensoria Pública considerou as temperaturas elevadas na maior parte do ano devido ao clima tropical e semiárido da Bahia, assim como a restrição por tempo indeterminado da utilização de ar condicionado devido à pandemia de coronavírus.

Em relação ao público interno, a norma permite que defensores, servidores e estagiários não utilizem paletó, gravata, terno ou roupas equivalentes nas unidades da Instituição, mas aqueles que se identificarem com o gênero masculino deverão usar calça comprida e camisa com manga. Já para atuar nos ambientes externos à Defensoria, como Fóruns ou salas de sessões, todos deverão respeitar as regras de cada local.

Ainda entre as regras, a DPE/BA estabelece que é vedado o uso de roupas que transmitam qualquer tipo de mensagem, verbal ou não-verbal, de cunhos racista, machista, homofóbico ou discriminatório que atinjam os grupos historicamente vulnerabilizados e também as vestimentas com propagandas eleitorais.



# POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL



Primeira reunião do Nugam ocorreu em fevereiro de 2020, em Vitória da Conquista

Para institucionalizar a responsabilidade socioambiental na Defensoria Pública foi criado em dezembro de 2019 o Núcleo de Gestão Ambiental – Nugam, vinculado ao Gabinete do Defensor Público Geral.

Entre os objetivos previsto na portaria de criação do Nugam estão a criação do Sistema Institucional de Gestão Ambiental – SIGA; a elaboração e execução da Agenda Ambiental e do Plano de Ação da Política Socioambiental da DPE/BA; além de fazer o diagnóstico dos resíduos sólidos gerados na Instituição.

Outro destaque na criação do Nugam é o fortalecimento do projeto “Mãos que Reciclam”, iniciado pela DPE/BA na comarca de Vitória da Conquista, e que passou a ser expan-

dido no estado. Assim, de acordo com o defensor público geral Rafson Ximenes, o objetivo é que a Defensoria torne-se uma referência não só para os catadores de material reciclável como também para toda a população, quando se falar em preservação do meio ambiente e uso racional dos recursos.

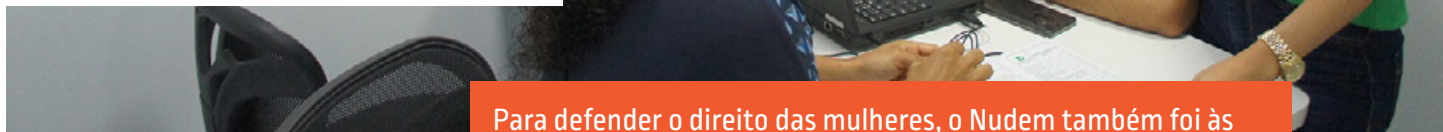
Para Rafson, vivemos em um período em que não se pode mais pensar em desenvolvimento sem sustentabilidade, com o desperdício e a má utilização dos recursos.

Além disso, ainda de acordo o defensor público geral, as populações mais atingidas pelas tragédias ambientais e pelos problemas causados pela falta de controle são justamente os assistidos da Defensoria. Por este motivo, a Instituição deve ser um exemplo no tema.



O trabalho desenvolvido pelo Nugam ganhou repercussão internacional ao ter sido um dos destaques da II Conferência Euroamericana para o Desenvolvimento dos Direitos Humanos – CEDH 2020, transmitida direto de Coimbra, em Portugal.

# AMPLIAÇÃO DA DEFESA DA MULHER



Para defender o direito das mulheres, o Nudem também foi às ruas, como neste atendimento no bairro de Periperi, em Salvador

O biênio marcou o fortalecimento da atuação na área de proteção à mulher em três municípios baianos: Itabuna, Salvador e Vitória da Conquista. Sede da 2ª Regional da Defensoria, Vitória da Conquista recebeu uma unidade defensorial que trata especificamente de Defesa da Mulher e Família.

Em Itabuna, houve a mudança de atribuições em unidade defensorial já existente, que passou a atuar também nas duas áreas: defesa da mulher e família.

Por fim, em Salvador, houve a criação da 6ª unidade defensorial, com objetivo específico de tratar desta área, integrando o Núcleo de Defesa da Mulher – Nudem.

O Nudem, que comemorou em 2019 os 10 anos de ações deste Núcleo dentro da Defensoria, trabalha especialmente com mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, estando inserido na estrutura da Especializada de Proteção aos Direitos Humanos e Itinerante na capital baiana.

## PLANTÃO INTERIOR

Foram aprovadas pelo Conselho Superior em agosto de 2020 modificações na resolução que regulamenta e disciplina os plantões de trabalho dos defensores e defensoras públicas. Com as mudanças, pela primeira vez em sua história, as unidades da Defensoria no interior também deverão contar com defensores atuando regularmente neste regime de trabalho nos finais de semana, feriados e pontos facultativos.

Os plantões no interior buscam se adequar à resolução do Conselho Nacional de Justiça, com incidência em todo território nacional, que acabou por promover nova dinâmica de apreciação dos presos em flagrantes nas audiências de custódia realizadas nas comarcas do interior. Além disso, com a regulamentação do fluxo das comunicações das prisões em flagrante pelo Tribunal de Justiça da Bahia em vigor, visando garantir atendimento aos casos de privação de liberdade, as comarcas do interior já vinham recepcionando estas demandas.

A implementação do plantão unificado do Tribunal de Justiça [para os casos penais] vem ao encontro da mobilização da Defensoria para implementar também o plantão nos casos que envolvem direito não penal nas comarcas onde há a presença da DPE/BA. Deste modo, as ações e medidas, após a distribuição regular dos casos para as unidades, podem ser acompanhadas institucionalmente.

Os plantões serão exercidos das 8h às 19h e ocorrerão por duas grandes áreas de atuação: direito penal e direito não penal, sendo que no interior poderão estar limitados a apenas uma destas áreas. As escalas de plantão são elaboradas pela Coordenação Executiva e fixadas pelas unidades defensoriais, observando a equidade e proporcionalidade da distribuição dos serviços e respeitando, quando possível, as áreas de atuação dos(as) defensores(as). A regulamentação ocorreu em setembro de 2020, com a sua publicação no Diário Oficial da Instituição.



# REGIMENTO INTERNO

Quatorze anos depois da Lei Complementar 26/2006 determinar essa obrigatoriedade, a Instituição agora tem um Regimento Interno, que entrou em vigor em agosto de 2020 por meio da Resolução nº 04/2020, do Conselho Superior da Defensoria Pública – CSDP.

Com 113 artigos, o Regimento Interno da DPE/BA trata da organização administrativa e do funcionamento da Instituição e, além de enumerar os Órgãos da Administração Superior e os Órgãos de Execução, cujas funções já estão previstas na Lei Complementar 26/2006, o documento ainda determina, detalhadamente, as atribuições, competências e finalidades de Órgãos Auxiliares da Defensoria, como a Diretoria Geral e cada uma das suas coordenações, diretorias e setores, a Assessoria de Comunicação e Cerimonial e a Escola Superior da Defensoria Pública – ESDEP.

Além disso, o Regimento traz normas complementares ao que está estabelecido na Lei Complementar 26/2006, como

a atividade jurídica exercida por bacharéis em Direito e que é exigida para ingresso no cargo de defensor público, hipóteses de prorrogação de posse, requisitos para confirmação da estabilidade no cargo, processos de promoção e de remoção e período de trânsito dos membros removidos para unidade defensorial localizada na mesma comarca ou distinta da qual reside ou trabalha.

Para sua aprovação, o Regimento foi discutido por quase uma semana pelo Conselho Superior. Na abertura da Sessão Extraordinária que abordou o tema, o defensor público geral Rafson Ximenes, autor da proposta, lembrou que o regimento da Defensoria baiana é um dos mais extensos entre todos do País.

Este resultado, segundo Rafson Ximenes, é fruto de um trabalho de anos, desde a gestão do seu antecessor, o defensor-geral Clériston Cavalcante de Macêdo – com consultas, participação e sugestão de defensores, servidores e estagiários.

## DESTAQUE PARA PROJETOS E AÇÕES



Para reunir informações dos mais de 40 projetos e das ações cidadãs permanentes da Defensoria, foi criado em 2020 um novo espaço no site institucional para destacar essas atividades. O acesso pode ser feito pela página principal do site [www.defensoria.ba.def.br](http://www.defensoria.ba.def.br), logo após as notícias, ou pelo menu localizado no lado esquerdo da página.

A ideia de reunir todas as práticas e disponibilizá-las no site surgiu a partir de um ofício enviado pela unidade da Defensoria em Vitória da Conquista, onde está sediada a 2ª Regional da Instituição e que desenvolve projetos como o Mãos que reciclam e a Sexta Jurídica.

Na época, a defensora pública Marta Cristina Almeida, com o aval da então coordenadora da 2ª Regional, Jeane Meira Braga, destacou o quanto era importante, diante de tantas práticas desenvolvidas pela Defensoria, organizar e criar um espaço para cadastro e divulgação destes projetos e ações para torná-los conhecidos pelos próprios defensores, servidores e estagiários da Instituição e por toda a sociedade.

O espaço dedicado aos projetos e ações cidadãs da DPE/BA reúne informações sobre o que é o projeto, quem é o responsável e quais os contatos, as matérias publicadas, as campanhas e folders desenvolvidos e também as estatísticas, cujos dados estão sendo alimentados gradativamente.

## SAÚDE MENTAL

Outra marca do biênio 2019/2021 foi a criação de uma equipe voltada para o tema da saúde mental, grupo vinculado à Especializada em Proteção aos Direitos Humanos.

A equipe tem como proposta garantir o cuidado em liberdade de pessoas em sofrimento mental e também de atuar na implementação e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial em Salvador.



Integrantes do Núcleo de Saúde Mental da DPE/BA em atividade no auditório da Esdep

## 1º CENSO EM 35 ANOS

Para saber mais sobre as pessoas que compõem a Instituição, foi realizado o I Censo da Defensoria Pública da Bahia em seus 35 anos de existência. O formulário foi enviado de forma eletrônica para defensores públicos, servidores, colaboradores e estagiários. Com perguntas objetivas, o Censo abordou questões como perfil, vínculo com a Instituição, composição familiar, escolaridade, religião, gênero e raça/cor.

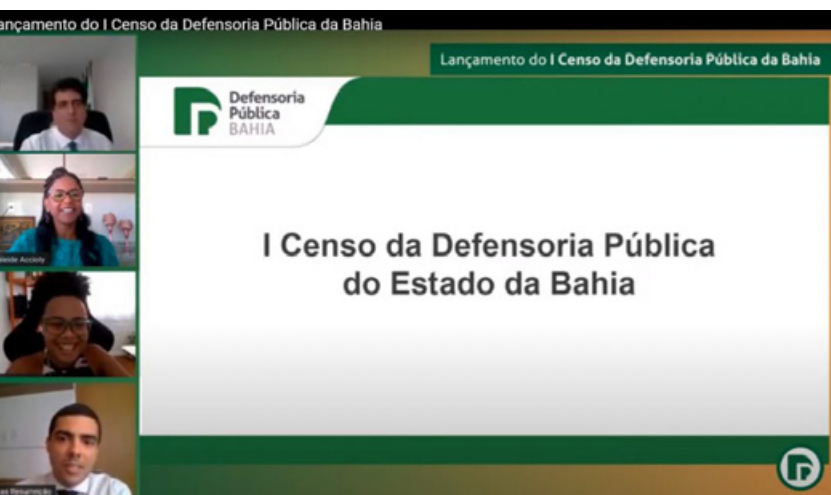
O Censo será dividido em etapas, aprofundando temas em cada uma dessas fases. Nesta primeira, o foco foi em aspectos gerais e também na questão da diversidade étnico-racial. Posteriormente, novas etapas abordarão outras temáticas, gerando um rico conjunto de dados das pessoas que integram a Defensoria baiana.

Na formulação das questões ligadas à diversidade étnico-racial, houve a contribuição do Grupo de Trabalho pela

Igualdade Racial da Instituição, criado em novembro de 2019, outro marco deste biênio.

O I Censo da Defensoria Pública do Estado da Bahia, realizado de 16 de outubro a 2 de novembro, teve a participação de 1.077 pessoas - 64% de toda a equipe: uma adesão considerada excelente. Entre os resultados analisados evidencia-se no perfil que 58,7% são do gênero feminino, 45,5% se declararam negros (sendo 43,8% autodeclarados pretos e 56,1% pardos), 48,2% informaram ter cursado o Ensino Médio em escola pública estadual e 43,9% afirmaram ser católicos.

O Relatório do I Censo, elaborado pela Assessoria de Pesquisas da DPE/BA e apresentado à sociedade baiana em transmissão simultânea nas redes sociais Defensoria Bahia, encontra-se disponível no site [www.defensoria.ba.def.br/comunicação/livros](http://www.defensoria.ba.def.br/comunicação/livros).

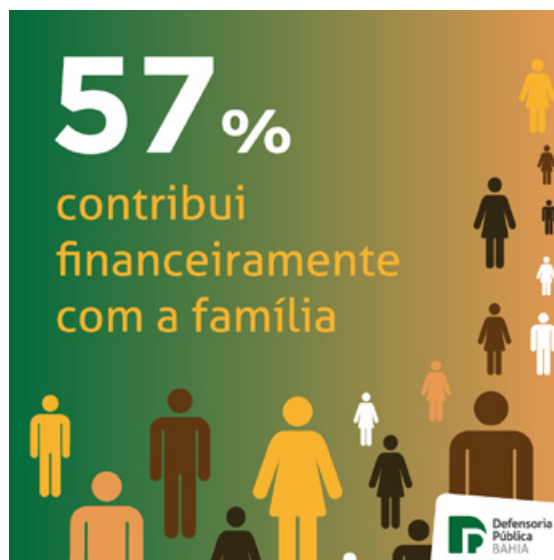


Evento de divulgação dos resultados do I Censo da Defensoria foi transmitido pelas redes da Instituição e pode ser visto no YouTube ou Facebook Defensoria Bahia.



# Conheça mais do perfil da nossa equipe\*

\*Dados do I Censo da DPE/BA





## MEDALHAS DE HONRA AO MÉRITO

Honraria destinada a defensores públicos que se notabilizam por altos méritos pessoais ou por excepcionais feitos na sua área de atuação, além de servidores, autoridades e personalidades que prestaram relevantes serviços à Instituição baiana, a Medalha de Honra ao Mérito Defensorial foi destinada no biênio 2019/2021 a 16 pessoas, oito a cada ano.

Em cada premiação, duas pessoas são lembradas em quatro categorias: Contribuição Profissional, destinada

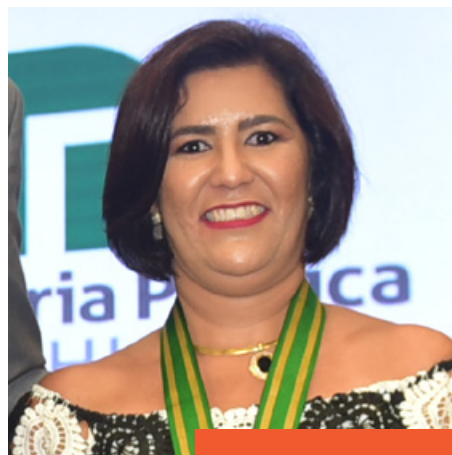
aos defensores públicos em atividade, na área de atuação ou pesquisa; Contribuição Honorífica, que considera desempenho social e político e os indicados não precisam ser membros da DPE/BA; Contribuição Ivo de Kermartin, aos defensores públicos aposentados ou próximos de se aposentar; além da Contribuição de União para Servir ao Povo, destinada aos servidores da Instituição.

Os premiados nos dois anos foram:

### CONTRIBUIÇÃO PROFISSIONAL (2019)



Clériston Cavalcante de Macedo



Deliene Martins de Carvalho



## CONTRIBUIÇÃO PROFISSIONAL (2020)



Gilmar Bittencourt Santos Silva



Mônica de Paulla O. Pires de Aragão

## MEDALHA CONTRIBUIÇÃO DE UNIÃO PARA SERVIR AO POVO (2019)



Rita de Cássia dos Santos [servidora há mais de 15 anos em Vitória da Conquista]



Rosália Soares Silva [servidora desde 1987 em Salvador]

## 2020



Ana Maria Bispo [servidora com atuação no Núcleo de Saúde]

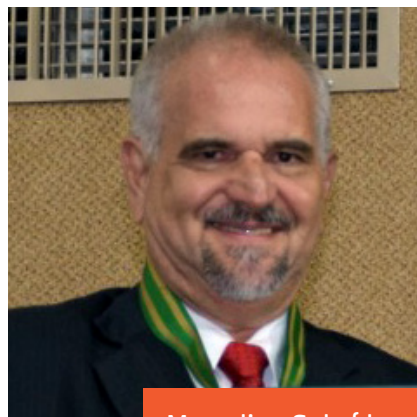


Marcelo Souza de Souza  
[motorista da Defensoria]

## CONTRIBUIÇÃO HONORÍFICA (2019)



Fabíola Mansur (deputada estadual)



Marcelino Galo (deputado estadual)

## 2020



Vilma Reis (socióloga e ex-ouvidora-geral da Defensoria da Bahia nos biênios 2015-2017 / 2017-2019)



Walter Pinheiro (Secretário do Planejamento do Estado da Bahia, ex-deputado federal e ex-senador)

## CATEGORIA CONTRIBUIÇÃO IVO DE KERMARTIN (2019)



Isaura Eulina Negromonte Bezerra (defensora pública aposentada / representada na entrega pelo defensor público Armando Fauaze)



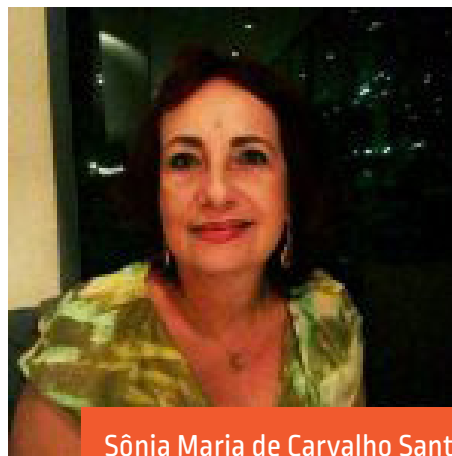
Jairo Rosas dos Santos (ex-defensor público, homenagem póstuma)



## CATEGORIA CONTRIBUIÇÃO IVO DE KERMARTIN (2020)



Bartolomeu Oliveira da Silva  
(defensor público aposentado  
que faleceu em julho/2020)



Sônia Maria de Carvalho Santana  
(defensora pública de Instância Superior)

## PREMIAÇÃO LUÍS GAMA



A resolução Nº 006, de maio de 2019, instituiu na Defensoria a Premiação Luiz Gama, destinada para os(as) defensores(as) públicos(as) que forem promovidos à última classe da carreira, a Instância Superior, e àqueles(as) que ocuparam ou ocupam o cargo de Defensor Público Geral. Também estão incluídos na honraria as defensoras e os defensores públicos já titulares da Instância Superior no momento da publicação da resolução. A premiação homenageia Luiz Gama, que é um dos advogados baianos mais famosos, por levar justiça à população em situação de escravidão no século XIX, obtendo a liberdade de mais de 500 negros.



# 5 Avanços no DIÁLOGO COM A SOCIEDADE

Transversalidade essencial e permanente 91

Fortalecimento das relações Interinstitucionais 92

Estreitando os laços na Bahia 94

Atuação da Ouvidoria Cidadã 96

A Defensoria como convidada em eventos 99

Diálogos na Assembléia Legislativa 101

Comitê de Prevenção aos Homicídios 102

Acompanhamento às  
vítimas de desastres ambientais 103

Liminar para continuidade do Programa Viver 105

Defensoria Solidária 105

Defensoria Cidadã Itinerante 105

Lucas da Feira e Manuel Faustino  
absolvidos em júri simulado 106

Conselhos Tutelares 108

Direitos das mulheres nos concursos 108

Vagas para mulheres e  
idade máxima para ingresso 109

Posse popular aproxima  
defensores do cidadão 110

Comunicação como  
estratégia de fortalecimento 112

Orçamento Participativo 116

Cartilhas como educação em direitos 117

Lavagem do Bonfim 118

Aquilombe-se 119

Tornar-se Negra 119

‘Descortinando a Previdência’ 120

Seminário AI-5 120

Respeito à diversidade 121

A Defensoria no caminho da cidadania 122



# TRANSVERSALIDADE ESSENCIAL E PERMANENTE

Uma instituição como a Defensoria Pública, que tem a responsabilidade de promover o acesso à justiça aos cidadãos das camadas mais vulneráveis da sociedade, não pode atuar isoladamente. Além do permanente diálogo com a sociedade civil, tendo a Ouvidoria Cidadã como interlocutora, faz-se necessário estreitar laços com outras instituições e organizações, governamentais e não governamentais. É um exercício diário, que exige de todos os membros um olhar atento para todas as redes de apoio.

A DPE/BA, ao longo de 2019 e 2020, enfatizou em todos os cantos por onde passou a importância do fortalecimento da instituição. Defensoria forte, reconhecida, significa uma sociedade também mais forte. No biênio, em uma atuação estratégica a Defensoria, por meio da Ouvidoria, defensores, servidores e estagiários, continuou alimentando uma imensa rede de transversalidade que tem o intuito de educar em direitos, defender direitos, promover igualdade, respeito e tolerância.



Muitos foram os debates com o Movimento Nacional de População de Rua



Ex-ministro José Eduardo Cardozo foi recebido pelo defensor-geral e coordenadoras de proteção aos direitos humanos

## FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

A fim de estreitar os laços com a sociedade civil e fortalecer a atuação da Defensoria Pública da Bahia, foram realizadas diversas visitas institucionais ao longo dos dois últimos anos. Em março de 2019, o defensor público geral, Rafson Ximenes, foi a Brasília, no Distrito Federal, dialogar com parlamentares baianos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal onde apresentou, na ocasião, o Plano de Expansão da DPE/BA e

ressaltou a importância da ampliação do orçamento para proporcionar a assistência jurídica gratuita à população.

Foi destacado o papel de instituição essencial à Justiça, assegurado pela Emenda Constitucional n. 80, a qual determina que até 2022, a União, os Estados e o Distrito Federal contem com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais.





Propostas de avanços da DPE/BA foram apresentadas por Rafson Ximenes ao deputado federal Jorge Solla

Já em Salvador, em outubro de 2019, a Defensoria recebeu em sua sede administrativa o ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para discutir a crise do Estado de Direito no Brasil, o impacto desta no trabalho das Defensorias e também sobre a necessidade de haver defensores públicos em todas as comarcas brasileiras.

Além de conhecer, na ocasião, os produtos editoriais da DPE/BA, José Eduardo Cardozo também participou do Cine Debate

sobre o documentário “Democracia em Vertigem”, que retratou o cenário político brasileiro até o período de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, período em que José Eduardo Cardozo exercia o cargo de Advogado Geral da União.

Outra visita institucional à sede da Defensoria foi realizada também no mês de outubro de 2019, pelo então presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais – Condege, José Fabrício Lima, que conheceu alguns projetos idealizados e desenvolvidos pela atual gestão da DPE/BA. Defensor-geral de Pernambuco, José Fabrício destacou o profissionalismo e a preocupação da DPE/BA com a população vulnerável da Bahia, além de discutir temas de abrangência nacional. Ele também participou do evento de comemoração dos 10 anos da Defensoria Cidadã.

Referência em termos de atuação das Defensorias Públicas, a DPE/BA também se destacou fora das fronteiras brasileiras, o que motivou a visita do defensor público da Defensoria Penal Pública do Chile, Rodrigo Rios, e do especialista em Direito Ambiental, também membro da Defensoria daquele país, Pablo Ortiz. Há diversas mudanças históricas em curso no Chile, entre elas a reforma constitucional. Segundo Rios, a Defensoria chilena firmou compromisso com a população do país e está em busca de experiências bem-sucedidas, o que levou os defensores públicos a vir ao Brasil conhecer a atuação institucional e administrativa da Defensoria da Bahia.



Defensor-geral dialoga com deputado federal da Bahia, Otto Alencar Filho



A importância do avanço da Defensoria foi apresentada ao presidente da ALBA, deputado Nelson Leal

## ESTREITANDO OS LAÇOS NA BAHIA

No estado, o defensor-geral também realizou visitas institucionais e reuniões na capital baiana. Junto à Defensoria Pública da União, foram discutidos projetos e parcerias para fortalecimento da atuação institucional; com o Tribunal de Justiça da Bahia foi discutida a aproximação e compartilhamento de experiências entre Defensoria e o Poder Judiciário; ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia foram apresentadas as metas previstas no Plano de Expansão da Defensoria e também parte das cartilhas temáticas.

Junto aos órgãos do Governo do Estado, a Defensoria dialogou com a Secretaria de Segurança Pública sobre pautas da instituição sobre a preservação da vida; com a Ouvidoria Geral e também com a Secretaria de Relações Institucionais sobre pontos como a ampliação da estrutura física da Defensoria, estruturação da carreira,

modernização da legislação da DPE/BA e criação de estratégias conjuntas para o cumprimento da Emenda Constitucional 80/2014.

A Defensoria também se reuniu com representantes da União dos Municípios da Bahia e do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Entre os parlamentares baianos, a Defensoria foi à Assembleia Legislativa da Bahia apresentar o Plano de Expansão e dialogar sobre outros pontos junto à presidência da Alba, às lideranças de partidos políticos e também junto às comissões de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle; de Constituição e Justiça; de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação, dos Direitos Humanos e Segurança Pública.



Diante da presença da Defensoria em 46 municípios baianos, estreitar as relações com as prefeituras torna-se fundamental. Por isso, no mês de setembro de 2019, a Defensoria participou do 7º Encontro de Prefeitos da Bahia, promovido pela União dos Municípios da Bahia – UPB. Com a presença de 317 gestores municipais e mais de 1,1 mil participantes inscritos, houve também a presença do governador do Estado, Rui Costa, além de senadores baianos, deputados federais e estaduais, secretários de Estado, secretários municipais e vereadores.



Gestores da DPE/BA em visita às instalações das Obras Sociais Irmã Dulce - OSID



DPG Rafson Ximenes dialoga com deputado Zé Raimundo sobre avanços da DPE/BA



Plano de Expansão da Defensoria é apresentado ao secretário de Administração do estado da Bahia, Edelvino da Silva Góes Filho

# ATUAÇÃO DA OUVIDORIA CIDADÃ



Posse popular da ouvidora, Sirlene Assis, contou com a presença das ex-ouvidoras Anhamona Brito, Tania Palma e Vilma Reis.

Em 2019, a Ouvidoria Cidadã da Defensoria comemorou 10 anos de existência e de forte atuação na Bahia. Liderada desde junho do respectivo ano pela ouvidora-geral, Sirlene Assis (que sucedeu Vilma Reis), e gerida historicamente na DPE/BA por mulheres negras e com forte atuação nos movimentos sociais, a Ouvidoria é um órgão externo fundamental para estabelecer o diálogo com a sociedade. Tal característica foi destacada positivamente em reunião do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais – Condege, realizada em Santa Catarina, e a trajetória exitosa da experiência baiana foi elogiada pelo então presidente do Condege, Fabrício Lima, durante a comemoração dos 10 anos.

Em Salvador, a Assembleia Legislativa da Bahia realizou uma sessão especial para prestar homenagens à década de existência da Ouvidoria Cidadã. As celebrações foram extensas e marcadas por programações como as rodas de conversa; o Pé na Estrada, que percorreu diversos municípios e territórios de identidade da Bahia; audiências públicas que discutiram, entre outros pontos, o critério de hipossuficiência para acesso à assistência jurídica da Defensoria e a preservação do Parque São Bartolomeu, no subúrbio soteropolitano.

Também houve reunião com os Grupos Operativos da Ouvidoria, a ida à Gamboa para verificar o desa-





Posse popular da ouvidora reúne membros da Defensoria e sociedade civil



Após relatos de desabamento de um imóvel no bairro da Gamboa ouvidora Sirlene foi ao local



Ouvidoria lança rede de articulação social para defesa do acesso à Justiça

bamento de imóvel e o lançamento da Rede de Articulação Social da Ouvidoria Cidadã para desenvolver ações conjuntas na defesa do acesso à Justiça. Os 10 anos também foram retratados em uma revista produzida pela Assessoria de Comunicação.

Em 2020, o ano foi iniciado com a apresentação do Plano de Atuação para o biênio 2020/2021, definido a partir de encontros com movimentos sociais e com a participação dos Grupos Operativos. Foram delimitados eixos de atuação, que englobam o apoio à expansão da Defensoria (física, ampliação do seu orçamento, criação do quadro de servidores efetivos, entre outros), além da garantia de direitos, com ações de enfrentamento ao racismo institucional, à violência contra as mulheres e à comunidade LGBTQI+, da luta pelo direito à cidade e ao meio ambiente, entre outras pautas.

A ouvidora-geral da DPE/BA, Sirlene Assis, assumiu a vice-presidência do Conselho Nacional de Ouvidores de Defensorias Públicas e integra a diretoria em conjunto com ouvidores-gerais de Defensorias do Acre, Ceará, Maranhão, Distrito Federal e Paraná.

Inúmeras atividades junto à sociedade civil foram desenvolvidas. Investido do seu papel social, o órgão entregou aos candidatos à Prefeitura de Salvador uma carta aberta propondo diretrizes para a construção de uma cidade antirracista. O documento foi construído a partir de encaminhamentos dos seminários nacional e internacional intitulados “Direito à Cidade a partir de uma política antirracista”, realizado em setembro, em que foi anunciado o lançamento do Grupo de Trabalho em Defesa da Cidade, formado por pesquisadores, sociedade civil e membros dos movimentos sociais por moradia, negro e ambientalista.

A pauta da igualdade racial também motivou a realização de audiências públicas, do Seminário “Lutas das comunidades quilombolas e enfrentamento ao racismo estrutural”, da roda de conversa sobre desafios profissionais enfrentados por gestores negros, entre outras programações.

Localizada na Área de Proteção Ambiental das Lagoas e Dunas do Abaeté, a Lagoa do Abaeté foi foco de uma audiência pública realizada pela Ouvidoria, em setembro, para tratar sobre a construção de uma estação elevatória



de esgoto. Na ocasião, foi formada uma comissão para acompanhar os impactos ambientais das obras. As rodas de conversa apresentaram à sociedade discussões sobre temas variados como a visita em unidades prisionais durante a pandemia; a reforma administrativa proposta

pelo Governo Federal; amor na diversidade, com foco no respeito à comunidade LGBTQIA+; Conselhos da Mulher, focado em políticas públicas em defesa dos direitos das mulheres; 30 anos do Código de Defesa do Consumidor; Gordofobia, entre outros temas.



Nos 10 anos da Ouvidoria foi realizada atividade no Parque São Bartolomeu, em Salvador.



Sessão Especial na Assembleia Legislativa homenageou os 10 anos da Ouvidoria





# A DEFENSORIA COMO CONVIDADA EM EVENTOS

Defensoria marca presença na abertura do III Seminário Nacional Educação é da Nossa Conta

O trabalho desenvolvido pela Defensoria de oferecer assistência jurídica gratuita para os cidadãos e cidadãs em situação de vulnerabilidade foi reconhecido, também, nos diversos convites que a Gestão 2019/2021 recebeu para participar de eventos locais, nacionais e até internacionais, como seminários, sessões especiais, conferências e lives na internet.

Além de estar entre os apoiadores e ter os(as) defensores(as) públicos(as) como participantes, a Instituição foi convidada para a abertura do VIII Seminário Nacional do Instituto Baiano de Direito Processual Penal – IBADPP, e também marcou presença, por meio da defensora pública Firmiane Venâncio, em uma das mesas da programação e deu destaque à invisibilidade dos marcadores sociais de gênero, raça e classe na prática processual penal brasileira.

A atuação da DPE/BA na defesa dos direitos das pessoas com deficiência garantiu um convite para participar da Sessão Especial em homenagem ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Realizada na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia – ALBA, a sessão foi proposta pela presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviços Públicos, deputada Fabíola Mansur, e destacou a necessidade de polí-

ticas públicas e também a ampliação da rede de serviços para as mais de 3,5 milhões de pessoas com deficiência da Bahia. O evento foi realizado em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência – COEDE, vinculado à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia – SJDHDS.

Se o tema do XII Seminário Internacional Brasil/Argentina era “O desafio de defender hoje a dignidade do ser humano” a Defensoria não podia deixar de fazer parte da programação e também estava entre as realizadoras do evento. O evento, que aconteceu durante três dias na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia – UFBA e na Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado da Bahia, contou com diversas conferências e, em uma delas, o defensor público geral do Estado da Bahia, Rafson Saraiva Ximenes, falou sobre assistência jurídica gratuita e democracia.

No dia 8 de novembro de 2019, a Defensoria participou de duas sessões especiais na ALBA. A primeira, no turno da manhã, homenageou os “heróis da Pátria” e os líderes da Revolta dos Búzios Manuel Faustino, Lucas Dantas, Luiz Gonzaga das Virgens e João de Deus. Durante o evento, a deputada Fabíola Mansur e o deputado Jacó

também homenagearam a DPE/BA pela sua atuação na defesa daqueles que mais precisam (ver mais sobre este reconhecimento no capítulo Avanços para o fortalecimento institucional). O projeto Júri Simulado, que já teve Manuel Faustino no banco dos réus e o absolveu de todas as acusações, foi lembrado pelo defensor-geral, Rafson Ximenes, ao receber a homenagem.

No turno da tarde foi a vez da Defensoria participar da sessão em memória dos 50 anos de imortalidade do militante e escritor Carlos Marighella e, novamente, o defensor-geral destacou em seu discurso que, por meio do projeto Júri Simulado, a Instituição também resgatou a história de Marighella e deu a ele a chance que não teve na época em que viveu: de exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Um outro evento nacional em que a Defensoria da Bahia foi lembrada pelo trabalho que realiza diariamente foi a 23ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – CNLE, que também aconteceu em novembro de 2019. O defensor-geral, Rafson Ximenes, foi convidado para fazer parte do corpo de jurados do Prêmio Assembleia Cidadã e a Defensoria, única instituição representante de toda a Bahia no evento, também deixou seu nome marcado na cerimônia de abertura da conferência promovida pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE e que reuniu autoridades e parlamentares de todo o país.

No mês de dezembro de 2019, a Defensoria aceitou o convite e compôs a mesa de abertura do 2º Seminário sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ com o apoio do Tribunal de Justiça da Bahia – TJBA. Na ocasião, o então presidente do Conselho e do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, destacou esse novo modelo de Justiça que fortalece o diálogo e a coesão social e o defensor público geral da Bahia, Rafson Ximenes, concordou que o diálogo é o caminho para alcançar a solução dos conflitos.

Ainda em dezembro, o Seminário Paz só com Justiça Social: Democracia e Segurança Pública foi realizado pelo Instituto de Estudos e Ação Pela Paz com Justiça Social – IAPAZ. Além de ter o defensor-geral, Rafson Ximenes, como palestrante, a Defensoria também recebeu uma homenagem do IAPAZ pela promoção da cidadania e garantia dos direitos humanos.

Já em 2020, a DPE/BA foi uma das instituições apoiadoras do III Seminário Nacional Educação é da Nossa Conta, promovido pelos Tribunais de Contas do Estado da Bahia - TCE/BA e dos Municípios da Bahia – TCM/BA em parceria com a ALBA, e que durante dois dias promoveu debates sobre os rumos da educação pública nacional. Também foram oferecidos minicursos sobre o planejamento público e ferramentas de gestão desenvolvidas pelos próprios TCE e TCM.

Também durante a pandemia do novo coronavírus o trabalho da Defensoria atravessou as fronteiras de forma virtual e ganhou repercussão na II Conferência Euroamericana para o Desenvolvimento dos Direitos Humanos – CEDH 2020. Transmitido direto de Coimbra, em Portugal, o evento contou com uma programação on-line sobre temas ligados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas – ONU. Em um dos painéis, o que abordou o ODS nº 13 – Ação contra a mudança global do clima, entre as dez iniciativas destacadas e exibidas em vídeos estava a da Defensoria da Bahia, que, há um ano, criou o seu Núcleo de Gestão Ambiental – Nugam.

Já a Conferência Plenária que marcou o encerramento desta segunda edição da Conferência Euroamericana teve como expositor o defensor público geral da Bahia, Rafson Saraiva Ximenes, que falou sobre o acesso da população à justiça de forma gratuita proporcionado pela DPE/BA e as demais Defensorias do Brasil. A moderação foi feita pela promotora de Justiça que atua no Ministério Público do Tocantins – MPTO, Isabelle Figueiredo, e a comentarista foi a professora doutora Vanessa Cavalcanti.



Ações da Defensoria são apresentadas  
em conferência virtual de Portugal



# DIÁLOGOS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Como a Assembleia Legislativa é considerada a “casa do povo”, a Defensoria Pública fez parceria com o Poder Legislativo para apresentar aos deputados estaduais o que é, como está e como pretende atuar a Instituição nos próximos anos. Em atividades articuladas pela Assessoria de Relações Interinstitucionais, o defensor público-geral, Rafson Saraiva Ximenes, se fez presente em reuniões públicas na Assembleia Legislativa da Bahia – ALBA.

Durante audiência pública realizada pela Comissão Parlamentar de Direitos Humanos e Segurança, em maio/2019, foi apresentado o Plano de Expansão da DPE/BA, mostrando o quanto a população baiana precisa de acesso à justiça. Naquele momento, a Defensoria estava presente em apenas 38 comarcas. O gestor da DPE/BA explicou também sobre o aumento dos atendimentos da Defensoria. Há 10 anos, com 200 defensores, 600 mil pessoas eram alcançadas. Na ocasião, com 342, cerca de 1,25 milhão de cidadãos são assistidos.

Na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle do legislativo baiano o defensor-geral apresentou, também em audiência pública realizada em outubro de 2019, o Plano de Atuação da Defensoria, que prevê a modernização da gestão, a interiorização da instituição, otimização do atendimento ao cidadão e promoção de ações de inclusão social, entre outros objetivos. As informações apresentadas fundamentaram a necessidade e a importância de mais recursos para a Defensoria.

Rafson Ximenes demonstrou como a DPE/BA possui o segundo menor percentual da receita corrente líquida destinada para a defensoria entre os estados do Nordeste: 0,49%, apenas à frente do Rio Grande do Norte. O defensor-geral ainda mostrou os números do avanço da expansão da Defensoria, que estava com 367 naquele momento – 25 a mais que o apresentado cinco meses antes.



Plano de Expansão foi apresentado em duas comissões na Assembleia Legislativa



# COMITÊ DE PREVENÇÃO AOS HOMICÍDIOS



DPE/BA, Unicef e rede debatem com o Governo a participação em comitê de prevenção a homicídios

A Defensoria Pública também faz parte das instituições que integram o Comitê Interinstitucional de Prevenção aos Homicídios de Crianças, Adolescentes e Jovens de Salvador que, em setembro de 2019, reuniu-se com o governador do Estado da Bahia, Rui Costa, e secretários estaduais.

No encontro, além da apresentação de dados sobre o trabalho que já vem sendo realizado, o Comitê destacou a importância da criação de estratégias e políticas públicas para diminuir a mortalidade dos adolescentes em conflito com a lei no Estado e o quanto a participação do Execu-

tivo no grupo pode agregar neste trabalho de combate à violência letal, principalmente da juventude negra.

O defensor público geral, Rafson Saraiva Ximenes, e a coordenadora da Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da DPE/BA, Gisele Aguiar Ribeiro Pereira Argolo, estavam entre os participantes da reunião.

Além da Defensoria, o Comitê é composto por órgãos como o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, o Ministério Público do Estado da Bahia – MPBA e o Tribunal de Justiça do Estado – TJBA.



# ACOMPANHAMENTO ÀS VÍTIMAS DE DESASTRES AMBIENTAIS



A Defensoria contribuiu, também, para a retirada do óleo nas praias baianas. com a cessão da van.

Em cumprimento à missão de atender à população em vulnerabilidade na Bahia, a Defensoria se empenhou para prestar assistência jurídica a vítimas de desastres ambientais no estado ao longo de 2019. Em julho do respectivo ano, a Instituição foi aos municípios Pedro Alexandre e Coronel João Sá, ambos localizados no Território de Identidade Semiárido Nordeste II, para identificar os prejuízos causados aos habitantes por ocasião do rompimento da Barragem do Quati.

Em setembro, uma nova visita foi realizada para verificar o cumprimento das medidas pelos órgãos compe-

tentes. A Defensoria identificou que existiam famílias prejudicadas pelo rompimento da barragem sem cadastro em programas de benefícios sociais e aluguel social, cestas básicas fornecidas em quantidade insuficiente e sem regularidade, comunidade pesqueira sem fonte de renda, além de, em Coronel João Sá, pendências para construção de casas capazes de abrigar as famílias afetadas e acompanhamento psicológico da população. A visita foi realizada em conjunto com a Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa da Bahia – ALBA.

Também em 2019, o litoral baiano foi afetado pelo derramamento de petróleo que atingiu zonas costeiras brasileiras e colocou em risco não apenas a saúde da população, mas ecossistemas e economias movimentadas, entre outros fatores, pela pesca. Em novembro, a Defensoria Pública da Bahia criou um canal de comunicação (e-mail) para que fossem encaminhadas demandas e denúncias, além de possibilitar à própria Instituição a disponibilização de informações, orientações e atendimentos para situações concretas relatadas pelos atingidos diretos ou indiretos pelo derramamento.

Apoiando e representando associações e coletivos de pescadores e marisqueiras, a Defensoria da Bahia firmou diálogos com órgãos estaduais e federais competentes, participou de audiências públicas na ALBA e no auditório do Ministério Público da Bahia para discutir os impactos e consequências do desastre ambiental na saúde de pescadores, marisqueiros e voluntários. A DPE/BA também disponibilizou uma van para o transporte de bombeiros até os locais de limpeza das praias, a pedido do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Inema.

As comunidades pesqueiras da Bahia mobilizaram a Federação de Pescadores e Aquicultores estadual – Fepesba para solicitar a assistência jurídica da Defensoria Pública da Bahia a fim de resolver problemas ambientais que acometem pescadores de São Francisco do Conde, Madre de Deus, Saubara, Santo Amaro, São Sebastião do Passé e Candeias. O defensor-geral, Rafson Ximenes, recebeu o

presidente da Federação e deputado federal, Raimundo Costa, além de advogados para articular o trabalho conjunto. Na ocasião, a Defensoria apresentou o Plano de Expansão da Defensoria da Bahia e solicitou apoio legislativo ao deputado, o qual assegurou a colaboração inclusive junto ao Congresso Nacional.

Em 2020, a Defensoria Pública acompanhou de perto a situação da Hidrelétrica Pedra do Cavalo, localizada no município de Cachoeira, no Recôncavo baiano. Gerida pela Votorantim Energia, a hidrelétrica passaria por um teste de calha sem que a empresa responsável realizasse a consulta popular prevista no ordenamento jurídico brasileiro nem a realização de estudos sobre o impacto socioeconômico gerado pela iniciativa.

Devido aos riscos imprevisíveis para cerca de 5.200 famílias – entre pescadores artesanais, marisqueiras, artesãos e saveiristas tradicionais –, a Defensoria da Bahia ajuizou uma ação cautelar preparatória para Ação Civil Pública em conjunto com a Defensoria da União contra a Votorantim Energia, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Inema e a Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia – CERB.

Posteriormente, foi também ajuizada a Ação Civil Pública para determinar a imediata suspensão do contrato de concessão de energia elétrica ou a suspensão de todas as atividades de produção e exploração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Pedra do Cavalo.



Moradores dos municípios de Pedro Alexandre e Coronel João Sá, atingidos pelo rompimento da barragem do Quati, receberam apoio da DPE/BA



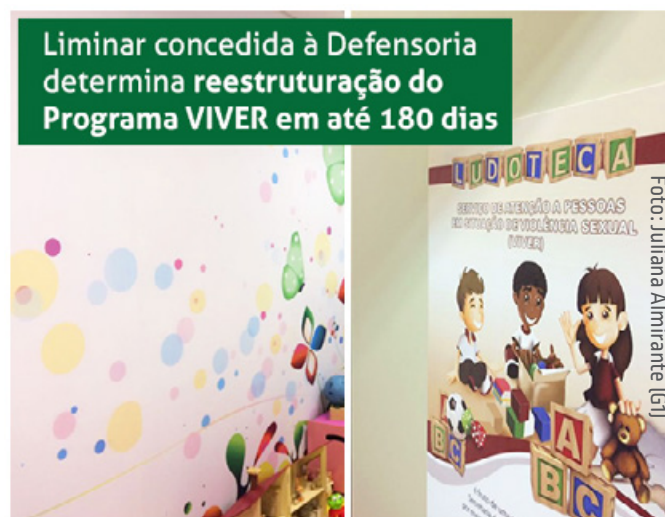
Canal foi criado para atender pescadores e marisqueiras afetadas com tragédia do derrame do óleo na costa baiana



# LIMINAR PARA CONTINUIDADE DO PROGRAMA VIVER

Em fevereiro de 2020, a atuação judicial da Defensoria Pública do Estado da Bahia assegurou a reestruturação do Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual – VIVER, após liminar concedida pela Justiça em favor da DPE/BA. A decisão judicial determinou a reabertura da unidade de atendimento no bairro Periperi, em Salvador, ou a instalação de nova unidade, além da retomada do horário integral de atendimento no Instituto Médico Legal – IML, com a contratação de pessoal especializado e tratamentos ambulatoriais pertinentes.

A Justiça também determinou que o atendimento em caráter imediato a toda e qualquer vítima de violências sexuais deveria ser feito no Hospital da Mulher, independentemente de gênero, idade ou outra restrição, o que passou a contemplar crianças e adolescentes, em especial do sexo masculino. O prazo fixado pela Justiça foi de até 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil em caso de descumprimento.



O pedido liminar foi ajuizado pela Defensoria da Bahia em setembro de 2016, com o objetivo de garantir a contratação de um número de profissionais que pudesse viabilizar a continuidade do VIVER. Na época, a DPE/BA argumentou que havia um déficit no número de funcionários, além de vínculos trabalhistas precários, os quais prejudicavam o atendimento a todas as demandas de vítimas de violência sexual. Mais de 80% (oitenta por cento) das vítimas, argumentou a Defensoria, eram crianças e adolescentes de baixa renda, sem condições de arcar com o patrocínio privado de seus interesses.

## DEFENSORIA SOLIDÁRIA



Servidores, estagiários e defensores públicos se uniram em uma corrente de solidariedade que ultrapassou as fronteiras da Defensoria da Bahia e alcançou 84 mulheres custodiadas no Complexo Penal de Salvador. Por meio de uma articulação entre Ouvidoria Cidadã e as coordenações das Especializadas de Direitos Humanos, Criminal e Execução Penal, a DPE/BA arrecadou recursos que possibilitaram a aquisição de 90 kits com materiais para uso individual, tais como lençóis (com elástico e sem), calcinhas, par de meias e máscaras de proteção facial contra o coronavírus.

A iniciativa teve o intuito de satisfazer uma necessidade imediata das internas, sobretudo nesse momento de pandemia. A entrega dos kits foi realizada em agosto de 2020.

## DEFENSORIA CIDADÃ ITINERANTE

Em busca de alcançar cada vez mais pessoas e promover o acesso à Justiça, o ano de 2019 também foi marcado por passagens da Defensoria Cidadã Itinerante – DCI em diversos bairros de Salvador, entre eles o Bairro da Paz, Boca do Rio, Calabar, Rio Sena e o Uruguai. Em 2020 o programa não aconteceu, devido às restrições impostas pela pandemia.

A DCI é fundamental para a população soteropolitana, uma vez que percorre a capital baiana para proporcionar atendimentos nas áreas de família, saúde, cível, direitos humanos, criminal, infância e adolescência, tutelas coletivas, dentre outras áreas do direito. Dessa forma, a DPE/BA não apenas cumpre a sua missão institucional em suas dependências, mas se desloca para alcançar parte da população que necessita de assistência jurídica.



Na DCI defensores e servidores levam atendimento à população nos bairros

## LUCAS DA FEIRA E MANUEL FAUSTINO ABSOLVIDOS EM JÚRI SIMULADO

Na Defensoria, o diálogo com a sociedade se dá, também, por meio do resgate da memória de personagens que deixaram seus nomes marcados na história do Brasil e que não tiveram, na época em que viveram, as prerrogativas que todo acusado deve ter – o direito ao contraditório e a ampla defesa. É a ‘Série Júri Simulado – Releitura do Direito na História’, que, ao mesmo tempo em que permite que o público conheça como funciona um julgamento, une direito, história, conhecimento, cultura e arte de uma só vez.

Nesta gestão foram dois júris no ano de 2019, mas em 2020, devido à pandemia do novo coronavírus/Covid-19, não foi possível realizar novo julgamento. Em setembro/19, a Instituição garantiu ao personagem Lucas Evangelista dos Santos, mais conhecido como Lucas da Feira, o direito que ele não teve há exatos 170 anos, quando foi enforcado em plena praça pública na cidade de Feira de Santana.

Depois de ouvir os argumentos da defesa (defensora Fernanda Nunes Moraes da Silva), da acusação (defensora Júlia Almeida Baranski) e do próprio personagem, que tornou a história ainda mais real com a interpretação do ator Jailton Nascimento, o Conselho de Sentença – formado por sete pessoas sorteadas da plateia – decidiu absolver Lucas da Feira de todas as suas acusações. Na leitura da sentença, a julgadora (defensora Elisa da Silva Alves), resgatou o passado, mas também falou sobre o presente e o quanto as marcas do racismo e da escravidão permanecem até hoje na sociedade.

Para dar ainda mais força à história de Lucas da Feira, o final do julgamento foi marcado por um bate-papo mediado pela defensora pública Manuela de Santana Passos e que contou com a mestrandia em História Regional e Local, Eliane de Jesus Costa, o professor Augusto Monte Spínola Júnior e o historiador, ator, diretor de teatro e autor do





O júri simulado de Cuíca de Santo Amaro lotou o teatro

espetáculo “Lucas da Feira: o sujeito antes do mito”, Fernando Souza.

Também com reflexões sobre o passado e o presente, a oitava edição do Júri Simulado foi realizada em novembro/19, mês da Consciência Negra, e quem teve sua história resgatada e seu direito de julgamento garantido foi Manuel Faustino, um dos principais líderes da Revolta dos Búzios. O ator santoamarense Cristovão da Silva, que já tinha interpretado o Cuíca de Santo Amaro em uma das edições de 2018, aprovou tanto a ideia que aceitou dar vida a um novo personagem e, dessa vez, subiu ao palco do Teatro da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em Salvador, para mostrar quem foi este líder e tudo que ele fez pela resistência e liberdade do povo negro.

Com quatro votos a favor contabilizados pelo julgador (defensor público Danilo Rodrigues), Manuel Faustino e os demais líderes foram absolvidos após 220 anos da Revolta. A defesa e a acusação, feitas pelas defensoras Vanessa Nunes e Diana Furtado, respectivamente, também serviram como uma aula para os estudantes de Direito da UNEB e também para os do ensino básico da rede estadual que estavam na plateia. Uma excelente aula sobre a Revolta dos Búzios foi dada pela historiadora do Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB e professora aposentada de História da Educação, Antonietta d’Aguiar Nunes.

Todas as edições estão disponíveis no canal Youtube da Defensoria, na playlist Júri Simulado.

## VOCÊ SABIA?

O projeto da ‘Série Júri Simulado – Releitura do Direito na História’ foi criado em 2016 pelo defensor público geral, Rafson Saraiva Ximenes [que, no período, era subdefensor-geral], pela defensora pública e uma das coordenadoras da Especializada de Proteção aos Direitos Humanos e Itinerante da Defensoria, Eva Rodrigues, e pelo defensor público Raul Palmeira.

Nas sete edições realizadas até agora, personagens e histórias que marcaram o país foram levados a júri popular: Luiza Mahin [2016], Zumbi dos Palmares [2017], Índio Caboclo Marcelino [2018], Lei Áurea [2018], Cuíca de Santo Amaro [2018], Lucas da Feira [2019] e Manuel Faustino [2019]. Após o julgamento, é realizada uma palestra sobre a história do personagem e também sobre os temas ligados a ele.

## CONSELHOS TUTELARES

O acompanhamento da eleição para os Conselhos Tutelares e a participação dos(as) defensores(as) públicos(as) na formação dos conselheiros eleitos sempre foram prioridades na Defensoria e, na Gestão 2019/2021 este trabalho vem sendo realizado desde o primeiro mês de início da administração. No dia 4 de abril de 2019, em uma visita dos representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – de Salvador, a DPE/BA garantiu seu apoio às eleições para o quadriênio 2020/2023.

Seis meses depois, a Instituição acompanhou a votação para garantir a preservação de todas as etapas do pleito, cuja escolha dos novos representantes foi feita em urnas eletrônicas solicitadas pela Defensoria ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE/BA. Em Salvador, a coordenadora da Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Defensoria, Gisele Aguiar Ribeiro Pereira Argolo, acompanhou o processo eleitoral



Em Amargosa, atuação da Defensoria é destacada em cerimônia de posse de conselheiros tutelares

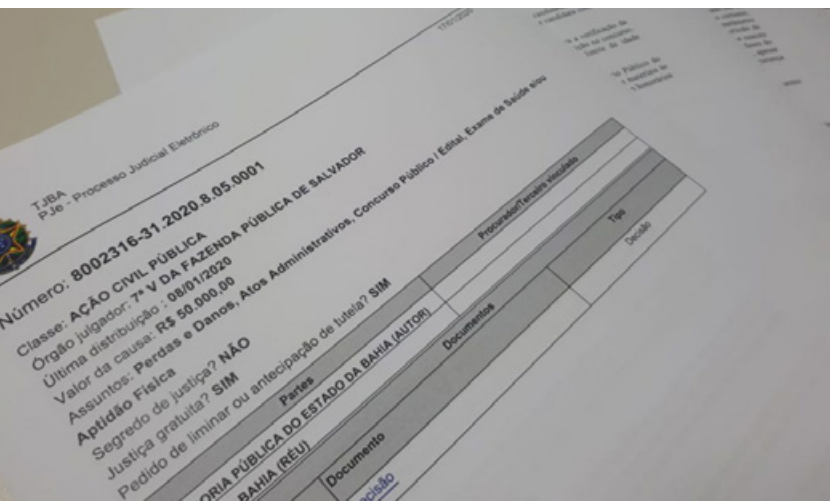
durante todo o dia e percorreu 14 escolas em diversos bairros de Salvador com as defensoras públicas Amabel Mota, Laíssa Rocha e Mariana Tourinho.

Após a votação, foram iniciadas as capacitações dos novos conselheiros tutelares e a Defensoria esteve presente nos encontros realizados em Salvador e diversas cidades do interior - Madre de Deus, Alagoinhas, Euclides da Cunha, Conceição do Coité, Amargosa e Jacobina - para explicar a sua atuação na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e a importância deste trabalho em conjunto da Rede de Proteção que envolve diversas outras instituições, como o próprio Conselho Tutelar. As cerimônias de posse, em janeiro de 2020, também contaram com a participação da Defensoria.

## DIREITOS DAS MULHERES NOS CONCURSOS

No exercício do biênio 2019/2021 a Defensoria Pública mostrou-se atenta ao cerceamento de direitos contidos em editais de concursos da Prefeitura de Salvador e do governo do Estado, principalmente relacionados às candidatas do sexo feminino.

Em maio de 2019, de forma extrajudicial e por meio das Especializadas de Proteção aos Direitos Humanos e de Fazenda Pública, a Defensoria baiana conseguiu que a Prefeitura de Salvador recomendasse aos seus secretários que suprimissem do edital a exigência de exames considerados invasivos para as mulheres, a exemplo de





ginecológicos, colposcopia, citologia e microflora, além de mamografia para mulheres acima de 40 anos.

Em janeiro de 2020, motivos semelhantes levaram a DPE/BA, por meio da Especializada de Fazenda Pública, a ingressar com um mandado de segurança para suspender os concursos públicos para provimento dos cargos para soldado da Polícia Militar da Bahia – PMBA e para o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia – CBMBA.

A ação buscou garantir direitos de grupos vulneráveis, especificamente as mulheres, com ampliação do número de vagas a elas destinadas, a exclusão da exigência de exames considerados invasivos e a possibilidade de remarcação do Teste de Aptidão Física – TAF para gestantes.

Antes de mover a ação, que resultou em liminar do Poder Judiciário reconhecendo as irregularidades dos editais, a Instituição procurou o diálogo com o Governo do Estado.

No mês de maio o governo do Estado acolheu aos requerimentos da Defensoria e o Poder Judiciário extinguiu o mandado de segurança da DPE/BA, permitindo a retomada

das etapas do certame. Não serão mais exigidos exames ginecológicos invasivos às candidatas do sexo feminino e permitirá que gestantes remarquem o Teste de Aptidão Física – TAF.

As mudanças foram anunciadas por meio da Portaria nº 031-CG/2020, da Polícia Militar, e da Portaria n. 54 CG – CBMBA/2020, do Corpo de Bombeiros. Ambas alteram, respectivamente, a Portaria nº 060-CG/2017 e a Portaria n.º 008-CG- CBMBA/2017. Na prática, isto significa que as modificações não serão válidas apenas para o edital do concurso de 2019, mas continuarão valendo para os certames futuros.

Com isto, não serão mais exigidos das candidatas do sexo feminino os seguintes exames: ginecológico, citologia oncológica e microflora. Sobre a candidata gestante, esta poderá realizar o TAF em data diversa da prevista, independentemente da data da gravidez, se prévia ou posterior à data de inscrição no concurso público, do tempo da gestação, da sua condição física e clínica ou da natureza do exame físico, do grau de esforço ou do local de realização dos testes

## VAGAS PARA MULHERES E IDADE MÁXIMA PARA INGRESSO.

Ficou pendente de solução outros dois pontos ressaltados no Mandado de Segurança Coletivo apresentado pela Defensoria Pública em janeiro de 2020: a desproporção do quadro de vagas entre os candidatos do sexo masculino e feminino, conforme o item 2.1 do edital, e também o momento de comprovação do limite de idade máximo, estipulado no item 4.1, alínea b.

A DPE/BA reafirma o entendimento de que deve existir no edital um marco temporal mensurável para os candidatos, para contagem da data para ingresso na carreira e que há a necessidade de assegurar às mulheres uma quantidade de vagas razoável para o ingresso na carreira militar.

Assim que a Defensoria normalizar os trabalhos após a pandemia do novo Coronavírus, a Instituição fará recomendação ao Governo do Estado com uma coletânea de irregularidades identificadas nos concursos públicos,

inclusive quanto à quantidade de vagas destinadas às mulheres. A medida seria uma forma de evitar a judicialização e assegurar o direito de todas as pessoas.



Defensoria recebeu comissão de candidatos dos concursos da PM e CBM da Bahia

# POSSE POPULAR APROXIMA DEFENSORES DO CIDADÃO



Posse popular realizada na maior estação de transbordo de Salvador

Instituídas pela Defensoria Pública em 2015 com o objetivo de aproximar-se cada vez mais do cidadão, as posses populares que marcam o encerramento do curso de formação de defensoras e defensores públicos prosseguiram no biênio 2019/2021. A partir de março de 2019 foram realizadas duas edições – uma em setembro de 2019 e outra em fevereiro de 2020, totalizando sete posses populares.

Os eventos, que reúnem defensoras/defensores com a população mais carente de Salvador e representantes da sociedade civil, aconteceram na maior estação de trans-

bordo da Capital – a Estação Nova Lapa, que tem um fluxo médio de 500 mil pessoas/dia, durante os dias úteis.

Na sexta edição da posse popular, cujo objetivo é aproximar as novas defensoras públicas e os novos defensores públicos dos cidadãos baianos já no início da carreira defensorial, 23 membros da Defensoria receberam seus certificados das mãos de integrantes do Projeto Fantástico Mundo Autista – Projeto FAMA, que atende crianças autistas e tem alunos estagiando na DPE/BA por meio do projeto Estágio Especial.



Nesta edição, a parte voltada para o atendimento dos cidadãos, logo após a entrega de certificados, foi marcada pela realização de exames de DNA no local, com orientações sobre a paternidade. A iniciativa integra a Ação Cidadã Sou Pai Responsável, que acontece durante todo o ano com o objetivo de conscientizar os homens sobre as responsabilidades que envolvem uma paternidade responsável.

Em fevereiro de 2020, mais 22 novas defensoras e defensores receberam seus certificados das mãos de jovens que trabalham como estagiários e aprendizes na Defen-

soria. O atendimento feito aos cidadãos após a cerimônia foi sobre direitos em geral.

Para o diretor presidente da Concessionária Nova Lapa, que administra o local, esta é uma parceria benéfica para os dois lados e principalmente para a população, que pode no caminho para o trabalho ou para sua casa receber o atendimento da DPE/BA. “Esse trabalho da Defensoria é muito importante para a população, por estar em local de grande movimento. Nós, da Concessionária Nova Lapa, nos sentimos muito honrados em recebermos este evento aqui na Estação mais uma vez”, disse Zilney Campello.



População é atendida durante posse popular por novos defensores



Nova defensora recebe certificado de estagiária da DPE/BA



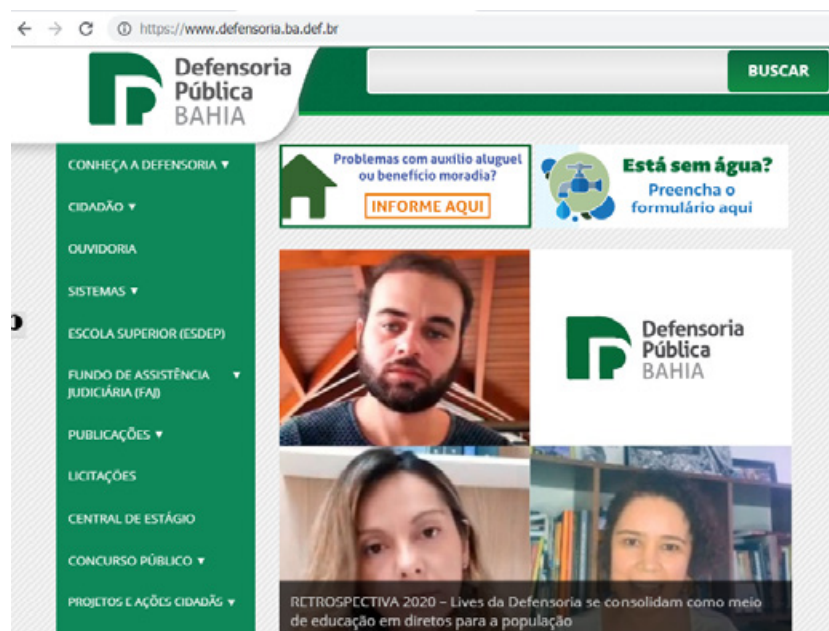
Defensor recebe certificado de posse popular de integrante do Estágio Especial

# COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO

Adotar uma comunicação estratégica é essencial para uma instituição, seja ela pública ou privada. Manter um diálogo com os diferentes públicos, com a capacidade de permitir uma identificação e sintonia entre a Defensoria Pública e a sociedade civil e parceiros interinstitucionais exige uma transmissão de valores, com a consciência dos objetivos e missão institucional.

No biênio 2019/2021 a Defensoria Pública da Bahia prosseguiu na proposta de fortalecer o uso estratégico de todos os seus canais de comunicação. Além da cobertura das ações institucionais para o site e distribuição com a imprensa, contando com mais de 76 mil seguidores em suas redes sociais, a Instituição apostou nas redes sociais como aliadas.

Na divulgação, no biênio 2019/2021 as ações defensoriais foram pauta de 1.725 releases. Junto à imprensa, a que está on-line, principalmente, a DPE/BA esteve presente em pelo menos 3.250 momentos, seja por repercussão das pautas distribuídas, seja por outras



pautas em que a Instituição foi buscada como fonte, numa evidência do reconhecimento do trabalho que vem desenvolvendo, na visibilidade institucional e na credibilidade da atuação.

# 1.725

Esta é a quantidade de releases produzidos e divulgados pela Defensoria no biênio 2019/2021

Presente no You Tube, Facebook, Instagram e Twitter, a Defensoria Pública marca posição em temas de relevância para a defesa dos direitos humanos, em especial dos vulneráveis. Por meio da Assessoria de Comunicação, o conteúdo é produzido para levar educação em direitos e discutir questões essenciais, além de promover esclarecimentos sobre a atuação da Instituição.

Mesmo, e principalmente, no enfrentamento aos desafios impostos pela pandemia do novo coronavírus/ Covid-19 a comunicação institucional cresceu e mudou de perfil. O crescimento dos programas ao vivo foi possível graças ao investimento da Instituição, que adquiriu uma conta na plataforma Streamyard, que possibilita a transmissão simultânea em três canais diferentes.



# YOUTUBE

O canal Youtube @DefensoriaBahia, que passou por um processo de organização após a inclusão de um profissional de produção audiovisual na Assessoria de Comunicação, é onde ocorreram as maiores mudanças. Até fevereiro de 2019 o perfil dos seguidores era 100% do gênero masculino e com idade superior a 65 anos.

Com um salto de 519% no número de seguidores, o perfil do canal passou a ser de 54,1% seguidores do gênero masculino e 45,9% do feminino. As faixas etárias majoritárias alcançadas passaram a ser de 25 a 34 anos [56,9%] e 35 a 44 anos [43,1%]. De março/2019 a dezembro/2020 o canal da Defensoria obteve 115.309 visualizações.

O campeão de audiência foi o vídeo Cine Debate - “Democracia em Vertigem”, com a participação do ex-ministro da Justiça e advogado da ex-presidente Dilma Rousseff, no processo de impeachment, José Eduardo Cardozo, com 94.800 visualizações.

O evento, que lotou a sala Walter da Silveira no projeto desenvolvido pela Especializada de Direitos Humanos, apresentou e debateu o documentário “Democracia em vertigem”, da cineasta Petra Costa e assinado pela Netflix, que narra acontecimentos políticos brasileiros recentes.

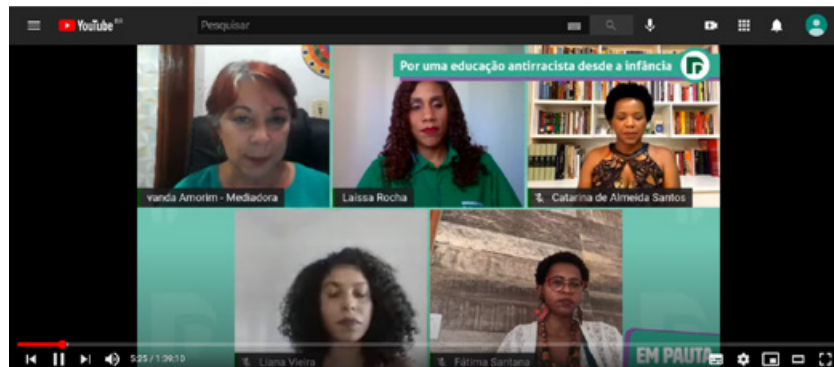
## VOCÊ SABIA?

O Canal Youtube Defensoria Bahia tem uma farta coleção de vídeos de cursos, programas e rodas de conversa sobre diversos temas. Só neste biênio foram disponibilizados 162.

A Assessoria de Comunicação organizou o canal Youtube em playlists, facilitando a localização do conteúdo e disponibilizou 162 vídeos, dos quais 54 foram de transmissões ao vivo apenas em 2020 (reuniões do Conselho Superior e

do Fundo de Assistência Judiciária, programas Em Pauta e Diálogos com a Democracia, além de eventos *on-line*).

Em Pauta é um programa que tem um profissional de comunicação da Defensoria conduzindo as entrevistas, com a participação de dois a quatro convidados, sendo um, ao menos, da Instituição e outros das redes temáticas ou outros órgãos/instituições parceiras. Foram transmitidas 19 edições de 18 de maio de 2020 a 17 de dezembro de 2020.



Diálogos com a Democracia é um programa de entrevista conduzido pelo defensor público geral, Rafson Saraiva Ximenes, com parlamentares sobre a importância da Democracia para a Defensoria e vice-versa. O programa começou em agosto e teve três edições, tendo como entrevistados os senadores baianos Jaques Wagner e Angelo Coronel, e a ex-senadora e atual deputada federal Lídice da Mata. Os diálogos foram interrompidos devido às eleições.

Além dos programas citados, ganhou espaço virtual o encontro promovido mensalmente pela equipe de saúde mental, vinculada à Especializada de proteção aos Direitos Humanos – Articulando Redes, com mediação de defensoras e servidoras da área temática e participação de convidados. Foram realizados três encontros.

Os lançamentos dos relatórios produzidos pela Assessoria de Pesquisa Estratégica também ocuparam as redes sociais da Defensoria, com coletiva de imprensa virtual, promovendo transparência e possibilitando à sociedade civil amplo conhecimento dos temas abordados nas pesquisas. Exemplo: relatórios das audiências de custódia. Os seminários promovidos pela Ouvidoria

em parceria com outros órgãos e instituições também foram transmitidos simultaneamente.

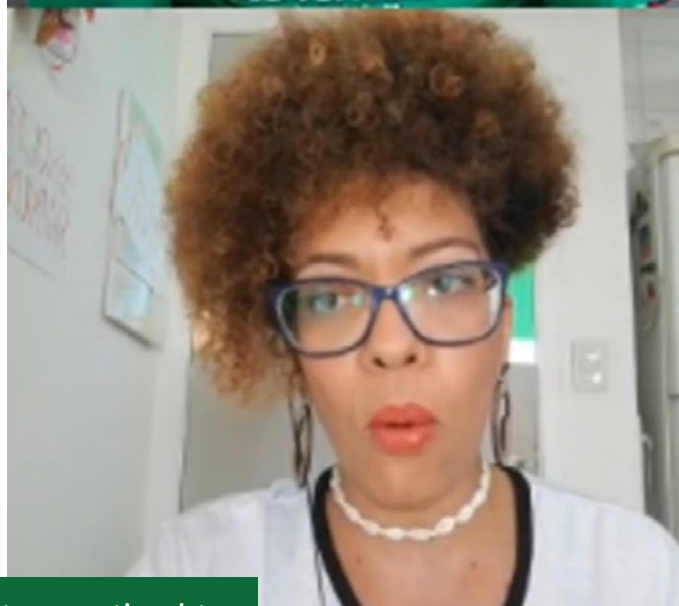
O internauta pode ter acesso mais facilmente a amplo conteúdo disponibilizado pela Defensoria Pública em seu Canal Youtube. Ali estão disponibilizados os cursos promovidos pela Escola Superior, as rodas de conversa da Ouvidoria Cidadã, a cartilha sobre os direitos das pessoas com deficiência em versão audiovisual e tradução em libras, entre outros.

O Instagram continua crescendo, sendo a rede social da Defensoria com maior número de seguidores - mais de 40 mil. Entre as postagens, a campeã de audiência foi a cartilha “O que você precisa saber sobre abordagem poli-

cial”, com alcance de 180,3 mil pessoas e resultando em 2.875 novos seguidores.

Seguindo a tendência surgida a partir do isolamento social, a Defensoria lançou a #LiveDPEBahia em abril/2020. Por três meses foram três edições semanais. A partir de agosto, uma vez por semana, sempre às quartas-feiras, às 11 horas. De lá até 16 de dezembro foram 50 transmissões ao vivo, alcançando mais de 300 mil pessoas. Todas as lives estão no IGTV.

O Twitter apresentou crescimento no biênio de 29,44% e o Facebook 18,94%. Todos conquistados de forma orgânica, ou seja, gratuita.



#LiveDPEBahia abordou temas antirracistas



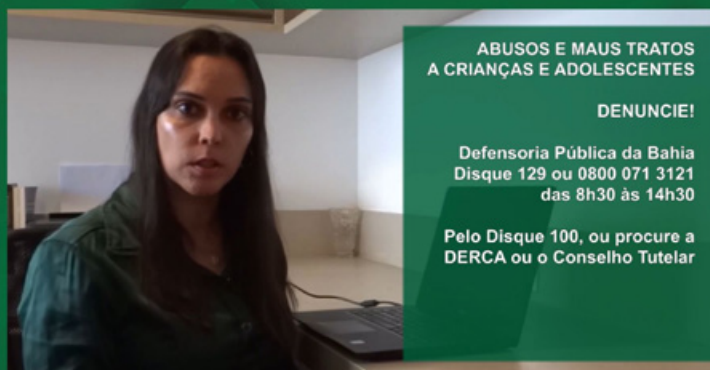
# EDUCAÇÃO EM DIREITOS EM VÍDEOS

A Defensoria Pública também gerou conteúdos para educação em direitos, principalmente durante 2020, com as restrições das atividades presenciais. Foram produzidos vídeos com temas diversos, entre eles, visibilidade trans; atendimento às mulheres vítimas de violência, com mensagens das defensoras e servidoras do Nudem; atendimento ao Idoso, com orientação da psicóloga sobre como lidar com as pessoas da terceira idade durante a pandemia; alienação parental, com orientação aos casais também para enfrentar a pandemia; estímulo à denúncia de violência contra a mulher, com mensagem em Libras.

No ano de eleições municipais, em 2020 a Defensoria inovou e, em parceria com a Ouvidoria Cidadã, convidou

os candidatos e as candidatas à prefeitura de Salvador a responderem perguntas retiradas das demandas comumente encontradas no atendimento da Instituição. Participaram quatro candidatos: major Denice, pastor sargento Isidório, Celso Cotrim e Olívia Santana.

As respostas foram condensadas em nove vídeos com os temas direito à saúde, políticas para a população negra de Salvador, habitação e igualdade racial, instituições para idosos, violência contra a mulher, abastecimento de água, ressocialização de pessoas que passaram pelo sistema prisional, inclusão de jovens e adolescentes e reajuste do auxílio moradia.



## ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Em 2019, pelo quinto ano consecutivo, a Defensoria Pública baiana promoveu as conferências públicas do orçamento participativo para ouvir a comunidade dos municípios onde está presente. Desta vez os encontros presenciais aconteceram em 11 das cidades/comarcas onde a Instituição tem presença. A população destas e das demais cidades puderam participar por meio do questionário on-line disponibilizado nas unidades da DPE/BA.

As indicações da sociedade servem como sinalizadores para a Administração Superior e para os técnicos que auxiliam na modelagem do Orçamento, permitindo direcionar recursos ao atendimento das demandas da sociedade.

A análise da consulta apontou que medidas relacionadas à proteção da mulher em situação de violência era o principal clamor da população que participou: 12,2% pleiteou investimentos nesta área. A perspectiva social foi atendida. A Defensoria ampliou a atuação na defesa da mulher em Salvador e criou unidades defensoriais nesta temática em Itabuna e Vitória da Conquista.

As outras principais áreas em que a população indicou a necessidade de maior investimento foram a ampliação do acesso à Defensoria Pública (11,5%); o fortalecimento

do diálogo com o poder público para garantir serviços a grupos vulnerabilizados (10,5%); a proteção às crianças e adolescentes (8,4%); e a atuação para assegurar serviços de saúde quando negados ao cidadão (7,9%).

Desde que iniciou as Conferências Públicas do Orçamento Participativo a Defensoria Pública tem conseguido fundamentar a necessidade de maior orçamento. Em 2019, obteve aumento de 17,2% para o orçamento de 2020. Os recursos foram destinados à continuidade do processo de interiorização. Já em 2020, o incremento foi de 8,9% para o orçamento de 2021, apesar do índice do IPCA ter sido de 1,88% (base maio/2020, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO).

Estavam previstas para 2020 a abertura de novas unidades em municípios onde ainda não há a presença da Defensoria. Contudo, a pandemia impôs mudanças nos planos da Instituição, que teve que se reinventar para substituir o trabalho presencial pelo remoto.

Em 2020, a consulta pública não foi realizada devido às restrições a reuniões e eventos, por causa da pandemia da Covid-19.



População é ouvida sobre o que considera prioridade



Conferência em Ilhéus



Conferência do Orçamento Participativo em Itabuna



# CARTILHAS COMO EDUCAÇÃO EM DIREITOS

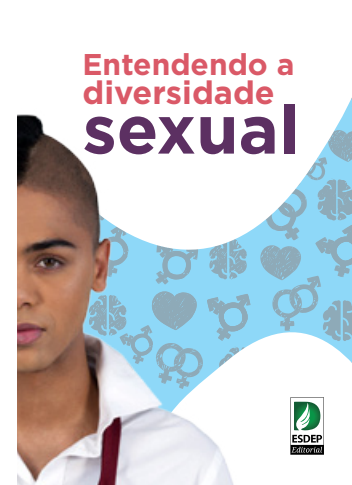
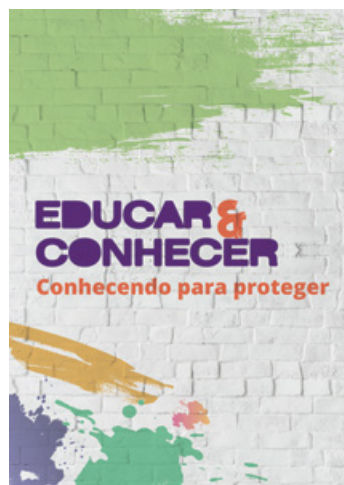
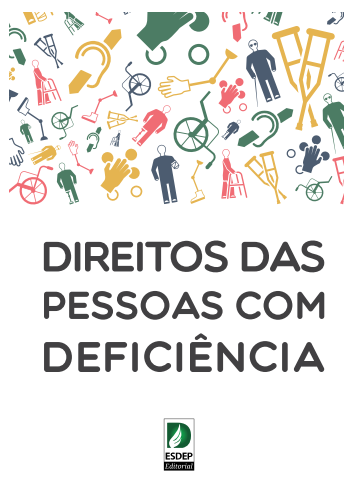
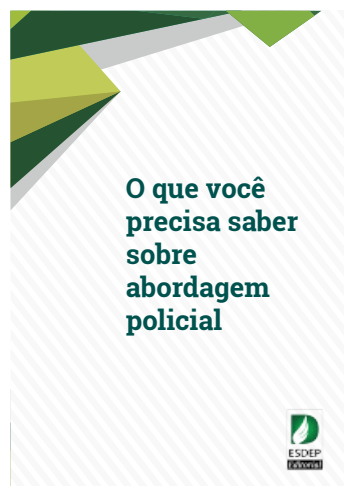
A educação em direitos por meio de produtos editoriais prosseguiu no biênio 2019-2021. Novas cartilhas foram idealizadas para a população baiana com referências aos direitos em diversas temáticas. Dentro desta proposta, a Defensoria Pública acrescentou ao seu catálogo editorial, por meio do Selo Esdep, cinco novas cartilhas em 2019.

Com tema demandado constantemente na Defensoria Pública por parte da população, a cartilha “O que você precisa saber sobre abordagem policial” traz orientações sobre o que está previsto em lei na abordagem, seja ela na rua, na residência e na delegacia. Também orienta como a pessoa abordada deve se portar e como denunciar atos considerados crime. Esta cartilha foi objeto de audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia, com a participação maciça de pessoas do grupo LGBTQI+ e foi replicada pela Defensoria Pública do Pará.

Além desta, foram lançadas as cartilhas “Direito da pessoa com deficiência”, nas versões impressa e audiovisual, com tradução em Libras (a versão em braille está em produção); e “Direitos Humanos para super defensoras e super defensores”, listrada, com a proposta de promover o entendimento de crianças e adolescentes sobre direitos humanos e a atuação da Defensoria.

Também foram editadas as cartilhas “Entendendo a diversidade sexual”; e “Educar & conhecer – conhecendo para proteger”, voltada para mães, pais e/ou responsáveis que enfrentam o drama de ver a sua criança ou adolescente apreendida por suspeita de prática de ato infracional. Esta última foi uma adaptação de folhetos desenvolvidos inicialmente pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

Defensores públicos, servidores e estagiários da Defensoria se envolvem na elaboração dos textos, que, sob coordenação editorial da Assessoria de Comunicação, passam por revisão e ganham projeto gráfico específico. A cada edição a tiragem é de 10 mil exemplares e o catálogo está disponível no site [www.defensoria.ba.def.br](http://www.defensoria.ba.def.br), no menu Comunicação.



# LAVAGEM DO BONFIM



2020 - Defensoria levou no cortejo a importância da cultura

Há 12 anos, na segunda quinta-feira do mês de janeiro, a equipe da Defensoria Pública com atuação em Salvador dá uma pausa nas atividades dentro dos gabinetes para percorrer os 7 km que separam a Basílica Nossa Senhora da Conceição da Praia da Igreja do Senhor do Bonfim. A cada ano a Instituição leva uma mensagem de afirmação de direitos de grupos vulneráveis.

Em 2019, o cortejo da Defensoria estampou em faixas a mensagem “Concordar é uma escolha, respeitar é

um dever”. A proposta foi demonstrar na tradicional Lavagem do Bonfim o compromisso da Instituição com a defesa da diversidade, da tolerância e do respeito.

Em 2020, o lema escolhido foi “Defenda a sua cultura, nós defendemos o seu direito”, numa demonstração da atuação da Defensoria Pública em prol do combate ao racismo institucional, da preservação da cultura negra e valorização das entidades carnavalescas de matrizes africanas.



2019 - Defensoria promoveu a defesa da diversidade



# AQUILOMBE-SE

O projeto Aquilombe-se, ocorrido no dia 8 de novembro de 2019, trouxe ao auditório da Esdep líderes e ativistas da luta do povo quilombola para debater e analisar práticas jurídicas tendentes a assegurar direitos em favor destas comunidades. O objetivo era buscar aperfeiçoar o atendimento das unidades defensoriais em Quilombos.

No evento, idealizado pelo defensor público Gilmar Bittencourt, três temas nortearam os debates, que foram divididos nos turnos matutino e vespertino: “A experiência da organização de Mulheres no Tabuleiro da Vitória”; “Organização coletiva com envolvimento para o desenvolvimento sustentável” e “Quilombo: Organização e resistência!”.

## TORNAR-SE NEGRA

Discussões sobre a formação de identidade nortearam o seminário ‘Tornar-se Negra: trajetórias interseccionais de luta e resistência’, realizado em 22 de novembro de 2019 no auditório da Esdep.

O debate resgatou conceitos como a ancestralidade e o bem viver, o qual propõe lançar novos olhares sobre a organização social e ressignificar questões caras, neste contexto, à população negra.

Entre as participantes do debate, estiveram presentes a secretária de Políticas para as Mulheres do Estado, Julieta Palmeira; a doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Nzinga Mbandi; a doutora em Antropologia Social, Cristiane Souza; além de diversos representantes da sociedade, da academia e da Defensoria.



Seminário resgata conceitos de ancestralidade e bem viver para propor novos olhares sobre questões sociais e identitárias

## ‘DESCORTINANDO A PREVIDÊNCIA’

Os impactos da Reforma da Previdência, promulgada pelo Congresso Nacional em novembro de 2019, dominaram as abordagens nas mesas do seminário “Descortinando a Previdência Social”, ocorrido no auditório da Esdep.

O evento, organizado pela Defensoria e sob execução da Especializada de Curadoria Especial, trouxe para a Esdep palestrantes de outros estados e locais para debater o risco destas mudanças.

A discussão sobre a Reforma da Previdência é relevante, especialmente pela Reforma também valer para servidores dos estados e municípios, e não apenas da União. Assim, torna-se necessário abordar em âmbito estadual o impacto que essa reforma terá entre os servidores públicos do estado da Bahia.

## SEMINÁRIO AI-5

Para recordar a história e pensar sua conexão com o presente, a Defensoria promoveu em dezembro de 2019 o seminário “AI-5: O que mudou e o que se repete”, realizado no auditório da Esdep.

Organizado pela Especializada de Proteção aos Direitos Humanos, o evento procurou ressaltar a importância da reflexão e da cultura como meios de fortalecimento de uma prática democrática autenticamente inclusiva. A

Defensoria propôs a discussão sobre a necessidade de que os valores democráticos sejam defendidos para todos, defendendo acima de tudo os direitos da população.

A atividade contou com quatro convidados externos :a professora da UFBA, Maise Caroline Zucco, o ex-secretário de cultura da Bahia, Marcio Meirelles; o presidente do grupo “Tortura Nunca Mais” Joviniano Soares de Carvalho Neto; e a produtora cultural Anna Paula Andrade.



Defensoria promove reflexões sobre o AI-5 e suas correlações com a atual realidade brasileira



# RESPEITO À DIVERSIDADE

Como Instituição que viabiliza o acesso aos direitos, a Defensoria Pública abraçou a pauta LGBT e realizou diversos eventos em prol do reconhecimento e da valorização da diversidade de gênero. Em agosto de 2019, Salvador recebeu 20 casais para o casamento coletivo LGBTQIA+. Já em 2020, Lauro de Freitas foi o município que recebeu o casamento LGBT organizado pela Defensoria da Bahia em parceria com a Prefeitura Municipal, que celebrou a união de cinco casais.

## ADEQUAÇÃO DOS REGISTROS CIVIS

Cerca de 160 pessoas puderam passar a ser chamadas pelo nome social pois participaram dos quatro mutirões de retificação dos registros civis de pessoas trans promovidos pela DPE/BA nas cidades de Salvador e Paulo Afonso. A adequação dos nomes é realizada a todo momento pela Instituição, mas há a realização de eventos para dar visibilidade não apenas ao serviço, mas também a população LGBTQIA+.

Na capital baiana, a retificação dos registros civis pode ser realizada na Casa da Defensoria de Direitos Humanos da Defensoria da Bahia, que fica localizada na Rua Arquimedes Gonçalves, Jardim Baiano, nº 482. No interior do estado, basta ir até a unidade da DPE mais próxima.

## AMOR NA DIVERSIDADE

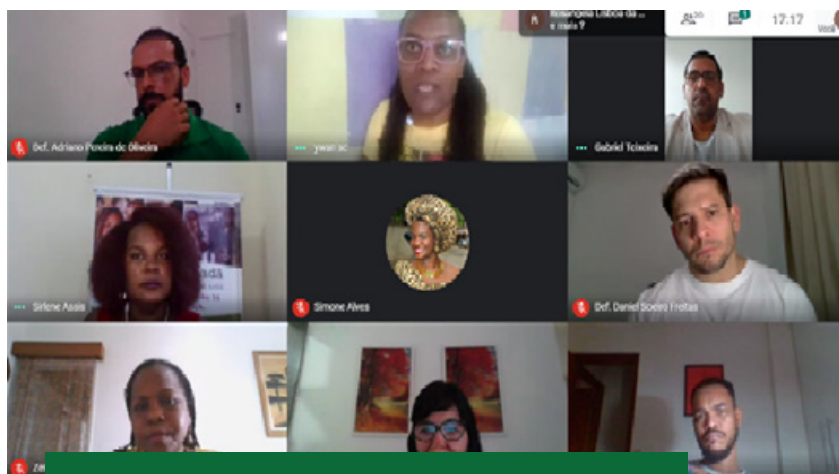
Outro momento de visibilidade à esta pauta foi a Roda de Conversa sobre “Amor na diversidade também é direito”. Organizado pela Ouvidoria Cidadã, o evento contou com a participação de ativistas do Movimento LGBTQIA+, representantes de órgãos e instituições baianas, além de defensores públicos e servidores da Defensoria.



Com atuação da Defensoria, Lauro de Freitas realiza seu primeiro casamento coletivo LGBT



A 4ª edição do Mutirão de Adequação de Nome e Gênero contou com a parceria da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador – SMS



Amor na diversidade também é direito tema de roda de conversa virtual da Ouvidoria Cidadã

# A DEFENSORIA NO CAMINHO DA CIDADANIA



Cidadão na região de Juazeiro busca atendimento da Defensoria na Unidade Móvel

Não existem fronteiras para viabilizar o acesso aos direitos da população no interior da Bahia e para assegurar tais direitos, a Unidade Móvel de Atendimento percorreu 14 Territórios de Identidade Baianos em 2019 e realizou 13.528 atendimentos. Entre os territórios com maior número de assistências jurídicas realizadas esteve a Região Metropolitana, o Portal do Sertão, Vale do Jiquiriçá, Velho Chico e Recôncavo baiano.

Considerando o número de municípios visitados, o Vale do Jiquiriçá obteve mais passagens da Unidade Móvel e

registrou 1.417 atendimentos. O caminhão chegou a Nova Itarana (126 assistências), Brejões (245), Cravolândia (168), Milagres (255), Amargosa (153), São Miguel das Matas (146), Elísio Medrado (149) e Santa Inês (175).

Em seguida, aparece a Bacia do Rio Grande com o maior número de atendimentos registrados: foram 745 realizados no total. Os municípios contemplados foram Angical (65), Cristópolis (131), Manoel Vitorino (122), Jitaúna (30), Ipiáu (305) e Aiquara (92).



# PRESENÇA NA ROMARIA

Também em 2019, a Unidade Móvel estacionou em Bom Jesus da Lapa durante a tradicional Romaria, que ocorreu entre 28 de julho e 06 de agosto. Houve 902 atendimentos no período. Feira de Santana, localizada no Portal do Sertão, registrou 1.650 atendimentos durante a micareta e na passagem pelo complexo penal.

Em São Francisco do Conde, o mutirão de alvarás atendeu a 555 demandas, dando destaque ao município da Região Metropolitana. Já a capital baiana, Salvador prestou 4.971 atendimentos – número impulsionado principalmente pela atuação da Defensoria no Carnaval (4.059), em março, seguido pela ida da UMA à Cadeia Pública (570).



Equipe da Defensoria em atuação na Romaria de Bom Jesus da Lapa

## ATENDIMENTO PENAL

Em julho de 2019, a UMA também passou pela Praça Tomé de Souza, em Salvador, para proporcionar atendimento na área penal. Continuidade do lançamento da cartilha sobre abordagem policial, a atividade foi desenvolvida em parceria com o Serviço Municipal de Intermediação de Mão de Obra – SIMM e da Secretaria Municipal de Trabalho, Esporte e Lazer - Semtel, que está disponibilizando o serviço de cadastro para vagas de emprego.



Famílias de pessoas em cumprimento de pena ou presos provisórios procuraram atendimento

## LIBERDADE NA ESTRADA

Para atender a demandas específicas na área penal, a Defensoria lançou no segundo semestre a série de mutirões para analisar a situação processual dos presos provisórios. A iniciativa da Especializada Criminal e de Execução Penal conta com o suporte da Unidade Móvel de Atendimento para percorrer as unidades prisionais do estado da Bahia.



Atendimento aconteceu com o apoio da Unidade Móvel



## NOVO SLOGAN

A Unidade Móvel de Atendimento iniciou o ano de 2020 de “roupa” nova: foi lançada a nova identidade visual do caminhão da UMA, no mês de fevereiro, a qual deu mais destaque à marca da Defensoria, além de apresentar variação nos tons da marca e também trazer um mapa das microrregiões. Com novidade também no slogan, que passou a ser “A Defensoria no caminho da cidadania”, o caminhão da UMA estreou no Plantão de Carnaval 2020 da Instituição.

Ao longo dos quatro dias da folia momesca, foram atendidas 9,2 mil pessoas. No circuito Batatinha (Pelourinho), foram 3,4 mil pessoas atendidas nos dias 22 e 23 de

fevereiro. Já em Ondina [Dodô], na avenida Adhemar de Barros, houve 5,8 mil pessoas impactadas nos dias 24 e 25 do respectivo mês.

Os serviços oferecidos variaram entre atendimentos nas áreas penal, infância, registro público e de família com ocorrências ligadas à inspeção de locais, acessibilidade, violência policial, consumidor, alimentos, crianças e adolescentes, entre outros. As principais demandas trataram de orientações jurídicas, consultas processuais, além da realização de itinerâncias em diversos pontos dos circuitos e distribuição de pulseiras de identificação infantil.



Unidade Móvel leva agora a mensagem de que a Defensoria está no caminho da cidadania





Moradores de cidades onde não há sede fixa são atendidos pela Unidade Móvel



Mutirão no Conjunto Penal Masculino de Salvador – CPMS, localizado no Complexo Penitenciário, no bairro da Mata Escura, levou atendimento a 193 presos provisórios dentro das próprias instalações.

# 6

## Avanços no DESAFIO DA PANDEMIA

A Defensoria e a pandemia da Covid-19 127

Comitê de Gestão de Crise 128

Contenção de despesas 129

Agendamentos em toda a Bahia 130

Força-tarefa quilombos 131

Perfil dos usuários na pandemia 132

Conselho Superior virtual 132

Tutelas coletivas 133

Direito à moradia 133

Direito ao abastecimento de água 134

Integração interior-capital 134

Retomada planejada 135



# A DEFENSORIA E A PANDEMIA DA COVID-19

O ano de 2020 surpreendeu o planeta com o registro da pandemia do coronavírus/ Covid-19, que levou sociedades em todo mundo a adotarem medidas sanitárias de segurança para conter a velocidade de transmissão do vírus e reduzir os impactos em seus sistemas de saúde.

Em um cenário global de enfrentamento contra uma doença com altíssimo grau de contágio e alto nível de mortalidade, a eficiência das respostas de países, estados e cidades foi diversa, com exemplos bem-sucedidos de relativo controle da questão e seus impactos e outros, infelizmente, de descuido e desatenção com o momento excepcional.

A pandemia revelou a importância da luta e dos esforços pelo fortalecimento dos serviços públicos, que demonstraram serem imprescindíveis para garantir um melhor combate à crise epidemiológica e seus impactos sociais. Não apenas o sistema de saúde se viu/vê estressado pelo desafio face a uma enfermidade que não conhecia terapias consagradas ou vacinas preventivas, como também outras instituições públicas. Este foi o caso da Defensoria Pública.

Com a missão de zelar pelo cumprimento dos direitos humanos e assistir juridicamente as populações e cidadãos vulneráveis, a Instituição se manteve incansável na luta por reduzir os impactos entre aqueles que já sofrem com gritantes carências e descasos pela ausência de políticas públicas que transformem nossa realidade desigual e promovam os marcos societários previstos em nosso ordenamento constitucional.

A conjuntura sanitária acarretou com que quase a totalidade das atividades da Defensoria Pública do Estado da Bahia passasse a ser realizada de maneira remota, com defensores(as), servidores(as), colaboradores(as) e estagiários(as) em regime de tele trabalho. Isso foi adotado para cumprir com as necessárias recomendações de isolamento social, protegendo o mais precioso dos direitos entre seus membros e assistidos: o direito à vida.

O trabalho remoto, no entanto, longe de significar um arrefecimento das atividades, demonstrou que a Defensoria Pública seguiu energeticamente na busca por cumprir com suas responsabilidades. Desenvolvendo soluções criativas, investindo na adoção de ferramentas tecnológicas e focando em atuações de tutelas coletivas em favor de grupos caracteristicamente fragilizados, a DPÊ/BA não se omitiu em nenhum momento da pandemia, se movendo sempre guiada na defesa da vida e da dignidade humana e, portanto, das condições sociais para que estes valores sejam efetivamente realizados.

Foram inúmeras as ações e atuações que a Defensoria baiana empreendeu para minorar os impactos sociais e as incertezas da população no contexto da pandemia. Foram ampliados os serviços de atendimento e agendamento remoto pelo 129, que passou a aceitar ligações de todo o estado e também de celulares.

Ao criar o Comitê Gestor de Crise e seguir com as reuniões do Conselho Superior de maneira virtual, a Defensoria se manteve organizada em sua estrutura administrativa para dar respostas céleres e eficazes ao contexto vivenciado. Além disso, prudente com o cenário fiscal afetado pela arrecadação de recursos pelo Estado, a Instituição estabeleceu um Plano de Contingenciamento e Racionalização a fim de evitar despesas e investimentos contraproducentes.

A integração entre as coordenações das Especializadas da Capital e as coordenações das Regionais foi exigida e permitiu um acúmulo de articulação que se converterá numa aquisição e legado positivo para o melhor desempenho da Instituição.

Com maior conhecimento e maior controle das autoridades sanitárias quanto à propagação da doença, além da ampliação da rede médico-hospitalar para tratamento dos casos da doença, a DPE/BA passou a, prudentemente, planejar a retomada gradual de suas atividades presen-

ciais, que ocorreu em 3 de novembro de 2020, após aquisição de equipamentos de biosegurança, readequação dos espaços de trabalho e consultas com epidemiologistas e outros profissionais da área de saúde.

Ainda sem vacinação em massa, o desafio da pandemia segue em curso, provavelmente ultrapassando a data

de encerramento do biênio - março de 2021. A Defensoria não deixará de medir esforços para seguir oferecendo seus serviços e sua atenção à população que mais precisa. Neste contexto, o acesso à Justiça e a garantia dos direitos se tornam fundamentais para promover não apenas a cidadania como a vida.

## COMITÊ DE GESTÃO DE CRISE



Primeira reunião do Comitê de Gestão de Crise de enfrentamento à pandemia

A situação extraordinária imposta pela pandemia do novo coronavírus/Covid-19 levou a Administração Superior da Defensoria a instituir o Comitê de Gestão de Crise. Composto por 27 integrantes, convocados sempre que necessário para discutir o cenário e tomar decisões sobre situações decorrentes do quadro de emergência. O objetivo é evitar a propagação do vírus entre defensores(as), servidores(a), estagiários(as), colaboradores (as) e as pessoas que necessitam dos serviços da Instituição.

Entre as atribuições do Comitê esteve, no primeiro momento, e prossegue agora, a análise das medidas coletivas necessárias em todas as comarcas em que a Defensoria Pública se faz presente, de forma a assegurar direitos essenciais da população.

Como norte para as ações necessárias, o Comitê de Gestão de Crise da Defensoria utiliza as recomendações científicas da Organização Mundial de Saúde - OMS,

do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus do Consórcio Nordeste e da Secretaria de Saúde do Estado.

A Instituição construiu um eficaz fluxo logístico e tecnológico de adequação dos atendimentos ao público, minimizando o impacto da redução dos serviços públicos prestados à população. Para tanto, neste período foram publicadas as portarias conjuntas (assinadas pelo defensor público geral e corregedora-geral) 308/2020, 318/2020, 326/2020, 327/2020, 350/2020, 393/2020, 466/2020 e posteriores prorrogações.

Para um melhor monitoramento das atividades dos defensores, a Corregedoria acolheu sugestões do Comitê de Crise e estabeleceu que todos os defensores e defensoras, incluindo os em estágio probatório, passassem a preencher mensalmente o relatório semestral obrigatório de atividades. A medida, em caráter excepcional, segue valendo enquanto perdurar a pandemia da Covid-19.



# CONTENÇÃO DE DESPESAS

Sem cruzar os braços para os esperados choques econômicos/fiscais com a pandemia da Covid-19, a Defensoria Pública definiu um Plano de Contingenciamento e Racionalização de Despesas. Com o objetivo de reduzir ao máximo impactos no atendimento ao público assistido, o Plano consistiu em adotar diligentes medidas de controle orçamentário.

Entre outras medidas foram suspensas a aquisição de imóveis e veículos; a compra de móveis, equipamentos e outros materiais permanentes, assim como a contratação de serviços não indispensáveis. Além disso, vedou-se a

celebração de novos contratos de aluguel de imóveis, a realização de obras e reformas sem necessidade imperiosa e se orientou pela renegociação das contratações que estavam em curso.

Também foram suspensos os pagamentos de auxílio transporte para os servidores que estavam em regime diferenciado de trabalho remoto, assim como foram impedidos novos contratos de estágio e convocação de novos servidores. Ao todo, até novembro de 2020, foi alcançada uma economia de cerca de 12,7 milhões de reais.

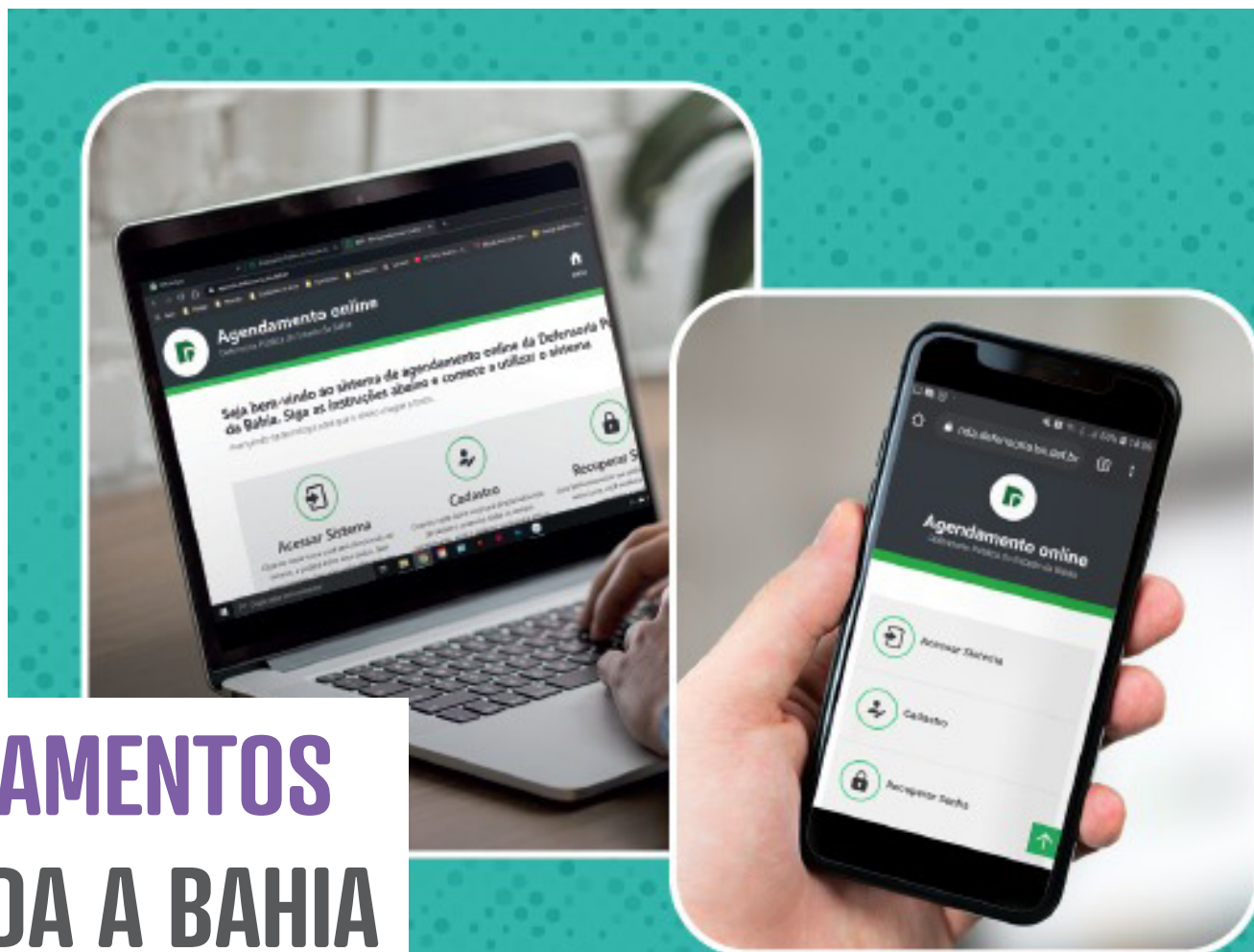
# AMPLIAÇÃO DOS CANAIS DE ATENDIMENTO

Por seguir rigorosamente o protocolo de biossegurança, que impôs o isolamento social e, posteriormente, o distanciamento social, a Defensoria Pública precisou promover investimentos que garantissem o acesso remoto da população. A Instituição antecipou, então, os planos de ampliação do Disque Defensoria - 129, um dos principais canais da Central de Relacionamento com o Cidadão - CRC.

O atendimento/agendamento por telefone só era disponibilizado para a capital baiana e com ligações a partir de telefones fixos. A partir de abril de 2020 os cidadãos passaram a contar também com o 0800 071 3121. Este número e o 129 passaram a receber ligações de celular e de todo o estado. A mudança elevou o investimento nos canais em mais de 465%, com despesas que saltaram de cerca de 53 mil reais no período de março a outubro de 2019 para cerca de 245 mil reais no mesmo período em 2020.

A Defensoria também ampliou os canais de atendimento/agendamento on-line. Antes da pandemia, eram oferecidos à população o agendamento pelo site institucional e pelo aplicativo Defensoria Bahia (Android, implantado em 2019). Foi criado, na página da instituição na rede social Facebook, um chatbot. Medida adotada sem custos para a Instituição e com horário de atendimento das 9h às 15h de segunda a sexta-feira.

The infographic features a dark blue background with teal and white geometric shapes. At the top, white text reads 'Seja atendido pela nossa equipe no Facebook Chat/messenger'. Below this is a screenshot of the Defensoria Bahia Facebook page, showing a chatbot interface with a green header, a profile picture, and a 'Enviar mensagem' button. To the right of the screenshot, white text states 'Mais de MIL SOLICITAÇÕES desde março de 2020!'. In the bottom right corner, the Defensoria Pública BAHIA logo is displayed.



# AGENDAMENTOS EM TODA A BAHIA

Destaque de agendamento on-line no site e aplicativo da Defensoria da Bahia

No contexto da Covid-19, os canais de atendimento on-line da Defensoria (aplicativo Defensoria Bahia e site) registraram um crescimento de 536% no número de agendamentos realizados, entre abril e outubro de 2020. No total foram 26.320 casos de atendimentos programados, neste período. Novembro contou ainda com pelo menos mais de 6.300 atendimentos, com quase 500 marcações realizadas no segundo dia de retorno parcial às atividades presenciais. Anteriormente, a possibilidade de agendamentos on-line era possível apenas na capital baiana.

Com o estado de pandemia ainda em curso, as ferramentas e o instituto do agendamento se demonstram fundamentais para assegurar o acesso da população à Defensoria durante a exclusividade do trabalho remoto. Com a expansão do agendamento para todo o estado, as medidas sanitárias são observadas, evitando aglomerações, e também se evita eventual descontentamento, uma vez que as pessoas são atendidas com hora marcada.

Por meio do ChatBot no Facebook, é feito também atendimento inicial aos assistidos. A ferramenta realiza a triagem das demandas e as encaminha para o setor responsável da capital e interior na opção 1 - geral.I.

Além disso, a ferramenta possibilita duas opções de canais exclusivos para atendimentos em duas áreas específicas. Uma - opção 2, para o Núcleo de Defesa das Mulheres - Nudem, uma vez que foi identificada a subnotificação de violência doméstica no estado, enquanto a Organização das Nações Unidas - ONU apontava o crescimento dos casos em vários países. A outra opção - 3 foi para a Especializada de Família (exclusivo, no momento, para atendimento na capital). Após selecionar as devidas opções, os assistidos são encaminhados para os respectivos setores, dialogando diretamente com servidores da Defensoria Pública. No caso do Nudem, o atendimento inicial tem sido com assistente social e psicóloga.



# FORÇA-TAREFA QUILOMBOS

Em uma iniciativa inédita, a DPE/BA intensificou sua atuação para salvaguardar direitos coletivos das comunidades quilombolas em todo o estado no contexto da pandemia do novo coronavírus. Uma força-tarefa foi proposta pelo Grupo de Trabalho Pela Igualdade Racial, que está vinculado à Especializada de Proteção aos Direitos Humanos.

A força-tarefa criada em maio e composta por sete defensores, está atuando para promover recomendações e medidas judiciais necessárias em favor destas populações mesmo nos municípios onde hoje a Instituição não está instalada. Nas cidades em que a Defensoria tem sede fixa, este trabalho foi desenvolvido pelos próprios defensores que atuam nas unidades, como parte do trabalho de defesa dos direitos da população mais vulnerável.

Um dos estados com maior concentração destas formações remanescentes no país, as comunidades quilombolas estão distribuídas em 178 municípios da Bahia, dos quais 134 não fazem parte de comarcas onde há unidade estabelecida da Defensoria. A força-tarefa se move buscando sempre instrumentos que diminuam os riscos sanitários e as negativas e inescapáveis repercussões socioeconômicas da pandemia nestas comunidades.

Para intervir em favor dos direitos destas comunidades foram enviadas recomendações para os gestores desses municípios. Entre aquelas sem DPE/BA instaladas [134] foram obtidas respostas em 31% dos casos. Já entre as cidades com comunidade quilombolas que contavam com unidades sede da Defensoria [44] foram recebidas respostas de 41% destes. A atuação da força-tarefa prossegue por tempo indeterminado



Comunidades quilombolas recebem apoio da Defensoria na pandemia

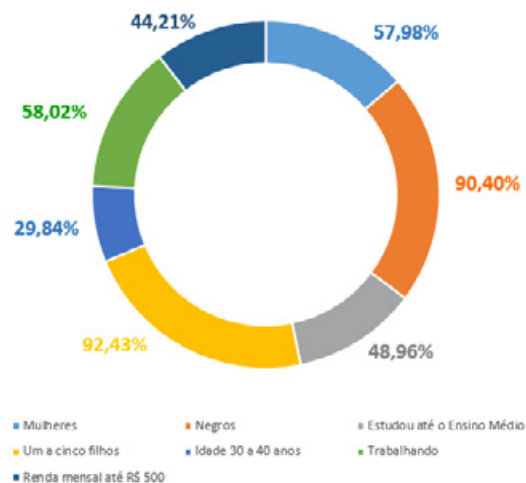
## PERFIL DOS USUÁRIOS NA PANDEMIA

Mulher, mãe de um a cinco filhos, negra, idade entre 30 e 40 anos, com ensino médio incompleto, desempregada e renda mensal de no máximo R\$ 500 reais. Foi este o perfil socioeconômico mais comum, considerado em transversalidade, do público assistido pela Defensoria no contexto da pandemia da Covid-19.

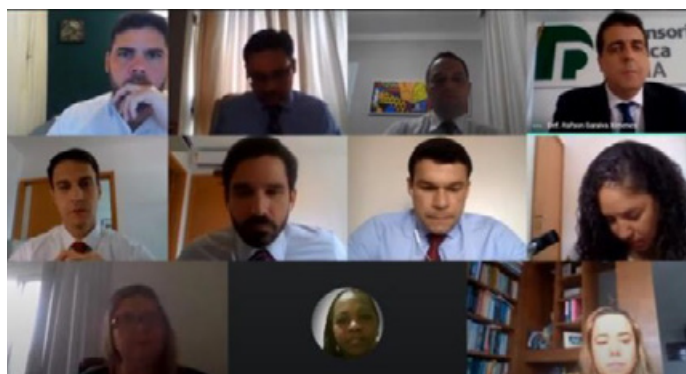
Entre os que declararam dados socioeconômicos, 51% não haviam concluído o ensino médio; 82% se afirmaram negros; 57% eram mulheres; 25% tinham entre 20 a 30 anos e 29% entre 30 a 40 anos; 57% afirmaram viver em desemprego; 44% viviam com renda mensal de até R\$ 500 e 58% tinham dois ou três filhos.

O diagnóstico foi realizado pela equipe de Gerenciamento de Bancos de Dados e de Sistemas, vinculada à Coor-

denação de Modernização e Informática, que analisou quase 100 mil [99.993] registros realizados no SIGAD no período do final de março ao final de novembro. Com a avaliação das informações sobre escolaridade, cor, idade, sexo, filhos, trabalho e renda dos assistidos, a Defensoria segue calibrando sua atuação no contexto de pandemia.



## CONSELHO SUPERIOR VIRTUAL



A pandemia do novo coronavírus não impediu o Conselho Superior da Defensoria de seguir com suas atividades e reuniões. Os membros do colegiado se reuniram por diversas ocasiões por meio de videoconferências para deliberar sobre diferentes pautas de interesse da Instituição.

Entre as medidas aprovadas esteve a alteração no Regimento Interno da Corregedoria com o fito de permitir a realização de correição e inspeção (promovidas periodicamente pelo órgão para acompanhar, fiscalizar e orientar as atividades exercidas pelos defensores públicos) de forma virtual.

Durante a pandemia, em agosto, finalmente a Defensoria Pública passou a ter seu Regimento Interno, previsto

na Lei Complementar 26/2006. A proposta foi discutida durante quase toda a semana em três Sessões Extraordinárias do Conselho Superior e aprovada, por unanimidade, na sessão da quinta-feira, 6, e entrou em vigor no dia 9, por meio da Resolução 04/2020. (Mais detalhes no Capítulo Avanços na Organização Interna)

Outra decisão importante do Conselho Superior na pandemia foi a criação do Programa de Residência Jurídica para que bacharéis em Direito que estejam com pós-graduação em curso, possam estagiar na Defensoria junto aos defensores da Instância Superior (Mais detalhes no Capítulo Avanços na Formação).





# TUTELAS COLETIVAS

Durante a pandemia, importantes direitos coletivos estiveram no cerne da atenção da Defensoria Pública, com a supervisão do Comitê de Gestão de Crise. Buscando operar de modo eficaz para assegurar o menor impacto possível nas populações já vulneráveis, a Instituição investiu ainda mais em uma atuação que pudesse enfrentar e prevenir situações e contextos que atingiam a grupos característicos e marcadamente vulneráveis.

Diversas consultas, recomendações e ações foram realizadas para proteger direitos fundamentais e básicos. De 23 de março, quando adotou o trabalho remoto, até 25 de novembro, foram promovidas 338 medidas de cunho coletivo, entre recomendações, requerimentos, ofícios, visitas técnicas, habeas corpus, agravos e outras ações.

Foi ingressado habeas corpus em favor de presos por crimes não violentos e em grupo de risco para a Covid-19 no Supremo Tribunal Federal - STF e contra o corte de bolsas família no Nordeste. Ações Cíveis Públicas - ACPs foram ajuizadas contra o Estado e alguns municípios para que não fossem interrompidos o fornecimento de alimentos para estudantes. Também foram adotadas medidas para impedir despejos e reintegrações de posse que, neste contexto, colocariam uma população já vulnerável em estado ainda mais precário.

Além disso, a Defensoria também acionou órgãos estaduais e municipais para garantir assistência social para catadoras e catadores de materiais recicláveis, população LGBT em vulnerabilidade, pessoas em situação de rua, controle da violência doméstica contra as mulheres, oferta de transporte público, entre outros.

A Defensoria trabalhou também para que fossem mantidos o fornecimento de água e luz para a população carente mesmo em caso de inadimplência dos usuários.

Em conjunto com a Defensoria da União, a DPE/BA moveu em agosto de 2020 Ação Civil Pública para que seja suspenso o contrato de concessão de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Pedra do Cavalo. São alvos da ação a Votorantim Energia, gestora da hidrelétrica, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia, a União e a Agência Nacional de Energia Elétrica.

A medida é solicitada até que seja comprovado o cumprimento de 29 condicionantes elencadas pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, fundamentais para a concessão da licença ambiental. A busca é por garantir a preservação ambiental e os meios de subsistência das comunidades ribeirinhas.

A atuação conjunta da DPE e DPU e a mobilização social logrou suspender e impedir um teste de calha que seria realizado na hidrelétrica sem que fosse realizada consulta pública à população de Cachoeira e São Félix e estudos sobre os possíveis impactos ambientais e a economia local marcada pela atividade da pesca artesanal.



## DIREITO À MORADIA

Atenta à questão da moradia, tão importante no contexto da pandemia com a necessária medida sanitária do isolamento social, a Defensoria, por meio do Núcleo de Prevenção, Mediação e Regularização Fundiária, que faz parte da Especializada de Proteção aos Direitos Humanos, disponibilizou um canal (formulário) no site institucional para reunir informações sobre denúncias de suspensão do pagamento do auxílio aluguel e benefício moradia.

Com diversos relatos de líderes comunitários e integrantes dos movimentos de moradia reportando a situação, o dispositivo permitiu planejar as medidas adotadas para a resolução dos casos junto aos órgãos municipais e estaduais responsáveis por estes pagamentos.

## DIREITO AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Elemento vital indispensável, direito básico das pessoas e extremamente necessária para cumprir com recomendações sanitárias no contexto de pandemia da Covid-19, a Defensoria se manteve atenta à situação do fornecimento de água em toda Bahia.

Ao criar um formulário eletrônico exclusivo para queixas quanto a casos de desabastecimento, por meio da Especializada Cível, a DPE/BA mapeou e monitorou diversas situações de atuando para restabelecer e garantir que a água chegasse à população.

Ainda nesse viés, a Defensoria costurou um Termo de Ajustamento de Conduta com a Embasa para que os usuários de baixa renda do sistema de abastecimento de água não sofressem cortes do serviço por falta de pagamento durante o período de pandemia.

Foram 2.600 registros de queixas de desabastecimento em quase 85 cidades. Apenas a capital respondeu, no

entanto, por 73% destes casos, com ocorrências em 155 bairros, sendo que os bairros de Cajazeiras, Plataforma, Marechal Rondon, Periperi e Mussurunga concentraram as reclamações.



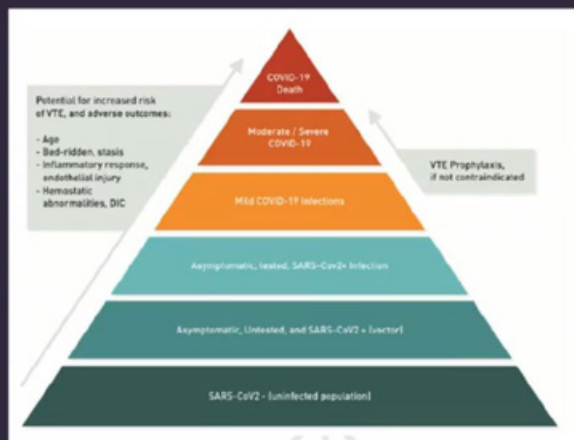
## INTEGRAÇÃO INTERIOR-CAPITAL

Com ampliação do número de defensores, de unidades sedes e regionais nos últimos anos, o crescimento da atuação da Defensoria vem se fortalecendo no interior da Bahia. Durante a pandemia da Covid-19, a realização do trabalho remoto acabou sendo útil e proveitosa para gerar maior integração entre as Especializadas da capital e o trabalho de defensoras e defensores no interior. Várias reuniões foram realizadas de forma virtual, pelo whatsapp ou Google Meet.

Diversas recomendações e ações elaboradas pelas coordenadorias especializadas da capital foram adaptadas e utilizadas pelas defensorias do interior, em um esforço coordenado para tratar demandas coletivas. Exemplo dessas ações são as relativas ao prosseguimento do fornecimento de alimentos para estudantes da rede estadual e das redes municipais, além de diversos casos na área de saúde, abastecimento de água e atuações extrajudiciais.



# RETOMADA PLANEJADA



Antes de retomar gradativamente suas atividades presenciais a partir de 3 de novembro de 2020, a Defensoria Pública se planejou para oferecer aos seus membros e assistidos o máximo de segurança sanitária no cenário ainda em curso da pandemia da Covid-19. A Instituição elaborou o Plano de Retomada Gradual, que teve como base as consultas realizadas à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – Sesab e ao Centro de Investigação e Informação Estratégica de Vigilância em Saúde CIEVS. Também foi realizada reunião virtual da equipe com o médico infectologista Roberto Badaró, PhD em Imunologia e Doenças Infecciosas e chefe do Serviço de Infectologia do Hospital Universitário Professor Edgard Santos.

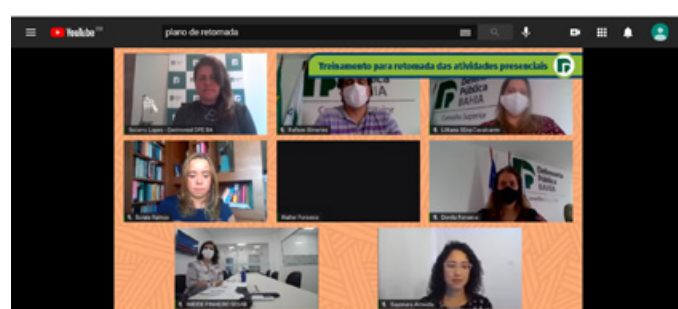
O pressuposto sempre foi considerar, do ponto de vista científico, médico e sanitário, os dados que deveriam ser utilizados como parâmetros para avaliar o momento e modo adequado de retorno.

Como parte dos mesmos esforços, a Defensoria promoveu consulta eletrônica com defensores(as) públicos(as), servidores(as), terceirizados(as) e estagiários(as), para conhecer como vinham lidando com o isolamento social e o enfrentamento à pandemia e mantém todos seus membros em grupo de risco para Covid-19 em teletrabalho. A consulta teve a adesão de cerca de 70% dos integrantes da Instituição.

## TREINAMENTO DA EQUIPE

Com o objetivo de capacitar a equipe para o retorno às atividades presenciais, foi realizado o I Treinamento de Retomada no dia 23 de outubro, voltado para o público interno, com a participação de representantes da Sala de Situação do Comitê Estadual de Emergência em Saúde Pública para Covid-19 da Sesab. A atividade aconteceu de forma virtual, pelo canal Youtube da Defensoria.

Na ocasião, o defensor-geral, RAfson Ximenes, falou para a equipe sobre os cuidados que a Defensoria estava adotando para a retomada. A coordenadora das Defensorias Públicas Especializadas, Donila Fonseca, apresentou todos os protocolos a serem adotados nos eixos individuais e coletivos, bem como as fases de retorno às



atividades. A arquiteta da DPE/BA, Sayonara Almeida, também explicou sobre mudanças e sinalizações promovidas nas instalações da Instituição a fim de manter o distanciamento social e a devida ventilação nos espaços.

Um vídeo explicativo foi produzido pela Assessoria de Comunicação apresentando o Plano de Retomada durante o treinamento. Posteriormente passou a integrar as playlist no canal YouTube da Defensoria.



## INVESTIMENTOS NA BIOSSEGURANÇA

A Defensoria adotou também todas as providências para aquisição de equipamentos de segurança. Termômetros, dispensers de álcool 70% nos espaços de circulação de pessoas, sinalização com adesivos e demarcação de espaços, distâncias e fluxos no chão, nos elevadores e nas cadeiras das salas de espera, máscaras, protetores faciais, luvas, tapetes sanitizantes e limpeza e desinfecção de todos os ambientes, além de sanitização e higienização para controle de vírus e bactérias em suas unidades. Todos estes materiais, somados aos cartazes e banners com alertas sobre medidas essenciais de prevenção à Covid=19, foram adquiridos para dar segurança à retomada parcial das atividades da Defensoria em suas unidades.

A Instituição se preparou nos meses anteriores à novembro, quando ocorreu a retomada parcial dos traba-

lhos presenciais, instalando e distribuindo estes equipamentos e adequando todos os seus espaços físicos para evitar a disseminação do vírus da Covid-19. Sempre observando a questão do distanciamento social, e prezando pela segurança e a saúde dos seus membros e assistidos, a Defensoria elaborou ainda material com todas as recomendações e protocolos, apontados pelas autoridades sanitárias, que devem ser observados por sua equipe.

O investimento em materiais e serviços para a retomada parcial nas unidades da Instituição foi de R\$ 475 mil. Entre as peças foram adquiridas, por exemplo, 8.535 máscaras e 531 painéis em acrílico para barreira sanitária. Já entre os serviços, ocorreram três aplicações de sanitização nas unidades do interior e três aplicações nas unidades da capital e da região metropolitana.





# FASES DA RETOMADA

O retorno das atividades da Defensoria foi dividido em quatro fases, que consideram a evolução da realidade sanitária em razão da pandemia da Covid-19 na Bahia, a capacidade hospitalar de internamento nos leitos de UTI adulto deste estado, a preservação permanente do grupo de risco, entre outros pontos.

## Fase vermelha

Nesta fase todas as atividades são desenvolvidas remotamente, exceto urgências, prazos e recebimento de documentação, que não puderem ser feitos por meios eletrônicos, além de atendimento presencial à população em situação de rua. O ingresso na (ou retorno à) fase vermelha pode ocorrer se a taxa de ocupação de leitos da Covid-19 UTI adulto estiver maior que 70%. A Instituição ficou nesta fase até 2 de novembro de 2020.

## Fase amarela

Tem funcionamento das sedes entre 8h e 17h, com 30% da equipe em funcionamento presencial. Estagiários e integrantes da equipe que pertencem aos grupos de risco seguirão em trabalho remoto. O ingresso na fase amarela

poderá ocorrer se a taxa de ocupação de leitos da Covid-19 UTI adulto estiver menor que 70% e maior que 30%. A Defensoria entrou nesta fase em 3 de novembro de 2020.

## Fase azul

A presença diária da equipe será de 50%. Assim como na fase Amarela, o horário de funcionamento das sedes será das 8h às 17h. O ingresso nesta fase poderá ocorrer se a taxa de ocupação de leitos da Covid-19 UTI adulto permanecer menor que 70% e acima de 30% por 90 dias consecutivos.

## Fase verde

Toda a equipe retornará às atividades presenciais, com possibilidade de atividades remotas de acordo com a capacidade de cada unidade e em atenção aos protocolos de biossegurança. O horário de funcionamento das sedes será das 8h às 17h. O ingresso na fase verde poderá ocorrer se a taxa de ocupação de leitos da Covid-19 UTI adulto permanecer menor que 30%, por um período de 20 dias, ou for iniciada a aplicação de vacinas contra a Covid-19.





### **Relatório de Gestão 2019/2021**

Copyright (c) 2021 Defensoria Pública do Estado da Bahia  
Permitida a reprodução de qualquer parte desta edição, desde que citada a fonte.

#### **Projeto gráfico**

Lucas Josué Dias - Designer ASCOM DPE/BA

#### **Editoração**

Lucas Josué Dias e Antonio Felix - Designers ASCOM DPE/BA

#### **Texto**

Ingrid Carmo, Júlio Reis, Lucas Cunha, Tunísia Cores  
e Vanda Amorim - Jornalistas ASCOM DPE/BA

#### **Revisão**

Lucas Fernandes e Vanda Amorim - Jornalistas ASCOM DPE/BA  
Analeide Leite de Oliveira Accioly - Defensora  
pública assessora do Gabinete

#### **Coordenação editorial e de produção**

Vanda Amorim - Coordenadora da ASCOM DPE/BA

#### **Impressão**

Gráfica Contraste

#### **Tiragem**

600 exemplares

D313r BAHIA. Defensoria Pública do Estado

Relatório de Gestão: 2019-2020 / Defensoria Pública do  
Estado da Bahia. - 1ª ed. - Salvador: ESDEP, 2021.

140 p. : il..

1. Defensoria Pública. 2. Assistência jurídica. 3. Relatório de  
gestão. I. Título.

CDD 340

Ficha catalográfica: Adriana Vasconcelos Conceição – CRB/5: 1885/O

Defensoria Pública do Estado da Bahia  
Avenida Ulisses Guimarães, nº 3.386, Edf. Multicab Empresarial  
CEP – 41.219-400, Sussuarana, Salvador-BA  
[www.defensoria.ba.def.br](http://www.defensoria.ba.def.br)





